



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS**

190ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNAS

Ata da ordem dos dias 15 de 16 de junho de 2011.

BRASÍLIA – DF

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS**

**Projeto de Cooperação Técnica entre o BID e MDS
190ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS
Brasília – DF.**

Local: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Anexo, 1º andar, Sala de Reuniões do CNAS, nº 108. Brasília – DF.

Data: 15 e 16 de junho de 2011.

1 Aos 15 dias do mês de junho de dois mil e onze, teve início a centésima nonagésima Reunião
2 Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Abertos os trabalhos do dia, no
3 período da manhã, pelo Presidente do Conselho, Sr. Carlos Eduardo Ferrari, procedeu-se à
4 conferência de quorum, onde se verificou a presença dos Conselheiros na titularidade: Conselheiro
5 Renato Francisco dos Santos Paula, Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, Conselheira
6 Eutália Barbosa Rodrigues, Conselheira Ana Cláudia Romano Pontes, Conselheiro Sérgio
7 Wanderly Silva, Conselheiro irmão Pedro Ost, Conselheiro Antônio Celso Pasquini, Conselheiro
8 Clodoaldo de Lima Leite, Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Conselheiro Carlos
9 Eduardo Ferrari, Conselheiro Samuel Rodrigues, Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite,
10 Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes, bem como dos Conselheiros na suplência:
11 Conselheiro José Ferreira Crus, Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, Conselheiro Wagner
12 Carneiro de Santana, Conselheiro reverendo Renato Saidel Coelho, Conselheira Leila Pizzato,
13 Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo, Conselheiro José Araújo da Silva, Conselheira
14 Jane Pereira Clemente. Após a verificação dos presentes, o Sr. Carlos Ferrari asseverou uma breve
15 quebra de protocolo, informando que o dia de trabalhos que dali se iniciaria comportaria momento
16 histórico, visto que naquela data se daria o primeiro dia “*após-aprovação no Legislativo do projeto*
17 *de lei que institui o Sistema Único de Assistência Social*”. Após a breve fala, realizou a aprovação
18 da pauta daquela reunião, a qual foi aprovada pelos conselheiros presentes e, em seguida, remeteu a
19 fala à Secretaria Executiva do CNAS, a qual relatou os informes da Presidência Ampliada nos
20 seguintes termos: “*Informes gerais. Ausências justificadas. A Conselheira Ana Carolina Pinheiro*
21 *Carrenho, no dia 9 de junho, na 5ª reunião do GT Resolução nº 38, por compromissos*
22 *institucionais agendados anteriormente. A Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, na manhã*
23 *do dia 13 de junho, na reunião do GT do art. 2º da LOAS, por compromissos institucionais. A*
24 *Conselheira Ana Carolina Pinheiro Carrenho, no dia 14 de junho, na reunião da Comissão de*
25 *Normas, por compromissos institucionais agendados anteriormente. A Conselheira Iolete Ribeiro*
26 *da Silva, nos dias 14,15 e 16 de junho, nesta Reunião Ordinária, por motivos de saúde e aguarda*
27 *publicação de substituição pela senhora Márcia Mansur. A Conselheira Brenda Ferreira Silva, nos*
28 *dias 14,15 e 16 de junho, nesta Reunião Ordinária, por motivos de férias. A Conselheira Célia*
29 *Mota de Carvalho, nos dias 14, 15 e 16 de junho, nesta Reunião Ordinária, em razão de situação*
30 *de calamidade pública no Estado de Roraima, devido às fortes chuvas que atingiram a região.*
31 *Estão havendo ações, intervenções técnicas da Secretaria Estadual do Trabalho e Bem Estar*
32 *Social, a que a Conselheira pertence, junto aos desabrigados e desalojados nos municípios mais*
33 *atingidos. E-mails enviados aos Conselheiros. Convocação para o Conselheiro Renato Saidel*
34 *representar o CNAS na 105ª Reunião Ordinária da CIT, no dia 8 de junho de 2011, em Brasília.*

35 *Convocação para a Conselheira Jane Clemente representar o CNAS na 1ª reunião da Comissão*
36 *Nacional Interministerial do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, SINASE 2011, no*
37 *dia 31 de maio de 2011, em Brasília. Notícia de que o STJ aprova renda mínima para autistas e*
38 *deficientes. Apresentação da senhora Mônica Cabanas, da OIT no Brasil, sobre Piso de Proteção*
39 *Social Mundial. Boletim semanal MDS nº285, de 20 a 26 de maio de 2011, governo e movimentos*
40 *sociais debatem Plano Brasil Sem Miséria. Apresentação em Power Point sobre o Pacto de*
41 *Aprimoramento elaborado pela professora Jucimere Silveira. Convocação aos Conselheiros*
42 *Renato Francisco dos Santos Paula, Frederico Jorge de Souza Leite, Renato Saidel Coelho, José*
43 *Araújo da Silva, Marisa Rodrigues da Silva, José Ferreira da Cruz e Célia Mota de Carvalho para*
44 *a 6ª reunião da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, nos*
45 *dias 9 e 10 de junho de 2011. Convocação dos Conselheiros Wagner Carneiro de Santana, Ana*
46 *Carolina de Barros Pinheiro Carrenho, Leila Pizzato, Clodoaldo de Lima Leite, Renato Francisco*
47 *dos Santos Paula, Simone Aparecida Albuquerque, Marisa Rodrigues Silva e Eutália Barbosa*
48 *Rodrigues para a 5ª reunião do Grupo de Trabalho para discutir parâmetros de caracterização de*
49 *entidades de assessoramento e defesa e garantia de direitos. GT Resolução nº 38, no dia 9 de junho*
50 *de 2011, no CNAS. Notícia da ASCOM/MDS: Ministra destaca ONGs no combate à miséria, de 24*
51 *de maio de 2011. Resolução CNAS nº 15, de 24/05/2011, que regulamenta o funcionamento da*
52 *Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de Renda do Conselho Nacional de*
53 *Assistência Social. Boletim semanal MDS 286, de 27 de maio a 2 de junho de 2011: governo recebe*
54 *apoio da sociedade civil para o Brasil Sem Miséria. Convocação para os Conselheiros Samuel*
55 *Rodrigues, Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria, Leila Pizzato, Renato Saidel Coelho,*
56 *Simone Aparecida Albuquerque, Sérgio Wanderly Silva, Maria do Socorro Fernandes e Eutália*
57 *Barbosa Rodrigues, integrantes do Grupo de Trabalho constituído para discussão dos incisos III e*
58 *IV do art. 2º da LOAS para reuniões do GT nos dias 13 e 17 de junho de 2011, em Brasília.*
59 *Convocação aos Conselheiros Nacionais, titulares e suplentes, para esta reunião ordinária, nos*
60 *dias 14, 15 e 16 de junho de 2011, em Brasília. Convocação para a Conselheira Jane Clemente,*
61 *integrante do Grupo de Trabalho, GT constituído para discussão dos incisos III e IV do art. 2º da*
62 *LOAS, para participar das reuniões do GT nos dias 13 e 17 de junho de 2011. Resolução nº 16, de*
63 *31 de maio de 2011, que altera o art. 2º da Resolução CNAS nº 3, de 15 de fevereiro de 2011,*
64 *publicada na seção 2 do Diário Oficial da União, de 16 de fevereiro de 2011, página 48, que*
65 *dispõe sobre a constituição do Grupo de Trabalho para discussão de forma ampla e intersetorial*
66 *dos incisos III e IV do art. 2º da LOAS. Informativo SUAS nº 30/2011, que tem como notícia*
67 *principal carta aberta do CNAS que destaca a importância da participação na VIII Conferência*
68 *Nacional de Assistência Social. Boletim MDS nº 287, de 2011, que tem como notícia principal*
69 *“Brasil Sem Miséria vai localizar e incluir em seus programas 16,2 milhões de brasileiros”. Pauta*
70 *da 105ª Reunião Ordinária da CIT para o Conselheiro Renato Saidel. Ata e gravação da 189ª*
71 *Reunião Ordinária do CNAS. Pauta desta reunião ordinária do CNAS. Notícia ASCOM/MDS sobre*
72 *aprovação do PL/SUAS no Senado Federal. Orientações complementares, manual orientador para*
73 *os Conselheiros Integrantes da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de*
74 *Assistência Social. Notícia ASCOM/MDS: MP amplia benefícios a famílias em situação de pobreza*
75 *extrema no campo. Notícia ASCOM/MDS: aprovado no Senado, projeto de lei do SUAS vai para*
76 *sanção da presidente Dilma Rousseff. Participação do CNAS. A Conselheira Jane Clemente*
77 *participou da 1ª Reunião do SINASE 2011, no dia 31 de maio de 2011, em Brasília. O presidente*
78 *Carlos Eduardo Ferrari e o vice-presidente do CNAS, Renato Francisco dos Santos Paula,*
79 *participaram da 100ª Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do*
80 *Trabalho, OIT, no período de 31 de maio a 4 de junho em Genebra, Suíça. O Conselheiro Renato*
81 *Saidel Coelho participou da 105ª Reunião Ordinária da CIT no dia 8 de junho de 2011. O*

82 presidente Carlos Eduardo Ferrari participou da 19ª Reunião Ordinária do FONACEAS, no dia
83 14 de junho de 2011, ministrou palestra sobre Conferências Municipais e Estaduais de Assistência
84 Social. Comunicado. O presidente do CNAS, senhor Carlos Eduardo Ferrari, se reuniu com a
85 ministra do MDS, Teresa Campello, para tratar sobre o PLSUAS no dia 24 de maio. O presidente
86 do CNAS, senhor Carlos Eduardo Ferrari, compareceu ao gabinete do senhor Paulo Roberto
87 Martins Maldos, secretário nacional de articulação social da Presidência da República para
88 entregar o Ofício nº 8/2011, da Presidência do CNAS, solicitando audiência com o ministro da
89 Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, para tratar do PLSUAS. A
90 Presidência do CNAS informou a impossibilidade de presença na 11ª Reunião Ordinária da 14ª
91 Conferência Nacional de Saúde, nos dias 23 e 24 de maio, tendo em vista que tanto o presidente
92 quanto o vice-presidente tinham compromissos institucionais agendados, representando o CNAS
93 em eventos em Brasília e na Bahia em datas que coincidiam com a reunião da Comissão
94 Organizadora da Saúde. O Conselho Federal de Serviço Social, CFESS, encaminhou ofício à
95 Presidência do CNAS solicitando acompanhar e participar presencialmente, na condição de
96 observador, das reuniões do Conselho Nacional de Assistência Social. A Secretaria Executiva do
97 Conselho Nacional encaminhou por e-mails aos Conselhos de Assistência Social documento
98 denominado “Perguntas frequentes relacionadas à inscrição de entidades nos Conselhos
99 Municipais de Assistência Social e do Distrito Federal” com atualização de mais duas questões que
100 poderão auxiliar os trabalhos desenvolvidos nos Conselhos em relação à implantação da
101 Resolução nº 16, são elas “As Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, OSCIPS,
102 podem se inscrever nos Conselhos de Assistência Social e as entidades religiosas poderão ser
103 inscritas nos Conselhos de Assistência Social?”. O presidente do Conselho Nacional de Assistência
104 recebeu convite e confirmou presença na 3ª Reunião da Comissão Organizadora Nacional da I
105 Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, CONSOCIAL, que será realizado no
106 dia 30 de junho de 2011, em Brasília. O Departamento de Gestão do SUAS, DGSUAS/MDS,
107 informa que o Encontro Nacional de Monitoramento do SUAS acontecerá em Brasília nos dias 20,
108 21 e 22 de junho de 2011. Convites recebidos de Conferências Municipais. O CNAS irá participar,
109 já que não haverá custos, das Conferências Municipais de Itararé, no dia 19/07/2011, representado
110 pelo Conselheiro Renato Saidel Coelho, e no Conselho Municipal de Jussara, em Goiás, no dia 08
111 de agosto de 2011, pelo Conselheiro Samuel Rodrigues. O Conselho Nacional de Assistência Social
112 recebeu convite, porém não irá participar, e os Conselhos Municipais já foram informados, das
113 Conferências de Sapucaia do Sul, Petrolina, Anápolis, Ribeirão Preto, Piracanjuba/GO, Professor
114 Jamil/GO, Águas Lindas de Goiás e Maringá/PR. Publicações no Diário Oficial da União. No dia
115 2 de junho de 2011 a presidenta da República, de acordo com o disposto no Decreto-lei nº 1565,
116 de 5 de dezembro de 39, regulamentada pelo Decreto 44.721, de 21 de outubro de 58, e na Lei nº
117 5.809, de 10 de outubro de 72, regulamentada pelo Decreto 71.733, de 18 de janeiro de 73,
118 resolve: Designar a seguinte delegação para participar da 100ª Conferência Internacional do
119 Trabalho, a ocorrer em Genebra, Suíça, nos dias 1º a 17 de junho de 2011. Carlos Eduardo
120 Ferrari, presidente do Conselho Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento
121 Social e Combate à Fome. E acompanhado da senhora Fernanda Campana, acompanhante do
122 presidente do Conselho Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e
123 do Combate à Fome. Notícias do site do CNAS. Matérias incluídas: aprovação do PL/SUAS, no dia
124 9 de junho, está lá na matéria principal; criado link no menu de acesso rápido para apresentar as
125 informações relativas às orientações para implementação da Resolução nº 16; agenda das
126 Conferências de Assistência Social, capitais, atualizada em 8 de junho; pauta desta reunião
127 ordinária; perguntas e respostas; inscrições de entidades nos Conselhos de Assistência Social, no
128 dia 1º de junho; carta aberta aos usuários; carta aberta aos trabalhadores; carta aberta aos

129 *gestores. Consolidação e atualização da Resolução nº 3, que institui Grupo de Trabalho para*
130 *discussão de forma ampla e intersetorial do inciso III e IV do art. 2º da LOAS. Consolidação e*
131 *atualização da Resolução nº 39 de 2010. Resolução CNAS nº 16/2011. Resolução CNAS nº 15, que*
132 *regulamenta o funcionamento da Comissão de Acompanhamento de Benefícios e Transferência de*
133 *Renda do Conselho Nacional de Assistência Social. Criada página para disponibilizar a agenda*
134 *das Conferências Estaduais e de capitais. Agenda das Conferências Estaduais. Agenda das*
135 *Conferências das capitais. Notícia em “Fique Atento”, carta do CNAS aos assistentes sociais.*
136 *Informe CNAS nº 4. Informe complementar ao Manual Orientador da VIII Conferência Nacional de*
137 *Assistência Social. Aniversariantes de junho: Maria Auxiliadora Araújo, no dia 1º e José Geraldo*
138 *França Diniz, no dia 6 de junho. São estes os informes.”. Após a leitura dos acima transcritos*
139 *informes, o Sr. Presidente Carlos Ferrari procedeu a breve relato da participação na 100ª*
140 *Conferência Nacional da OIT, bem como mencionou que, naquela semana, na data de 12 de junho,*
141 *ocorrera o Dia de Erradicação do Trabalho Infantil. Iniciou-se o período de informes dos*
142 *conselheiros. Desta feita, o Conselheiro Pedro Ost informou que não constou no relato elidido pela*
143 *Sra. Secretária Executiva a sua ausência justificada no Fórum de Discussão do PPA em razão de*
144 *convocação diversa. Findadas as ilações informativas dos Conselheiros, iniciou-se o período para*
145 *realização dos informes do MDS/SNAS, que foram realizados pelo Sr. Vice-Presidente do CNAS,*
146 *nos seguintes termos: “Bom dia a todos e a todas, senhores Conselheiros. Só vou dar dois informes*
147 *rápidos relativos a algumas coisas que estão sendo encaminhadas pelo Departamento de Proteção*
148 *Social Especial e na seqüência compartilho com meus colegas do Ministério e do governo. No dia*
149 *5/7, só para os Conselheiros terem ciência, o Departamento de Proteção Social Especial vai estar*
150 *realizando uma oficina de validação dos cadernos, eles construíram os cadernos que tratam dos*
151 *conteúdos das medidas socioeducativas de LA e PSC. Esta oficina, o CNAS foi convidado a*
152 *participar através de seu presidente, isso vai vir no relato da Presidência Ampliada, é uma oficina*
153 *de validação dos conteúdos e posteriormente os senhores terão acesso ao conteúdo todo. Também*
154 *ainda no âmbito da Proteção Especial, no dia 30/6 e 1/7 vamos fazer uma oficina interna do MDS*
155 *para discutir os conteúdos relativos aos cadernos dos CREAS e dos CREAS-pop e a nossa intenção*
156 *é que, posteriormente, a gente faça um debate mais ampliado, uma oficina mais ampliada e*
157 *encaminhando na seqüência um convite para que o CNAS também participe. Eram estes os dois*
158 *informes que eu tinha para dar. Quero saber se a Conselheira Eutália ou a Conselheira Simone*
159 *gostariam de complementar os informes.”. Em seguida, a Sra. Simone Albuquerque informou que*
160 *findou no dia 31 de maio de 2011 o prazo para implantação dos núcleos do ProJovem Adolescente,*
161 *dentre outros avisos e esclarecimentos. Após o termino de sua fala, o Sr. Renato Saidel Coelho*
162 *procedeu aos relatos da Comissão Intergestores Triparite, nestes termos: “Bom dia a todos e todas!*
163 *Nós tivemos duas reuniões da CIT, uma que se realizou no dia 24 de maio e a outra que realizou-se*
164 *no dia 8 de junho. Vou pedir um pouco de paciência de vocês porque o informe não vai ser tão*
165 *curto. No dia 24 de maio tivemos apresentação do Plano Brasil Sem Miséria, resumidamente foi a*
166 *criação de uma Secretaria Extraordinária que vai atuar na implementação e na formulação que*
167 *está envolvendo Planejamento, Casa Civil, Saúde, Educação, Desenvolvimento Agrário e MDS,*
168 *além de outros ministérios, a gente não conseguiu anotar todos. Quem está coordenando isso é a*
169 *Ana Fonseca, vão ser três eixos: transferência de renda, onde o Bolsa Família é o principal e*
170 *fundamental programa; vai ter a versão 7 do CadÚnico, que é um instrumento de planejamento e*
171 *identificação das demandas; o segundo eixo vai ser acesso a serviços, aumento do bem estar social*
172 *das famílias, acesso a bens e serviços públicos de qualidade, usufruir da política pública para*
173 *quem não tem acesso ainda. E o terceiro eixo é inclusão produtiva e geração de oportunidades. São*
174 *estratégias diferentes para o meio rural e para o meio urbano. O trabalho vai ser definido com*
175 *base em perfis diferentes, tem uma linha estabelecida de 70 per capita, que é igual ao do Bolsa*

176 *Família e dos Objetivos do Milênio. Tem como objetivo, um dos Objetivos do Milênio é reduzir pela*
177 *metade no mundo a miséria. No Brasil o objetivo é maior. Tem localização de 16 milhões de reais*
178 *para os estados, falta identificar para o município. Esta base vai ser um questionário básico, vai*
179 *ser 50% nas áreas rurais e 50% nas áreas urbanas. Jovens de até 19 anos, são 50% da demanda,*
180 *são 8 milhões. Teve o segundo item, o sistema de acompanhamento dos estados aos serviços*
181 *socioassistenciais. Esta formulação foi feita levando em conta o diálogo com os outros ministérios*
182 *e os outros governadores, via ministra Teresa Campello. Eu estou falando do Brasil Sem Miséria*
183 *ainda. Agregar parcerias dos terceiro e segundo setores mais governos estaduais e governos*
184 *municipais. Articulação com base no Cadastro Único, oferece transferência, acesso e inclusão*
185 *produtiva a todos. Diálogo dos três eixos com base no CadÚnico, objetivo de aumentar a linha de*
186 *70 reais com os estados. Trata também que a linha de corte não é uma linha de elegibilidade, mas*
187 *sim de monitoramento. Tem o que eles chamaram de uma perna fundamental, a busca ativa. Deixa*
188 *de ser um Estado que recebe as demandas e passa a ser um Estado pró-ativo com a ida do Estado a*
189 *territórios que não foram acessados. Mais ou menos um milhão de pessoas não conseguem acessar*
190 *os benefícios. Bom, com relação à expansão de 2010 no Sistema de Acompanhamento dos Estados*
191 *aos Serviços Sociais, nós tivemos aqui o José Dirceu, que apresenta que o corte de emendas*
192 *parlamentares ocorreu no orçamento na sua quase totalidade, que está havendo monitoramento da*
193 *execução das metas com auxílio do Fundo Nacional de Assistência Social e está havendo a*
194 *suplementação quando necessário. A primeira recomposição se dará por decreto, a segunda parte*
195 *será uma parte por decreto e uma parte por projeto de lei. Nós tivemos também que o Fundo*
196 *Nacional de Assistência Social modificou o prazo de preenchimento do Demonstrativo para os*
197 *Conselhos até 31 de julho de 2011. Os demonstrativos dos serviços mais a gestão estão em uma*
198 *única aba para preenchimento no mesmo momento. Dia 20 de maio ocorreu a teleconferência para*
199 *tirar as dúvidas do preenchimento e vai ser repassada esta teleconferência em data a ser definida.*
200 *As questões não respondidas serão postadas o site com os devidos esclarecimentos, porque houve*
201 *várias questões que não foram respondidas. Foi pactuado com auxílio do CONGEMAS e*
202 *FONSEAS na divulgação da necessidade de preenchimento da prestação de contas, além do nosso*
203 *Conselho estar trabalhando junto aos Conselhos Municipais. A questão do monitoramento, nós*
204 *vamos ter do dia 20 a 22/07, a Simone já falou, o Encontro de Monitoramento. Tivemos a Câmara*
205 *Técnica também, que apresentou a discussão acerca da viabilidade ou não dos equipamentos*
206 *temáticos, por exemplo, CREAS Pop no SUAS. Foi apresentado também um balanço referente à*
207 *Resolução 01, que temos dois processos à disposição dos serviços realizados em 2010, o registro*
208 *no CadSUAS e o SisJovem, com prazo até 31 de maio para constituição dos coletivos com até 7*
209 *jovens, a Simone também já passou este informe com uma atualização maior da 104ª Reunião.*
210 *Houve também uma discussão de proposta de Resolução da CIT, que instituiria os parâmetros*
211 *nacionais para registro das informações relativas aos serviços ofertados pelos CRAS e CREAS. Foi*
212 *feito um encaminhamento por processo experimental e emissões de orientações para*
213 *preenchimento. O início seria dia 8 de novembro e gestores a partir do dia 9. Foi acertado também*
214 *que no Encontro de Monitoramento vai haver uma oficina sobre o tema. Com relação ao*
215 *prontuário, um instrumento de registro e acompanhamento, não conflita com a proposta do*
216 *monitoramento. Esta foi a 104ª. E nós tivemos também a 105ª Reunião. Bom, nos informes do MDS,*
217 *na proteção básica a Simone já falou do encontro nacional com as equipes que trabalham com a*
218 *gestão do trabalho para discutir a estrutura nos estados, estão previstos 5 encontros regionais, de*
219 *acordo com as regiões: Manaus, 1 e 2 de agosto; Maceió, 15 e 16 de agosto; Cuiabá, 11 e 12 de*
220 *agosto; Rio de Janeiro, 27 e 28 de julho; e Florianópolis, 14 e 15 de julho. A Simone já falou*
221 *também sobre a questão das estatísticas do preenchimento do Demonstrativo da Prestação de*
222 *Contas dos Serviços mais IGDSUAS, ela trouxe os percentuais. Nós tivemos 503 Conselhos*

223 *aprovados e Conselhos aprovando, 503; municípios em preenchimento naquela data, 5073.*
224 *Aprovado, os Conselhos estavam aprovando, aprovado não havia nenhum naquele momento. A*
225 *política de senhas ela já falou sobre acerca da descentralização das senhas. A gestão passará para*
226 *os Conselhos de Assistência Social e os gestores. A partir de segunda-feira seguinte à reunião, ela*
227 *foi dia 4 de junho, segunda-feira agora, o sistema para os estados registrarem as visitas realizadas*
228 *no acompanhamento das visitas que são realizadas para acompanhamento dos municípios que*
229 *implantaram o CRAS e CREAS. Disseram que mais de 90% já realizaram a implantação, o resíduo*
230 *deve ter a informação trazida ao sistema, na medida em que for implantando. O balanço da*
231 *capacitação sobre o SisJovem, duas pessoas por estado, um dia de capacitação. Até o mês de maio*
232 *de 2011 já haviam ocorrido duas, de nove previstas, com onze estados. Na próxima vamos ter mais*
233 *onze estados, só que Paraíba, Rio Grande do Norte, Roraima e Sergipe não confirmaram a*
234 *presença. Vão haver vagas para capitais, metrópoles e municípios de grande porte. Salvo engano*
235 *são estes os recados da CIT, eu não sei se passou algum! Na 105ª Reunião da CIT, na parte da*
236 *manhã, houve discussão da NOB SUAS, mas infelizmente eu não pude estar presente por conta de*
237 *programas do caos aéreo, meu vôo foi cancelado e a gente acabou chegando aqui duas horas da*
238 *tarde. Mas foi discutido o item 7 da nova NOB, o Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS e o*
239 *item 8, a gestão financeira e orçamentária.”. Em seguida, realizaram-se, nesta ordem, informes do*
240 *Conselheiro José Crus, José Araújo da Silva, Carlos Rogério de Carvalho Nunes, Sérgio Wanderly,*
241 *com informes do CONGEMAS, Samuel Rodrigues, Jane Preira Clemente, Maria Aparecida Godói,*
242 *e, por fim o Presidente do Conselho, Sr. Carlos Ferrari. Os informes tratavam acerca de*
243 *participações em eventos, reuniões, capacitações e afins. Em seguida, a Conselheira Leila Pizzato*
244 *procedeu a leitura do relato da Memória de Reunião da Comissão do GT Incisos III e IV do art. 2º*
245 *da LOAS, nos seguintes termos: “Memória da Reunião da Comissão do GT incisos III e IV do art.*
246 *2º da LOAS. Nós vamos fazer o relato do mês passado e deste mês porque no mês passado não teve*
247 *relato. Data em que aconteceram estes GTs: 16 e 20/05 e 13/06 de 2011. Horário: 09h às 18h.*
248 *Local: CNAS - Brasília/DF. Conselheiros integrantes do GT: Eutália Barbosa Rodrigues; Jane*
249 *Clemente; Leita Pizzato; Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria; Maria do Socorro*
250 *Fernandes; Renato Saldei Coelho; Samuel Rodrigues; Sérgio Wanderly Silva; Simone Aparecida*
251 *Albuquerque. Convidados: Carlos Eduardo Ferrari - Presidente do CNAS (16 e 20/5 e 13/6);*
252 *Sandra Nishimura - Assistente Social — Secretária de Assistência Social de Londrina/PR (20/5),*
253 *está errado; Vicente de Paula Faleiros - Professor Doutor (20/5); Renato Francisco de Santos*
254 *Paula — Vice Presidente do CNAS (16 e 20/5); Luciana Jaccoud — Assessora da Ministra do MDS*
255 *(20/5); Maria Lúcia Lopes - Professora/ INSS (20/5); Ademar Bertucci — Coordenação Colegiada*
256 *da Cantas Brasileiras- (13/6); Shirlei Silva - IMS- Instituto Marista de Solidariedade (13/6); Jaira*
257 *Maria Alba Puppim- Coordenadora da Secretaria Executiva do Comitê Interministerial de Inclusão*
258 *Social e Econômica dos Catadores de Material Reutilizável e Reclicável / MDS (13/6); Marlene de*
259 *Oliveira Macedo - Coordenadora de Arteducação do Projeto Axé-BA (13/6); Míriam Maria José*
260 *dos Santos — Centro Salesiano do Menor — CESAM (13/6); Secretaria Executiva do CNAS:*
261 *Carolina Ribeiro da Silva; Maria Antonia Valente; Maria Auxiliadora Pereira; Rosiely Bomfim.*
262 *1. Atividades realizadas e planejadas pelo GT Incisos III e IV do Art. 2º da LOAS. Nós fizemos, só*
263 *para vocês entenderem o que vai aparecer na tela, o apoio fez, presidente, um outro formato para o*
264 *senhor poder ler quadro. Ali vai ser apresentado em quadro mas aí vai estar de forma corrida.*
265 *Então o quadro apresenta os dias de reunião do GT desde sua instalação e o que ele planejou para*
266 *o inciso III e o inciso IV. No dia 11 de abril, para o Inciso III, fizemos o Planejamento e estudo dos*
267 *documentos referentes ao Jovem Aprendiz. No dia 16 de maio, Inciso III ainda, fizemos um*
268 *encontro de estudo sobre a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho, com o professor*
269 *doutor Vicente Faleiros e sobre Promoção da Inclusão Produtiva com a Sandra Nishimura,*

270 *Assistente Social da Secretaria; de Assistência Social do Estado de Londrina/PR e professora*
271 *Maria Lúcia Lopes. E o outro tema, Proteção e Geração de Inclusão Produtiva, com a professora*
272 *Luciana Jaccoud, assessora da ministra do MDS. Dia 20 de maio, foi a primeira reunião do Inciso*
273 *IV, em que fizemos o planejamento do trabalho neste inciso. 13/06, Inciso III, apresentação de*
274 *experiência. Tivemos conosco a Cáritas Brasileira, Ademar Bertucci, Coordenação Colegiada de*
275 *Brasília/DF, IMS, Instituto Marista de Solidariedade, Shirlei Silva, coordenadora aqui de*
276 *Brasília/DF, Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Material*
277 *Reutilizável e Reciclável, Jaira Maria Alba Puppain, Coordenadora da Secretaria Executiva,*
278 *Brasília/DF, Projeto Axé-Bahia, Marlene de Oliveira Macedo, Coordenadora de Arteeducação,*
279 *Salvador/BA, e Centro Salesiano do Menor – CESAM, Míriam Maria José dos Santos, Belo*
280 *Horizonte. Para o dia 17;06, que é sexta-feira, nós vamos ter um encontro que tem como pauta a*
281 *discussão do Inciso IV do Art. 2º da LOAS, “A assistência social tem por objetivo a habilitação e*
282 *reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária”.*
283 *Estarão conosco com os seguintes temas, Balanço do Comitê de Monitoramento da Convenção*
284 *Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Fernando Antônio M. C. Ribeiro,*
285 *Assessor da Secretaria Nacional de Defesa das Pessoas com Deficiência, Brasília, DF; Promoção*
286 *e integração da pessoa com deficiência à vida comunitária, Romeu Kazumi Sassaki, Membro-*
287 *Fundador do Centro de Vida Independente Araci Nailin, São Paulo; Análise da tipificação*
288 *nacional dos socioassistenciais com a Convenção sobre as Pessoas com Deficiência, Ana Rita*
289 *de Paula; Pós.Doutora pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e Consultora,*
290 *São Paulo, SP; A Regulamentação da Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência e as*
291 *Experiências de Defesa de Direito, Adinilson Martins dos Santos, Conselheiro-titular do CONAD,*
292 *Patos/MG; Correlação do Mundo do Trabalho da Pessoa com Deficiência com a Assistência*
293 *Social, Art. 27 da Convenção Internacional, Maria Aparecida Gugel, Sub- Procuradora Geral do*
294 *Trabalho, Promotoria de Justiça do Trabalho, Brasília, DF; Apresentação da Sistematização da*
295 *Reunião será feito pelo relator Antônio Carlos Munhoz (Tuca Munhoz) Presidente do Instituto*
296 *MID, para a Participação Social das Pessoas com Deficiência; São Paulo, SP. Para o dia 11/07, o*
297 *que li agora é a nossa reunião de sexta-feira, inciso IV, para o inciso III, no dia 11/07, vai ter uma*
298 *discussão sobre as ações de estado em relação ao Inciso III. Estamos convidando o Ministério do*
299 *Trabalho e Emprego, MTE, Paul Israel Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária,*
300 *SENAES, Brasília, DF; MEC, Cláudia Dutra, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização,*
301 *Diversidade e Inclusão, SECADI; Pro Jovem Trabalhador e Pró Jovem Adolescente: Alexandre*
302 *Reis, Coordenador Nacional do ProJovem -DPSB/SNAS BPC Trabalho, Maria José de Freitas,*
303 *Diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais DBA/SNAS; Marcos Antonio Gonçalves,*
304 *Presidente da FENAVAPE, São Paulo/SP. Para o dia 18/07 nós estamos propondo, com base no*
305 *que aconteceu no GT de Caracterização, uma programação com atividades conjuntas dos GTs de*
306 *caracterização e do artigo 2º, incisos III e IV da LOAS. A proposta é de que o GT de*
307 *caracterização antecipe a oficina do dia 21/07 para 18/07, devido à participação do CNAS nas*
308 *conferências municipais/capitais e visando a integração dos dois públicos e os integrantes dos*
309 *GTs. Observação: temos que definir local comum para os dois encontros em função dos*
310 *convidados, para além dos palestrantes e dos GTs (do dia 18 e 19 de julho. Dia 19/07, encontro*
311 *com as organizações nacionais, dia 19 é um encontro para o inciso IV, representantes do*
312 *Movimento de Pessoas com Deficiência, que será a Organização Nacional de Cegos do Brasil -*
313 *ONCB; Moises Bahuer, Presidente; Federação Nacional das APAEs, FENAPAE, Deputado*
314 *Eduardo Luiz Barros Barbosa, Presidente; Federação Nacional das AVAPES, FENAVAPE,*
315 *Marcos Antonio Gonçalves, Presidente; Federação Nacional de Educação e Integração dos*
316 *Surdos, FENEIS, Karen Lilian Strobel, Presidente; Federação Nacional das Associações*

317 *Pestalozzi, FENASP, Ester Alves Pacheco Henriques, Presidente; Associação Brasileira de*
318 *Autismo, ABRA, Marisa Furia Silva, Presidente; Associação Brasileira de Educadores de*
319 *Difícies Visuais, ABEDEV, Edivaldo da Silva, Presidente; Apresentação da sistematização da*
320 *Reunião, como relatoras: Alexandra de Souza Trivelino, Coordenação Geral de Apoio ao Controle*
321 *Social e à Gestão Descentralizada da DGSUAS/SNAS. Eu pulei uma entidade: Organização*
322 *Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, ONEDEF, com a deputada Roseane Calvacanti,*
323 *Coordenadora. No dia 10/08, estamos propondo reunião do GT para consolidação das discussões*
324 *dos incisos III e IV do Art. 2º da LOAS, porque todos os encontros estão sendo sistematizados,*
325 *onde nós estamos levantando os principais pontos de discussão, os encaminhamentos que estão*
326 *sendo feitos e as propostas, para que possa, a partir de cada uma destas pautas a gente tenha*
327 *subsídios para fazer uma sistematização qualificação, que está no nosso calendário no dia 10/08.*
328 *Nos dia 15/08 de manhã, segunda-feira, antes da reunião plenária do CNAS, na manhã estamos*
329 *propondo uma reunião para elaboração da proposta de resolução dos incisos III e IV. E à tarde*
330 *uma reunião conjunta com o GT de Caracterização para avaliação dos conteúdos das duas*
331 *propostas de resolução, considerando que pode ter algum ponto convergente para que a gente dê o*
332 *mesmo tratamento e escrita. E dia 17 e 18/08, a proposta do planejamento é apresentação do*
333 *resultado dos trabalhos do GT na plenária do CNAS, com proposta de minuta de resolução. 2.*
334 *Critérios de Participação na reunião do GT e outros encaminhamentos: as reuniões do GT*
335 *contarão com a presença de pessoas formalmente convidadas, de acordo com o planejamento do*
336 *grupo; a abertura para participação externa será para a apresentação de estudos e experiências, a*
337 *convite do GT, conforme planejamento; a participação nas reuniões do GT, como ouvinte, esta*
338 *aberta para toda a sociedade; materiais para contribuição aos trabalhos do GT devem ser*
339 *enviados e protocolados no CNAS; estamos fazendo proposta de que o CNAS publicize no site as*
340 *programações dos referidos GTs em andamento, visando à ampla divulgação; e propostas de que o*
341 *CNAS faça uma matéria sobre os grupos de trabalho em desenvolvimento no CNAS para*
342 *divulgação no site e envio à ASCOM/MDS. Posso fazer comentários antes de abrir? Posso, né?*
343 *Então é assim, aqui está o relato consolidado dos dois meses de trabalho e ainda falta a reunião de*
344 *sexta-feira. Nós iniciamos em abril com o inciso III, só na reunião de maio, na plenária de maio*
345 *que o CNAS incorporou a este GT o inciso IV, razão pela qual este inciso começa a ser trabalhado*
346 *a partir de 20 de maio. Todas as apresentações que estão ocorrendo aqui, elas estão sendo*
347 *relatadas e vão ser subtraídos os principais pontos para que possa subsidiar o GT na sua*
348 *consolidação de proposta, na consolidação de uma proposta. Em função também do GT de*
349 *Caracterização surgiu uma proposta de que o encontro com as entidades que nós estamos*
350 *convidando para o dia 17, que estava em um outro dia, deixa eu ver se é isso, que nós estamos*
351 *convidando para o dia 21, nós estamos propondo que venha para o dia 18 o convite do GT de*
352 *caracterização que tem uma oficina para que nós possamos fazer este encontro com as*
353 *organizações nacionais dia 19 e viabilizar, não só a participação de todos os Conselheiros, como*
354 *também das entidades nestes dois momentos, considerando que várias entidades que atuam com*
355 *pessoa com deficiência também fazem assessoramento, defesa e garantia de direitos. Isso*
356 *viabilizaria e ganharia mais corpo esta discussão. E foi aí que identificamos pontos comuns entre*
357 *os dois GTs. E também uma outra questão é que nós do GT do inciso III e IV constatamos que os*
358 *dias 20, 21 e 22 de junho têm várias conferências acontecendo, e nas quais o MDS, a Secretaria*
359 *Nacional de Assistência Social como também Conselheiros Nacionais estarão presentes, o que*
360 *dificultaria a execução da proposta da oficina do GT de Caracterização ir junto fazer este encontro*
361 *com as organizações nacionais da pessoa com deficiência. Então por conta disso a proposta de*
362 *antecipação para o início da semana. Isso, inclusive, viabiliza custos. Uma outra questão que*
363 *surgiu para o GT dos incisos III e IV são solicitações constantes de participação. Então o GT*

364 *discutiu e por isso faz a proposta, cria critérios de participação e faz a proposta de socialização no*
365 *site do CNAS, de todo este calendário de trabalho, com toda esta proposta que está aqui, depois de*
366 *aprovada pelo pleno e com as adequações que os senhores, porventura, fizerem. E que também*
367 *fique claro que a porta está aberta, que todas as entidades e todas as representações dos órgãos*
368 *nacionais, enfim, de gestão, possam também estar vindo quando quiserem e contribuir da forma*
369 *como acharem neste GT. E que os documentos que quiserem enviar com contribuições, como já*
370 *vem acontecendo, que continuem acontecendo da mesma forma, protocolados no CNAS para que*
371 *sejam pensados aos demais documentos do GT. Então é isso! Fica aberto. Acho que têm várias*
372 *correções para a gente fazer que fui identificando na hora da leitura, fica aberto para discussão.”.*
373 *Aberto à discussão, o Sr. Antônio Celso Pasquini inferiu sua preocupação acerca da ausência de*
374 *tempo para realização dos debates até a data elidida para apresentação do relatório, na reunião de*
375 *agosto, no que foi respondido pela Conselheira Leila Pizzato que há a necessidade de cumprimento*
376 *do prazo estipulado pela plenária anterior, sem que se peça ampliação de prazo. Em seguida tratou-*
377 *se da eventual antecipação das datas de realização das reuniões do GT. O Conselheiro Clodoaldo se*
378 *manifestou no sentido de não se opor à alteração de data do dia 21 para o dia 18 de julho. Por fim,*
379 *fica acordado entre os presentes os encontros do GT de Caracterização para os dias 18 e 19 de julho*
380 *de 2011, cujo local deveria ser definido pela Secretaria executiva. Logo em seguida, o Conselheiro*
381 *Wagner Santana procedeu a leitura do relato da 5ª reunião do GT instituído pela Resolução CNAS*
382 *nº 38/2010, nos seguintes termos: “5ª reunião do GT instituído pela Resolução CNAS Nº 38/2010.*
383 *Data: 9 de junho de 2011. Horário: das 10h às 18h. Conselheiros presentes: Wagner Carneiro de*
384 *Santana; Leila Pizzato; Clodoaldo de Lima Leite; Mansa Rodrigues da Silva; Eutália Barbosa*
385 *Rodrigues. Ausência justificada dos Conselheiros: Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho;*
386 *Renato Francisco dos Santos Paula; Simone Aparecida Albuquerque. Convidada: Ana Paula*
387 *Gonçalves, do DRSP/SNAS/MDS, Jane Pereira Clemente, Conselheira Nacional representante da*
388 *FENATIBREF. Apoio da Secretaria Executiva: Christianne Camargo Menezes; Ariane de Almeida*
389 *Rodrigues; Fátima Aparecida Teixeira. Verificada a presença de quórum, deu-se início à reunião.*
390 *1. Assunto: Solicitação de representante de entidade para participar da reunião como ouvinte.*
391 *Encaminhamento. 1.1. O GT, por maioria, se posicionou contrário à participação de pessoas*
392 *alheias ao grupo na reunião, que seria dedicada ao aprofundamento dos debates já iniciados e à*
393 *realização de estudos internos. Informou que em outras ocasiões, quando houver a presença de*
394 *convidados para apresentar contribuições, a reunião poderá ser aberta aos ouvintes. Acrescentou*
395 *que está no ar uma consulta de informações às entidades e, em julho, será realizada a oficina com*
396 *as entidades, para promover um debate amplo. 2. Assunto: Informes da Secretaria Executiva sobre*
397 *a consulta pública de informações. A Coordenadora de Normas da Assistência Social. Sra.*
398 *Christianne Camargo Menezes, informou que a consulta foi colocada no site do CNAS no dia*
399 *seguinte à aprovação. Também foi encaminhada para o mailing do CNAS, que incluiu inúmeras*
400 *instituições, trabalhadores e pessoas que já participaram das atividades do CNAS. Não obstante,*
401 *apenas 16 (dezesseis) entidades haviam respondido à consulta. Encaminhamentos. 2.1. Prorrogar a*
402 *consulta de 21/6 para 30/6. 2.2. Encaminhar o texto da consulta para a Conselheira Marisa*
403 *divulgar no site do CONGEMAS. 2.3. Solicitar à ASCOM que divulgue a consulta no SUAS*
404 *Informa, com urgência, pois o prazo termina no dia 30/6. 2.4. Divulgar a consulta, por e-mail,*
405 *junto às Federações constantes na lista elaborada durante os trabalhos do GT instituído pela*
406 *Resolução CNAS nº 3/2011, quais sejam, Federação Nacional das Associações Pestalozzi —*
407 *FENASP, Federação Nacional das APAES — FENAPAE, Federação Nacional das AVAPES —*
408 *FENAVAPE, Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos — FENEIS, Organização*
409 *Nacional de Entidades de Deficientes Físicos — ONEDEF, Associação Brasileira de Autismo —*
410 *ABRA, Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais — ABEDDEV, Organização*

411 Nacional de Entidades de Deficientes Físicos — ONEDEF, Organização Nacional de Cegos do
412 Brasil — ONCB, solicitando que disseminem para suas entidades associadas. 3. Assunto:
413 Preparação da Oficina. Encaminhamentos. 3.1. Ampliar o debate para incluir as entidades
414 constantes da base do Plano Brasil Sem Miséria, que podem contribuir na definição da rede
415 complementar, ainda que não tenham natureza no campo da assistência social. A lista dessas
416 entidades deve ser solicitada ao gabinete da Secretaria Geral da Presidência. Também deve ser
417 encaminhado e-mail aos Conselhos Estaduais, Fóruns de Assistência Social e gestores estaduais
418 para que realizem mobilizações e ampliem o debate em seus Estados. 3.2. Convidar para a oficina,
419 as entidades: Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais — ABONG, Sempreviva
420 Organização Feminista — SOF, Confederação das Mulheres do Brasil, FEDIM, FENATIBREF,
421 POLIS, INESC, FEB, REBRATES, CNBB, Cáritas do Brasil, Conselho Federal de Serviço Social —
422 CFESS, Conselho Federal de Psicologia — CFP, Obra Kolping do Brasil, Instituto Pro Bono,
423 Grupo de Institutos Fundações e Empresas — GIFE, Associação Paulista de Fundações — APF,
424 Associação Nacional das Fundações — ANFUP, Kindemothilfe — KNH, CARE Brasil, CHANCE
425 Internacional, Fundação Fé e Alegria, Fundo Cristão para Crianças, Habitat for Humanity,
426 Actionaid do Brasil, Plan Internacional, Save the Children, Visão Mundial, Federação Nacional
427 das Associações Pestalozzi — FENASP, Federação Nacional das APAES — FENAPAE, Federação
428 Nacional das AVAPES — FENAVAPE, Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
429 — FENEIS, Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos — ONEDEF, Associação
430 Brasileira de Autismo — ABRA, Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais —
431 ABEDEV, Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos — ONEDEF, Organização
432 Nacional de Cegos do Brasil — ONCB e demais entidades que enviarem resposta à consulta
433 pública. 3.3. Convidar os Fóruns, Conselhos Estaduais e governos de Estado para participarem da
434 oficina. 3.4. Encaminhar os convites pelo e-mail da Presidência, ressaltando que o foco da
435 discussão é o assessoramento e a defesa e garantia de direitos. Nos convites para os Fóruns,
436 Conselhos Estaduais e governos de Estado, incluir uma recomendação sobre a importância da
437 representação de todas as regiões do país no debate. Nos convites para as Federações e
438 Confederações, reforçar a importância de garantir a participação de entidades que têm
439 dificuldades de acesso, a exemplo daquelas situadas nas regiões norte e nordeste. Destacar que o
440 convite é aberto e pedir que divulguem em suas redes e que mobilizem as entidades associadas. 3.5.
441 Publicizar a realização da oficina no site e disponibilizar ficha de inscrição, contendo: nome,
442 endereço, telefone e e-mail da instituição, nome dos representantes (no máximo dois) e suas
443 funções na instituição e área de atuação da instituição (inserindo os campos: atendimento,
444 assessoramento e/ou defesa e garantia de direitos). 3.6. Preparar o evento para 300 pessoas, tentar
445 reservar o auditório da PGR, providenciar serviço de gravação e libras. 3.7. Propor ao GT
446 instituído pela Resolução nº 3/2011 a compatibilização das datas de suas respectivas oficinas, de
447 modo que ocorram em dias seguidos. Propor, ainda, uma reunião conjunta na tarde do dia 15/8,
448 para adequação das respectivas resoluções. Na manhã do dia 15/8, o GT se reunirá com seus
449 membros para a elaboração de sua minuta de resolução. 3.8. Solicitar à Secretaria Executiva do
450 CNAS e ao DRSP a sistematização preliminar dos resultados da consulta pública para a oficina,
451 até a próxima reunião do GT, em 6/7. 4. Assunto: Estudo do DGSUAS e do DRSP sobre o que a lei
452 destaca como competência específica do Estado e o que pode ser compartilhado na gestão.
453 Encaminhamento. 4.1. Solicitar ao DGSUAS e ao DRSP que busquem elementos jurídicos e
454 informações, junto à CONJUR do MDS, TCU, CGU e OAB, para entender se entidades de
455 assessoramento podem executar (1) monitoramento e avaliação da política de assistência social e do
456 orçamento e execução orçamentária e (2) capacitação de gestores, técnicos e conselheiros para a
457 intervenção nas esferas políticas, em particular na Política de Assistência Social. A consulta sobre

458 *esses 2 itens se fundamenta nos resultados do CENSO SUAS Rede Privada 2010. 5. Assunto:*
459 *Discussão sobre o § 3º do art. 4º da Resolução nº 16/2010 e verificação da necessidade de remessa*
460 *do assunto à Comissão de Normas para revisão do texto. O dispositivo em questão estabelece que:*
461 *§ 3º As entidades ou organizações de assistência social que atuem na defesa e garantia de direitos*
462 *e/ou assessoramento deverão inscrever-se no Conselho de Assistência Social do Município ou do*
463 *Distrito Federal indicado como sendo de sua sede no estatuto social. Encaminhamento. 5.1.*
464 *Elaborar uma proposta de alteração de redação do parágrafo para remessa à Comissão de*
465 *Normas, na próxima reunião do GT. 6. Assunto: Continuação da discussão da proposta de matriz*
466 *de caracterização do assessoramento e da defesa e garantia de direitos, apresentada pelo DRSP.*
467 *Encaminhamento. 6.1. Ampliar a reunião do GT para os dias 6 e 7, de modo a terminar a discussão*
468 *da matriz, sistematizar os resultados da consulta pública e organizar a oficina. 6.2. Solicitar*
469 *contribuições para a discussão da matriz, principalmente dos conselheiros que não poderão estar*
470 *presentes na próxima reunião. 7. Pauta para próxima reunião: Organizar a oficina com as*
471 *entidades (prioridade); Terminar a discussão da matriz; Sistematizar os resultados da consulta*
472 *pública; Elaborar uma proposta de alteração de redação do § 3º do art. 4º da Resolução nº*
473 *16/2010. 8. Calendário das próximas atividades do GT: 6 e 7 de julho: reunião de trabalho e*
474 *organização da oficina; 21 de julho: oficina com as entidades; 11 de agosto: sistematização das*
475 *contribuições da oficina; 15 de agosto: finalização da resolução (manhã) e reunião com o GT*
476 *instituído pela Resolução nº 3/2011 (proposta para a tarde). Wagner Carneiro de Santana,*
477 *Coordenador do Grupo de Trabalho. Senhor presidente, este é o nosso relato, mediante isso, se o*
478 *senhor me permite, com relação que aqui nós havíamos proposto a data da oficina para o dia 21,*
479 *então já foi entendido e consensuado que ficará para o dia 18. Esta é uma observação que faço*
480 *com estes encaminhamentos. Eu devolvo a palavra para o senhor presidente.” Após ao final da*
481 *leitura do relato acima transcrito, mencionou-se conflito de agendas, mencionando-se que o relator*
482 *do GT em questão deveria comparecer à Conferência Municipal em Cuiabá, no dia 07 de julho. Em*
483 *seguida, o Conselheiro Clodoaldo e a Conselheira Simone mencionam a necessidade de se deixar*
484 *claro nos textos redigidos, que as reuniões dos Grupos de Trabalho daquele conselho são abertas ao*
485 *comparecimento público e, por fim, apresentou, no que foi pareada pela Conselheira Eutália, de*
486 *problemas com o quorum dos Grupos de Trabalho. Por fim, o Sr. José Crus menciona, sobre os*
487 *critérios de participação nos GTs, as normativas aplicáveis, nos seguintes termos: “Lendo o critério*
488 *de participação, já que o GT da Resolução 3/2011 abriu a participação, que também façamos o*
489 *mesmo critério para o GT, que está em funcionamento, da Resolução 38/2010. É apenas esta*
490 *consideração para a gente reforçar. Exclui isso e coloca a mesma observação, o mesmo relato com*
491 *relação a este critério, para ser um critério único, pelo menos para este GT. Agora, se o CNAS*
492 *coloca isso para todo o seu colegiado, porque vale ressaltar que o GT, no Regimento Interno, é*
493 *para participação de convidados, quando convidados. Então as Comissões são abertas com direito*
494 *a fala, mas é importante a gente reforçar isso no relato aqui, que será uma sugestão análoga ao*
495 *relato do GT da Resolução 3.” A proposta do Conselheiro, acima transcrita, foi devidamente*
496 *acatada, incorrendo no encerramento das discussões daquela reunião pelo período da manhã*
497 *daquela data, momento em que os presentes encaminharam-se ao tempo elencado para almoço.*
498 *Após o retorno do período de almoço, abertos os trabalhos, realizou-se nova conferência de*
499 *quorum, que se deu nestes termos: “Conselheiros na titularidade: Conselheiro Renato de Paula;*
500 *Conselheira Simone Aparecida Albuquerque; ou melhor, a Conselheira ainda não está, mas deve*
501 *estar chegando. Conselheiro Sérgio Wanderly Silva; Conselheiro Irmão Pedro Ost; Conselheiro*
502 *Antônio Celso Pasquini; Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro; Conselheiro Carlos*
503 *Eduardo Ferrari; Conselheiro Samuel Rodrigues; Conselheiro Francisco Jorge de Sousa Leite;*
504 *Conselheira Maria Aparecida do Amaral Godói Faria. Conselheiros na suplência: Conselheira*

505 *Marisa Rodrigues da Silva; Conselheiro Wagner Carneiro de Santana; Conselheiro Renato Saidel*
506 *Coelho; Conselheira Leila Pizzato; Conselheira Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo;*
507 *Conselheiro José Araújo da Silva; Conselheira Jane Pereira Clemente. Conselheiro na*
508 *titularidade, Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes. Conselheiro na Suplência,*
509 *Conselheiro José Ferreira Crus.”. Em seguida, o Conselheiro Carlos Ferrari iniciou o primeiro*
510 *item de pauta, que trata da apresenação das orientações complementares para os conselhos*
511 *estaduais, relato que foi lido pela Sra. Valdete de Barros, após breve apresentação, a qual se*
512 *transcreve abaixo: “Boa tarde, um bom dia a todos e todas! Eu não sei se este relato, parece que é*
513 *para fazer a leitura do relato. Posso fazer a leitura então? Então, eu quero até apresentar as*
514 *minhas desculpas porque na última reunião não estive presente, mas por motivos alheios à minha*
515 *vontade, mas a partir da leitura da degravação e da ata, e a da reunião que tivemos com a*
516 *Comissão Organizadora na semana passada, nós reorganizamos o documento em alguns pontos*
517 *que foram sugeridos. Não tiramos cópia, o Carlos conhece o documento, e dá para irmos*
518 *trabalhando por aqui. Então, hoje eu vou passar para os pontos que foram destacados como*
519 *necessários de se proceder às alterações e adequações, e posso dizer aos senhores que realmente*
520 *fizemos uma avaliação profunda com relação àqueles aspectos no sentido de adequar o documento*
521 *para que ele tenha uma forma e expressão clara de orientação às conferências estaduais. Estou*
522 *passando aqui, vamos pegar o primeiro ponto que foi levantado, que trata-se das questões*
523 *direcionadas em cada subtema para auxiliar o debate dos grupos. Deixa eu só adequar aqui,*
524 *porque está grande. Tinha sumido o ponto de menos aqui. Eu percebi. Ele estava fora aqui. Acho*
525 *que assim está bom, não é? Todos conseguem ver? Só pegar aqui! Bom, no item 1.8, da*
526 *mobilização, nós fizemos, acrescentamos neste tópico maiores explicações a respeito da, deixa eu*
527 *chegar aqui, só um momento, na metodologia, no ponto 1.8.1., que é o conteúdo de realização dos*
528 *painéis e grupos de trabalho, e então juntamos neste aspecto painéis e grupos de trabalho e*
529 *acrescentamos na redação deste tópico, incluímos o marco regulatório de uma forma mais*
530 *explícita, ou seja, acrescentamos aqui a NOB SUAS, a NOB-RH, o pacto de aprimoramento da*
531 *gestão, a tipificação dos serviços socioassistenciais, o protocolo de serviços, as resoluções 5 e 8 da*
532 *CIT, de 2010, o sistema nacional de informações da rede SUAS, o CAD/SUAS, e também estava*
533 *dito a respeito do marco regulatório do SUAS como referência, ou seja, o que tentamos explicar*
534 *neste tópico é que para regular os painéis e os grupos, que os participantes da conferência,*
535 *especialmente o Conselho Estadual, tenham como referência todo este marco regulatório, ou seja,*
536 *partir para um processo de trabalho, seja de debate, nos grupos, ou mesmo nos painéis, quem for*
537 *trabalhar sobre cada um dos subtemas, que tenha como referência a leitura deste marco*
538 *regulatório que é importante para avaliarmos, porque uma conferência, como a LOAS coloca, o*
539 *propósito dela é fazer uma avaliação e aprimorar os aspectos necessários de um sistema como o*
540 *SUAS. Outra questão que nós também trabalhamos na Comissão é que dentro deste tópico, a partir*
541 *dos subtemas, e aí temos o subtema um, que é a estratégia para exploração do trabalho no SUAS,*
542 *que se os senhores observarem, e até fizerem um cotejo com o documento das conferências*
543 *municipais, aqui neste subtema nós temos mais detalhados aqueles aspectos que se relacionam à*
544 *gestão, ou à esfera estadual. Melhor dizendo à esfera estadual. Então aqui nós acrescentamos, na*
545 *questão dos debates para o grupo, a gente reorganizou as questões. Então aqui temos três questões*
546 *que vão orientar, porque qual que é a dinâmica? Os municípios, os estados, desculpem-me, os*
547 *estados ao organizarem suas conferências, eles terão como produto que chegará ao estado, e*
548 *depois acho que o Renato poderá fazer uma síntese deste processo mostrando a conferência*
549 *municipal e a conferência estadual, mas o que vai chegar para a conferência estadual é a*
550 *deliberação das conferências municipais, e o processo, a síntese do processo de mobilização e*
551 *organização das conferências municipais. Então, nos trabalhos em grupos que serão debatidos,*

552 além de trazer as deliberações que vem dos municípios, estamos sugerindo aqui, foi o que
553 reorganizamos, em algumas questões que vão suscitar o debate em grupo. Então as questões que
554 nós reorganizamos, na realidade, é a número seis, que é quorum, não sei se é necessário ler todas
555 as questões? Seria bom fazer leitura? Então, questões para debate nos grupos relacionada ao
556 subtema um: quais as iniciativas relacionadas à implementação da NOB/RH no âmbito do estado
557 ou DF. Então aqui trata-se daquele primeiro tópico, que é a junção do trabalho no SUAS. As
558 equipes de referências são estruturadas de forma a atender às exigências do SUAS para esfera
559 estadual ou DF? Em que medidas as ações do pacto estadual de gestão estão encaminhadas?
560 Quais as estratégias que estão sendo utilizadas para estruturar a gestão do trabalho no âmbito do
561 DF e do órgão gestor estadual. Como o estado tem contribuído para estruturar a gestão do
562 trabalho nos municípios? Então são questões que tratam, estas são as seis questões, e
563 acrescentamos mais uma. No subtema dois, que é o reordenamento e a qualificação dos serviços
564 socioassistenciais, foi incluído aqui um item que fala da implementação da tipificação nacional dos
565 serviços socioassistenciais. Nós tínhamos detalhado mais uma vez, e chama a atenção, porque se
566 formos olhar o que está escrito nas conferências municipais, há algum conteúdo, a referência, o
567 marco regulatório mesmo é que nós trouxemos aqui para este debate da conferência estadual
568 aqueles aspectos mais voltados de fato à esfera estadual. Então, ficaram, foi acrescentado um
569 único tópico. Nas questões para debate do grupo, nós acrescentamos o item quatro, e o cinco. O
570 quatro é como o estado tem atuado para implementar ações regionalizadas de forma a tender às
571 orientações/pactuações da CIB e CEAS. Como se dá o apoio técnico dos estados aos municípios no
572 reordenamento dos serviços socioassistenciais nas perspectivas das normativas do SUAS. Então,
573 estou só tratando destes aspectos que estão como destaque, que saíram da plenária, foram para a
574 comissão, e não estou voltando com todo o debate, e aí a Comissão pode me ajudar, pois foi aquilo
575 que nós entendemos e, acrescentamos. No aspecto do fortalecimento da participação do controle
576 social, um item foi colocado, que seria o acompanhamento e participação dos conselhos na
577 efetivação das decisões pactuadas na CIT e CIB, no que se refere à implementação do SUAS. Então
578 é um item dentro do subtema. E não acrescentamos nenhuma nova questão para o debate. E no
579 subtema quatro não acrescentamos nenhuma nova questão. Bem, agora o item três é que eu acho
580 que merece atenção dos conselheiros, porque é o item que gerou o debate sobre a questão dos
581 instrumentais. Estamos então trazendo, dentro destas orientações, o que está faltando é um “r”
582 aqui, e vou colocá-lo logo. Nós então estamos propondo: orientações do relatório da conferência
583 estadual e do DF. O 3.1., elaboração do relatório final da conferência estadual e do DF. O
584 relatório final da conferência estadual e do DF a ser encaminhado ao CNAS. Então estamos dando
585 um destaque que é aquilo que deve chegar a nós por meio do sistema que será aberto, implantado,
586 para que o estado registre o resultado de suas conferências. Então, nós ficamos com dois
587 instrumentais apenas para registro deste processo. O primeiro instrumental, que trata das
588 deliberações aprovadas na conferência, que é o quadro um, e o quadro dois, que seria a avaliação
589 dos subtemas, chamado balanço crítico. Então teríamos como resultado dois instrumentais que vão
590 registrar o processo. Aqueles outros instrumentais que figuravam neste contexto na plenária
591 passada, os outros três instrumentais que tratam da síntese da mobilização das conferências
592 municipais, e a síntese da mobilização das conferências estaduais, e o outro que era a
593 programação, estes três instrumentais estão no tópico número quatro, no anexo, que estamos
594 chamando de registros adicionais para organização da conferência estadual. Ou seja, adota-se
595 assim que entender aquele que couber de sua decisão, ele pode adotar estes instrumentais, assim
596 como ele tem a liberdade de criar outros, enfim. É mais no sentido de que o estado possa ter o
597 registro destas deliberações. Neste item então, ainda, das informações que devem chegar ao
598 Conselho Nacional, além dos dois instrumentais, evidentemente vamos ter a relação de delegados

599 por segmentos, os convidados observadores, que tem o anexo quatro e cinco, e ficha com dados dos
600 delegados eleitos, que isto é de praxe e toda conferência tem. Então vamos aqui ao primeiro tópico
601 do relatório, os dados gerais, como foi passado, data de realização da conferência, local, número
602 de participantes, número total de participantes, número de participantes por representação, e
603 especificar. Nós estamos propondo aqui que fique só registrado o número de municípios que não
604 realizar as conferências municipais, o motivo e a justificativa apresentada para não realizá-las, o
605 item da programação, e eu deixei em vermelho porque de fato a gente estava fechando isto aqui
606 ainda. Se pedirmos este registro dos pontos fortes e fracos no processo de realização das
607 conferências, isto seria um item a mais colocado dentro do relatório. Eu submeto, porque de fato,
608 na realidade não fechamos o último tópico, porque na realidade o número de municípios já havia,
609 que não realizaram conferências também, e só o último tópico que estou apresentando aqui. As
610 deliberações aprovadas na conferência estadual. Então permanece aquela proposta aprovada, que
611 para cada subtema deverão ser debatidos e aprovados até três propostas de deliberação,
612 indicando-se a responsabilidade do estado, aqui é município, estado ou União. Porque eu acho que
613 a plenária ainda deve fazer um debate, porque foi sugerido, e a gente deixa em vermelho, que não
614 figurasse nestas deliberações o município. Mas nós, e aí eu quero fazer uma reflexão rápida aqui, e
615 lógico que vamos abrir ao debate, que é necessário que permaneça a figura do município. Em se
616 tratando de uma avaliação ou de deliberação para um sistema único de assistência social, é
617 preciso que a gente tenha a oportunidade de tratar dos três entes federados. Nós fizemos uma
618 observação aqui ao final do instrumental, que talvez ajude a, um pouco a entender o debate que
619 houve aqui na plenária no sentido deste instrumental. Porque acho que a nossa preocupação deve
620 ser mais com o conteúdo do que com a forma que foi colocado. O instrumental nos ajuda e dá
621 visibilidade. Eu não tenho como avaliar um ente em esfera estadual sem olhar os outros entes.
622 Estou falando de um sistema que, na verdade, é de coresponsabilidade. É um sistema que vai se
623 complementar para que o SUAS tenha seu fortalecimento e sua consolidação. Então, a observação
624 que colocamos aqui é a seguinte: na aprovação das propostas destaca-se como fundamental a
625 centralidade do debate nas responsabilidades de âmbito estadual e do DF, na direção de qualificar
626 as questões pertinentes a esta esfera de governo. No entanto, as demandas de âmbito municipal
627 devem ser consideradas. Em se tratando de um sistema único, as conferências municipais também
628 devem reforçar as responsabilidades da esfera estadual. Também resolvemos dar um destaque
629 aqui, desculpem-me, federal, eu falei errado. A gente resolveu dar um destaque porque sabemos
630 que na conferência nacional nós vamos, nos grupos de trabalho, as propostas que sairão dos
631 grupos de trabalho para ir para a plenária, elas devem ter definido, e certamente o regimento deve
632 apontar isto, que deve ser aprovada pela maioria, se é 50%, se é 70%. Então estamos indicando
633 aqui também que os estados tenham este procedimento. Neste contexto é importante definir
634 percentuais para as propostas dos grupos. As propostas aprovadas devem expressar o
635 posicionamento da maioria nos grupos e na plenária, para que os estados não esqueçam de dizer,
636 digamos que em uma conferência estadual tenham trinta grupos de trabalho. A deliberação pelo
637 nosso instrumental é que tenhamos três propostas aprovadas e colocadas com subtemas. Como isto
638 vai chegar à plenária final? É preciso que haja isto. 50% mais um, que seja aprovado. Pode ser
639 que tenham propostas similares, e enfim, propostas em disputa, e então é preciso definir
640 percentual. Só estamos chamando a atenção do estado, que o Conselho Estadual, que ao organizar
641 a sua conferência, ele também olhe para isto. Não estamos dizendo que os conselhos não olham,
642 mas é mais uma observação, para que não chegue na hora e se fale que não se aprovou o
643 percentual, e enfim, que é necessário para as propostas serem aprovadas. No nosso caso aqui da
644 nacional, certamente estará no regimento interno esta questão da aprovação. Esta é uma
645 observação! O instrumental número dois, que é o do bálano crítico, este instrumental não tem

646 nenhuma alteração, ele permaneceu como está, até porque ele é um instrumental que de fato vai
647 possibilitar que se proceda a uma avaliação, seja ela, e acredito que é uma avaliação política e
648 qualitativa, deste balanço, a partir dos eixos, nas três esferas, olhando de resultados alcançados e
649 resultados esperados. E penso também que ao proceder este balanço crítico, ele dará um norte às
650 propostas que serão apresentadas e aprovadas. Digamos que eu tenha como resultado esperado a
651 realização de maior concurso público, de número maior de profissionais, da implementação de
652 ações regionalizadas, e então isto pode e deve resultar em uma proposta que o grupo acolha, e
653 mande à plenária. Este instrumental não sofreu alteração nenhuma, e não houve nenhuma
654 alteração com relação a ele. E como eu disse anteriormente, já entramos nos anexos, e ficou este
655 tópico de registros adicionais para subsidiar a conferência estadual ou do DF. Então fizemos um
656 pequeno esclarecimento, que é com a intenção de contribuir na sistematização das informações do
657 processo de realização das conferências estaduais e do DF, no que couber, sugere-se que sejam
658 efetuados regimes adicionais, não sendo necessário enviá-los ao CNAS. Então, acho que não é um
659 processo que está fácil de entender, porque ficamos com os dois instrumentais e os outros ficam
660 como registros adicionais. Temos um sistema que só será alterado, o que vai na realidade é conter
661 estas informações dos dois instrumentais, e vai gerar os relatórios que vamos ter para a nossa
662 conferência nacional. Estas são as minhas considerações, e estou à disposição para qualquer
663 esclarecimento. Obrigada.”. Após tal apresentação, o Sr. Renato Francisco dos Santos Paula
664 procedei à leitura do seguinte relato: “Memória da reunião da Comissão Organizadora da VIII
665 Conferência Nacional de Assistência Social, 9 e 10 de junho de 2011, das 09 às 18. CNAS, Brasília
666 – DF. Conselheiros Presentes, Carlos Eduardo Ferrari, Frederico Jorge de Sousa Leite, José
667 Araújo da Silva, Conselheiros presentes no dia 10/06, José Ferreira Crus, Marisa Rodrigues da
668 Silva, Renato Francisco dos Santos Paula e Renato Saidel Coelho. Ausências justificadas: Célia
669 Mota de Carvalho, José Araújo da Silva, dia 09/06. Convidados: Valdete de Barros Martins,
670 Coordenadora Geral da Relatoria, Beatriz de Paiva, Relatora Geral com ausência justificada,
671 Maria José Lanzetti, equipe da relatoria, Maria Ângela Rocha, Rosângela Paz, ausência
672 justificada, Roberta Caldo, da Assessoria de Comunicação, Anelise Borges, ASCOM, e Luiz Fara,
673 da ASCOM. Apoi da Secretaria executiva do CNAS. Maria das Mercês Carvalho – Secretária
674 Executiva, Jamile Calado, Liliane Neves, Maria Auxiliadora Pereira, Carolina Ribeiro, Mirelle
675 Dantas, Maria de Fátima Teixeira Sousa e Susani Gonçalves. 1. Apresentação do documento
676 orientações complementares da etapa estadual revisado conforme orientações da plenária.
677 Apresentação, relatoria da 8ª Conferência Nacional. As sugestões de encaminhamento. 1.1. A
678 Comissão, levando em consideração os encaminhamentos da plenária, apresenta os cenários
679 possíveis com alterações no instrumental caso sejam necessárias, tendo em vista o acúmulo do
680 debate na comissão organizadora. 2. Apresentação do material, a versão final a ser utilizada pelos
681 conselheiros nas conferências municipais das capitais conforme orientações da plenária. A
682 colaboradora, Prof. Rosângela Paz, encaminhou a proposta com a incorporação das questões
683 apresentadas na plenária de maio. A Comissão apreciou a proposta e, por ter avaliado a
684 necessidade de incorporar novas questões, e a necessidade de inserir orientações complementares
685 para subsidiar a fala dos conselheiros no espaço para as anotações, encaminhará aos conselheiros
686 o documento a ser utilizado nas conferências, após esta reunião plenária, tendo em vista que a
687 reunião da comissão realizou-se nos dias 09 e 10 de junho. Sugestões de encaminhamento: 2.1.
688 Divulgar as orientações para apresentação e postura dos conselheiros nacionais, preparada pela
689 professora, na página eletrônica do CNAS, no formato pop-up, com o objetivo de socializar aos
690 demais conselhos este material produzido aos conselheiros nacionais. 2.2. O presidente do CNAS,
691 Sr. Carlos Eduardo Ferrari, elaborará e colocará à disposição dos demais conselheiros a áudio-
692 descrição do material em Power point com vista a possibilitar a acessibilidade das pessoas com

693 *deficiência visual, ao material utilizado pelo conselho nas conferências. 2.3. Sugerir aos*
694 *conselheiros nacionais uma nova leitura da resolução CNAS 269, NOB/RH, tendo em vista a*
695 *temática central da conferência. 2.4. Serão preparadas duas formas de apresentação, uma mais*
696 *enxuta e outras com informações mais detalhadas para que o conselheiro faça a sua escolha como*
697 *desejar. 2.5. Nas apresentações serão incorporados dados do Censo SUAS relacionados ao*
698 *funcionamento dos Conselhos, além de questões afetas ao pacto de aprimoramento da gestão*
699 *estadual. 3. Apreciação da carta do CNAS às entidades de assistência social. “Prezados dirigentes*
700 *das entidades de assistência social, a assistência social, política pública garantidora de direitos,*
701 *chega à sua 8ª Conferência, trazendo para o centro dos debates a consolidação do SUAS, e a*
702 *valorização de seus trabalhadores. Esta construção só pode ser possível, e se qualifica na medida*
703 *em que os atores responsáveis pela oferta de serviços de atendimento, defesa e assessoramento,*
704 *seus trabalhadores e usuários, se comprometam e tenham claro que as conferências são espaços de*
705 *deliberação e acompanhamento desta política. As entidades e organizações de assistência social*
706 *tem contribuído historicamente para garantir a capilaridade da rede, a identificação e conquista de*
707 *novos direitos, e a promoção da intersectorialidade de outras políticas. Neste sentido, a medida que*
708 *o Estado Brasileiro assume seu papel de primazia conforme conquistado na LOAS, torna-se*
709 *fundamental aprimorarmos as estratégias de articulação entre as ofertas e os serviços estatais e*
710 *não governamentais. A assistência social, para além dos espaços de conferência, tem estimulado*
711 *novas formas e possibilidades de participação, principalmente no sentido de se provocar a*
712 *mobilização de eventos pré-conferência. Acreditamos que esta é uma grande oportunidade para as*
713 *entidades e organizações de assistência social promoverem o envolvimento de seus dirigentes,*
714 *trabalhadores e usuários, para que possam contribuir e se envolver de fato no processo de*
715 *participação popular desta política pública. Certos de avançarmos na consolidação desta aliança*
716 *estratégica e decisiva para a consolidação do SUAS e a valorização de seus trabalhadores,*
717 *contamos com a participação de todos no processo de conferência, no âmbito municipal, estadual,*
718 *do DF e nacional.” Encaminhamentos. 3.1. Conforme deliberado em plenária de maio, a carta será*
719 *encaminhada à ASCOM para revisão e reformular a linguagem para divulgação junto aos meios*
720 *de comunicação disponíveis. Item 4. Comitê de comunicação. 4.1. Informes sobre o trabalho da*
721 *ASCOM na revisão das cartas conforme orientações. As cartas do CNAS destinadas aos gestores,*
722 *trabalhadores e usuários já foram revisadas pela ASCOM, e publicizadas no boletim SUAS*
723 *informa, além de disponibilizadas no site do CNAS, além de terem sido encaminhadas via mala*
724 *direta do CNAS. 4.2. Apresentação do jornal MDS edição especial sobre a conferência. Este jornal*
725 *terá uma tiragem de 250 mil exemplares, para distribuição ampla junto aos municípios, estados e*
726 *DF, e na 8ª Conferência Nacional, e a todos os equipamentos da Assistência. 4.3. Comunicação.*
727 *4.3.1. Mobilização. Apresentação das ações de rádio para divulgação das conferências municipais.*
728 *Dados do plano de comunicação. A mobilização para participação das conferências a partir das*
729 *municipais, contará com o apoio dos setores de rádio da ASCOM. O foco principal da ASCOM são*
730 *as rádios comunitárias, inclusive para divulgação das entrevistas. Os enfoques estão prontos, e a*
731 *matéria “prosa rural sobre as conferências”, será distribuída em julho. A ASCOM utilizará meios*
732 *de comunicação de grande alcance, como a voz do Brasil, e pautarão a participação de prefeitos,*
733 *conselheiros, trabalhadores e secretários de determinados municípios para entrevista em*
734 *conferência. A apresentação de boas experiências de gestão do SUAS, e de mobilização,*
735 *participação e controle social da assistência social. 4.3.2. Capacitação de conselheiros. Discutir a*
736 *realização de um pequeno media streaming com os integrantes do conselho, visando o melhor*
737 *aproveitamento das entrevistas radiofônicas, tendo em vista orientar e tirar dúvidas dos*
738 *entrevistados, que serão porta-vozes do CNAS junto à mídia, rádio ASCOM/MDS. Dados do plano*
739 *de comunicação. Rádio. Setor de rádio do MDS, propõe realizar um pequeno media streaming com*

740 *os integrantes do conselho visando o melhor aproveitamento das entrevistas radiofônicas. Orientar*
741 *e tirar dúvidas dos entrevistados, que serão porta-vozes da conferência junto às mídias. Rádio*
742 *ASCOM/MDS. Plano de comunicação da conferência, está prevista a realização do media*
743 *streaming, com os conselheiros do CNAS, e foi proposta a data do dia 14 de junho, das 17 às 18.*
744 *Tendo em vista problemas para a presença dos assessores da ASCOM nesta data, a Secretaria*
745 *Executiva do CNAS remarcará nova data junto à equipe de assessoria de comunicação do MDS.*
746 *4.3.2.1. Definir roteiro para as falas dos conselheiros para as entrevistas das rádios locais. Dados*
747 *do plano de comunicação. Rádio. Entrevista com conselheiros e representantes da SNAS sobre*
748 *conferências nas capitais a serem marcadas no dia anterior ao evento e no final do evento. Os*
749 *conselheiros poderiam falar sobre a expectativa do encontro, assim como dos resultados*
750 *esperados. Estas entrevistas serão cedidas pelo conselheiro que participará da conferência no*
751 *município, capital e estado, e DF, rádio ASCOM/MDS com apoio do MDS e CNAS. Dicas para*
752 *entrevistas em rádio. Inclusive, em rádios comunitárias. A linguagem de rádio deve ser muito*
753 *direta, concisa e coloquial, fala direcionada à “Dona Maria”, evitar siglas e , se citá-las, dizer o*
754 *que significa. Quando o repórter perguntar uma questão, ela deve ser respondida no primeiro*
755 *momento de forma direta. Falar o necessário para responder à pergunta. Dirigir à fala aos*
756 *prefeitos, conselheiros, usuários, entidades e trabalhadores da assistência social. 4.3.3.*
757 *Teleconferências. Local: NBR, TV a CABO. A teleconferência será realizada no dia 17 de junho de*
758 *2011 das 10 às 11:30. O CNAS divulgou no dia 13/06 as orientações de como acessar a*
759 *teleconferência e toda a sua mala direta. A ASCOM também organizará a sua teleconferência por*
760 *meio de sua mala direta, no dia 15 de junho. 4.3.4. Processos de divulgação das conferências das*
761 *capitais. 4.3.4.1. Apresentação do cronograma de atividades para a divulgação das conferências*
762 *municipais, a partir do calendário das conferências. A ASCOM realizará matérias e entrevistas em*
763 *dois momentos, anterior à conferência, em Brasília, e para as capitais no momento de sua*
764 *realização. Quanto à questão sobre a possibilidade de divulgação das conferências em outras*
765 *mídias, a ASCOM se colocou à disposição do CNAS para encaminhar todos os materiais*
766 *produzidos para que as entidades representadas no CNAS possam fazer amplas divulgações em*
767 *suas redes. 4.3.4.2. Informes sobre a entrevista a ser previamente gravada com o presidente para*
768 *distribuição nos municípios e mídias locais. Dados do plano de comunicação. Entrevistas pré-*
769 *gravadas. As entrevistas serão feitas pelas equipes de rádio da ASCOM e mandadas para as rádios*
770 *comunitárias. Entrevistas pequenas, de cinco a dez minutos. As entrevistas serão enviadas para as*
771 *rádios da região onde estiverem acontecendo as conferências, e disponibilizadas no portal, rádio*
772 *ASCOM/MDS. 4.3.4.3. Informes sobre o depoimento do presidente para produção de áudio a ser*
773 *divulgado. Dados do plano de comunicação. Depoimentos da Ministra, da Secretária de*
774 *Assistência Social, e do presidente do conselho. Depoimentos de, no máximo 40 segundos, feitos*
775 *pelas autoridades, a serem distribuídos para públicos específicos, gestores e rádios comunitárias.*
776 *Este áudio deve ser distribuído aos mailings da ASCOM e enviados para os conselhos estaduais,*
777 *que poderão diluir estes materiais nos estados, além de serem disponibilizados no portal. Na*
778 *semana de três a sete de junho, a ASCOM fará uma entrevista com o presidente do CNAS para*
779 *posterior distribuição de matéria sobre as conferências nas mídias locais. 4.3.4.4. Discutir com a*
780 *ASCOM o formato da assessoria junto aos conselheiros que representarão o CNAS para as*
781 *conferências municipais e das capitais. O processo de agendamento das entrevistas e participações*
782 *da mídia será organizado pela ASCOM, por telefone e e-mail, para os representantes do MDS, e do*
783 *CNAS, que participarão nas conferências de assistência social. 4.3.4.5. Informes sobre o vídeo com*
784 *a Ministra, e o presidente do CNAS, com saudação personalizada para cada estado, para exibição*
785 *na abertura em cada conferência estadual. Dados do plano de comunicação. Vídeo. Gravação da*
786 *saudação da Ministra e do presidente do CNAS, personalizada para cada estado, para exibição em*

787 cada conferência. Imprensa, ASCOM/MDS, necessidade de solicitação à EBC ou TV do Banco do
788 Brasil. A ASCOM está elaborando um termo de referência para a contratação deste serviço com a
789 NBR para atendimento desta demanda específica. Encaminhamento. 4.1. Que a ASCOM aprecie o
790 termo de referência para a 8ª Conferência Nacional, que foi encaminhado ao CNAS, tendo em vista
791 a análise do mesmo no que couber àquela assessoria. 4.3. Inserir a logomarca do CNAS nos
792 créditos da logomarca da 8ª conferência, e disponibilização da mesma em alta resolução. 4.4. Que
793 os conselheiros nacionais presentes nas conferências das capitais, solicitem que sejam
794 encaminhadas fotos ou endereço eletrônico do fotógrafo, para que a ASCOM possa contratá-lo e
795 divulgar imagens da conferência nas páginas eletrônicas do MDS e CNAS. 4.5. Visando reforçar o
796 registro das imagens das conferências, a Secretaria Executiva do CNAS, entrará em contato com os
797 Conselhos de Assistência Social, para solicitar que os mesmos enviem fotos para o banco de fotos
798 da ASCOM. Para isto será divulgado um e-mail da ASCOM. 4.5. Quanto ao vídeo de saudação da
799 Ministra e do Presidente do CNAS, a Comissão Organizadora sugere a inclusão de uma música
800 introdutória antes das saudações, e que os presidentes dos conselhos estaduais, e do DF, sejam
801 informados previamente sobre o vídeo, sua duração, e especificação da tecnologia necessária para
802 a sua apresentação, e solicitação de que o mesmo seja apresentado durante a abertura da
803 conferência. Item 5. Comitê editorial. O comitê informou que três textos ainda não foram entregues
804 pelos autores, e tendo em vista atender às demandas recebidas pelos conselhos, será divulgado o
805 caderno com os textos recebidos até o dia 13 de junho. Seis. Proposta de pauta para a reunião de
806 julho, 07 e 08/07. 6.1. As oficinas. 6.2. Programação cultural. 6.3. Definir critérios para a
807 participação na 8ª Conferência. 6.4. Definir propostas de regulamento da 8ª Conferência. 6.5.
808 Definir colaboradores para elaboração da síntese da mobilização e balanço crítico do processo
809 das conferências em 2011. Das conferências estaduais e do DF. 6.6. Comitê de comunicação.
810 Carlos Eduardo Ferrari, presidente do CNAS e coordenador da Comissão Organizadora da 8ª
811 Conferência Nacional. ”. Em seguida, abertas as discussões, o Sr. José Ferreira Crus solicita que se
812 conste em ata que, no item 2.4., as duas formas de apresentação são na perspectiva de que o
813 conselho será convidado para alguma mesa de abertura, ou para participação em algum dos eixos
814 temáticos discutidos. Após esta menção, discutiu-se brevemente sobre carta a ser remetida à
815 ASCOM, e as formas de acessibilidade que deveriam alcançá-la para que esta sirva ao maior
816 número de entidades assistenciais. Acordou-se que os Conselheiros Carlos, Simone e Maria
817 Auxiliadora deveriam propor sugestões às medidas acessibilidade necessárias. Em seguida,
818 discutiu-se acerca das gravações de apresentações da Ministra e do Presidente do CNAS, a
819 figurarem nas aberturas das conferências estaduais. Após esta discussão, o Conselheiro Renato
820 Francisco dos Santos Paula mencionou que ao tempo do fechamento do relato, mudanças haviam
821 ocorrido até a data de sua apresentação, informando que vários autores de textos solicitados pelo
822 Conselho haviam subetido-se a imprevistos e intempéries e que nem todos os textos estariam
823 prontos, todavia, havia ao menos um texto de cada um dos subeixos, e que a liberação de versões
824 preliminares do caderno de textos deveria ocorrer ao final da semana posterior à realização daquela
825 reunião. Em seguida, o Conselheiro Carlos Ferrari mencionou que no dia 16 deveria ocorrer reunião
826 entre a presidência ampliada e a Secretaria Executiva, para revisão do calendário de julho para o
827 CNAS. Após o término daquela discussão, o Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite propôs
828 alteração da hora de apresentação do relato da Comissão de Política, que, ao final, acordou-se seria
829 realizada após a apresentação da Sra. Dulcelena, que ocorreria na data seguinte. Foi realizada, em
830 seguida o relato da Comissão de Financiamento, nos seguintes termos, a seguir transcritos:
831 “Conselheiros Presentes: Carlos Eduardo Ferrari; José Geraldo França Diniz; Maria Aparecida
832 do Amaral Godoi de Faria; Pedro Ost; Sérgio Wanderly Silva; Jane Pereira Clemente; Eutália
833 Barbosa Rodrigues. Ausências justificadas: Brenda Ferreira Silva; Iolete Ribeiro da Silva.

834 *Convidados: Adailton Aniaral Barbosa Leite — Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS.*
835 *Ouvintes: Solange Bueno — Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis. Apoio:*
836 *Maria das Mercês Avelino de Carvalho; Jamile Calado; Mirelle Dantas; Suzany Gonçalves. Eu*
837 *queria que o casal na minha frente se concentrasse! Santo Antônio há de atendê-los. Primeiro*
838 *ponto. 1. Apresentação da Proposta orçamentária para 2012 e do Plano Plurianual 2012-2015 da*
839 *Secretaria Nacional de Assistência Social. O Assessor do Gabinete da SNAS, Adailton Amaral*
840 *Barbosa Leite, apresentou o Plano Plurianual — PPA 2012— 2015, destacando os seguintes*
841 *pontos: O programa temático da SNAS chama-se “N006 - Fortalecimento do Sistema Único de*
842 *Assistência Social (SUAS)” e é composto por 5 objetivos, que são: 0001 — Serviços de Proteção*
843 *Social Básica. 0002 — Serviços de Proteção Social Especial. 0003 — Benefícios (BPC/RMV e BE).*
844 *0004 — Gestão e Vigilância Social. 0005 — Controle e Participação Social. 1.1) Serviços de*
845 *Proteção Social Básica. 0001 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade*
846 *social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica; qualificar os serviços e*
847 *promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; expandir a rede de proteção*
848 *social básica nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; assegurar qualidade e*
849 *funcionamento da rede implantada e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de*
850 *serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente. Metas: Ampliar a*
851 *cobertura de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para crianças e idosos,*
852 *buscando a universalização da oferta e equalização da cobertura de cofinanciamento; Aprimorar a*
853 *gestão territorial dos CRAS, de forma a assegurar a articulação entre o trabalho social com*
854 *famílias e a oferta de serviços de proteção básica no território; Construir padrões para execução*
855 *dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças, adolescentes e idosos;*
856 *Elevação do percentual de CRAS operando segundo padrões nacionais de funcionamento; Elevar o*
857 *percentual de Municípios que realizam busca ativa das famílias; Equipe de referência do CRAS*
858 *qualificada para atender e acompanhar o público prioritário (Programa Bolsa Família, Brasil sem*
859 *Miséria, BPC e benefícios eventuais) que vive no território; Equipes de referência do CRAS*
860 *qualificadas para execução do Plano Nacional de Enfrentamento ao crack e outras drogas;*
861 *Fortalecer e incrementar a rede de Proteção Social Básica, induzindo o acompanhamento das*
862 *famílias em situação de extrema pobreza definidas pelo Plano Brasil sem Miséria; Municípios*
863 *orientados a trabalhar com os direitos das mulheres no âmbito do acompanhamento familiar do*
864 *PAIF; Municípios orientados para atender populações rurais; comunidades tradicionais: indígena,*
865 *quilombola e ribeirinha, onde couber e incluir pessoas com deficiência nos serviços. Iniciativas:*
866 *Ampliação, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da Rede de Proteção Social*
867 *Básica; Ações orçamentárias: 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica. 2B30 - Estruturação da*
868 *Rede de Serviços de Proteção Social Básica. Aperfeiçoamento dos mecanismos de orientação,*
869 *assessoramento e apoio técnico para a gestão e execução dos serviços de Proteção Social Básica;*
870 *Orientação dos municípios e DF para ampliar e qualificar o atendimento e acompanhamento às*
871 *famílias. 1.2) Serviços de Proteção Social Especial. 0002 - Ampliar o acesso das famílias e*
872 *indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e*
873 *atendimento especializados; assegurar qualidade e funcionamento da rede de proteção social*
874 *especial implantada; expandir sua cobertura, qualificar os serviços ofertados e induzir a*
875 *estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de*
876 *acordo com padrões estabelecidos nacionalmente. Metas: Construir e difundir orientações*
877 *técnicas, estabelecer e monitorar protocolos intersetoriais para implantação e implementação do*
878 *Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências, com enfoque nas*
879 *particularidades de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, pessoas com*
880 *deficiência e idosos) nos municípios em situação de desastres; Construir e difundir parâmetros e*

881 *regulações nacionais para o funcionamento do CREAS e do Centro de Referência Especializado*
882 *para População em Situação de Rua, assegurado enfoque nas questões de gênero e orientação*
883 *sexual; Criar capacidade para mapeamento, identificação, registro no CAD/Único e vinculação a*
884 *serviços públicos, das pessoas em situação de rua nos municípios com mais de 100 mil habitantes;*
885 *Elaborar e difundir orientações técnicas e fluxos intersetoriais para o aprimoramento da gestão do*
886 *serviço de proteção social para adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de*
887 *Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC); Elaborar e difundir*
888 *parâmetros, orientações técnicas e regulações de âmbito nacional para oferta dos Serviços de*
889 *Acolhimento tipificados para os diferentes públicos, em suas diversas modalidades, assegurando*
890 *enfoque nas questões de gênero, orientação sexual e unidades familiares LGBT; Elaborar e*
891 *difundir protocolos e orientações técnicas com enfoque nas questões de gênero, raça ou etnia para*
892 *o aprimoramento da atenção especializada a mulheres em situação de violência, visando contribuir*
893 *para a implementação da lei Maria da Penha; Elaborar protocolo intersetorial, construir e*
894 *difundir orientações técnicas específicas para o atendimento especializado às famílias e indivíduos*
895 *com violação de direitos associada ao uso de crack e outras drogas; Elevar o número de CREAS*
896 *ofertando serviço de proteção social a adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa*
897 *(MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade(PSC); Elevar o*
898 *número de CREAS prestando atendimento especializado a mulheres em situação de violência;*
899 *Elevar o percentual de CREAS e de Centros de Referência Especializado para Populações em*
900 *situação de rua, operando segundo padrões de funcionamento estabelecidos nacionalmente; Incluir*
901 *no Censo SUAS um módulo para os serviços de acolhimento destinados às crianças e adolescentes;*
902 *Induzir a oferta do Serviço Especializado em Abordagem social nos municípios com populações em*
903 *situação de rua, focos de trabalho infantil em suas piores formas e sedes dos eventos Copa do*
904 *Mundo (2014) e Olimpíadas (2016); Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes a*
905 *organizarem a gestão da rede de serviços de acolhimento. Iniciativas: Aperfeiçoamento dos*
906 *mecanismos de orientação, assessoramento e apoio técnico para gestão e execução dos serviços de*
907 *Proteção Social Especial; Orientação dos municípios e DF para ampliar e qualificar o*
908 *atendimento e o acompanhamento especializado às famílias e indivíduos; Produção e organização*
909 *de orientações técnicas, normativos, protocolos e fluxos intersetoriais. Expansão, manutenção,*
910 *qualificação, ampliação e estruturação da rede de proteção social especial; Ações orçamentárias:*
911 *2A65 - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade; 2A69 - Serviços de Proteção*
912 *Social Especial de Alta Complexidade; 2B3 1 - Estruturação da Rede de Serviços de Proteção*
913 *Social Especial; Benefícios (BPC/RMV e BE). 0003 - Conceder benefícios assistenciais a*
914 *indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração*
915 *entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas*
916 *setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência*
917 *Social (BPC) e dos benefícios eventuais. Metas: Ampliar as informações socioeconômicas sobre os*
918 *beneficiários do BPC, por meio de sua inclusão no Cad/Único, visando analisar a focalização, a*
919 *cobertura do benefício e o perfil do beneficiário; Conceder o BPC a todos os indivíduos elegíveis,*
920 *de acordo com a demanda; Criar condições para ampliar a cobertura dos beneficiários na faixa*
921 *etária de 0 a 18 anos no Programa BPC na Escola; Elaborar e difundir orientações técnicas*
922 *relativas à utilização dos recursos oriundos do BPC destinado aos idosos e pessoas com*
923 *deficiências em situação de acolhimento provisório e de longa permanência; Estabelecer novo*
924 *marco regulatório para reavaliação periódica do BPC; Implantar o novo processo de reavaliação*
925 *periódica do BPC; Instituir novos critérios de manutenção do BPC, para compatibilizar o benefício*
926 *com o contrato de aprendizagem profissional e a situação inicial de trabalho do beneficiário*
927 *incluído no BPC Trabalho; Instituir o Programa BPC Trabalho e implantá-lo em todas as capitais*

928 dos estados/DF; Instituir protocolo de integração entre o INSS e a SNAS, definindo fluxos e
929 procedimentos para a operacionalização do BPC e o acompanhamento dos beneficiários pelos
930 serviços socioassistenciais. Iniciativas: Aperfeiçoamento do processo de concessão, manutenção,
931 monitoramento, avaliação, controle, regulação, fiscalização, cadastramento, reavaliação periódica
932 do BPC e das ações intersetoriais; Ação orçamentária: 2589 - Avaliação e Operacionalização do
933 Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e Manutenção da Renda Mensal
934 Vitalícia (RMV). Assessoramento aos entes federados na regulamentação dos Benefícios Eventuais;
935 Realização do pagamento do processamento de dados dos benefícios assistenciais; Ação
936 orçamentária: 2583 - Serviço de Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada
937 (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (R.MV). Realização do pagamento dos benefícios (BPC e
938 RMV). Ações Orçamentárias: 0561 - Renda Mensal Vitalícia por Idade; 0565 - Renda Mensal
939 Vitalícia por Invalidez; 0573 - Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa
940 Idosa; 0575 - Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social à Pessoa com Deficiência.
941 1.4) Gestão e Vigilância Social. 0004 - Coordenar a gestão do Sistema Único de Assistência Social
942 (SUAS), apoiando e acompanhando sua implementação nas demais esferas de governo, assim como
943 organizar e coordenar a Vigilância Social, para o monitoramento das vulnerabilidades, riscos
944 sociais e violações de direitos, dos padrões dos benefícios e ações ofertadas pela política de
945 assistência social. Metas: Apoiar a estruturação da área de Vigilância Social em todos os Estados
946 e no Distrito Federal; Apoiar a estruturação da área de Vigilância Social em todos os municípios
947 com 50 mil habitantes ou mais; Consolidar o Pacto de Aprimoramento de Gestão firmado entre os
948 Governos Estaduais, Federal e ampliá-lo para os municípios; Elevar o número de municípios com
949 desempenho satisfatório na gestão do SUAS; Elevar o número de profissionais capacitados no
950 Programa Nacional de Formação, Qualificação e Capacitação no SUAS; Elevar o número de
951 unidades federativas com plano estadual de capacitação, gestão do trabalho, mesa de negociação e
952 Planos de Carreira, Cargos e Salários mstituídos e estruturados; Integrar todos os municípios ao
953 sistema de notificação de violação de direitos; Vincular entidades de assistência social ao SUAS.
954 Iniciativas: Aprimorar a regulação do SUAS; Promover e apoiar a gestão integrada de serviços,
955 benefícios e transferências de renda, bem como construir métodos e processos de trabalho
956 qualificados para essa integração; Qualificar a gestão do SUAS, por meio do acompanhamento,
957 apoio técnico e financeiro às demais esferas federativas, do apoio e fortalecimento das instâncias
958 de pactuação e de controle social, do aperfeiçoamento da tecnologia da informação utilizada, bem
959 como da produção e disseminação de instrumentos para o diagnóstico das situações de
960 vulnerabilidade, risco e violações de direitos e informações sobre os serviços ofertados, incluindo a
961 produção de estatísticas nacionais e subnacionais no âmbito do SUAS, contemplando a realização
962 anual do Censo SUAS. Ação orçamentária: 8893 - Apoio à Organização e Gestão do Sistema
963 Único de Assistência Social – SUAS; 1.5) Controle e Participação Social. 0005 - Fortalecer o
964 controle social e incentivar a participação da sociedade, visando o aperfeiçoamento do Sistema
965 Único de Assistência Social (SUAS). Metas: Elevar o número de conselhos municipais com
966 alternância na presidência entre os representantes governamentais e os representantes da
967 sociedade civil; Elevar o número de conselhos municipais com secretaria executiva; Elevar o
968 número de conselhos municipais de assistência social com previsão de recursos específicos no
969 orçamento do órgão gestor, destinados à sua manutenção e funcionamento; Elevar o número de
970 conselhos municipais de assistência social com representantes da sociedade civil eleitos em
971 assembleias instaladas especificamente para esse fim; Realizar 2 Conferências Nacionais de
972 Assistência Social, até 2015. Iniciativas: Assegurar o funcionamento do Conselho Nacional de
973 Assistência Social (CNAS), realizar as Conferências Nacionais de Assistência Social, incentivar a
974 participação da sociedade civil no conselhos de assistência social, apoiar e acompanhar o

975 *aprimoramento e fortalecimento do controle social no âmbito do SUAS. Ação orçamentária: 8249 -*
976 *Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social. Encaminhamentos: Solicitar a SNAS o prazo*
977 *para que o CNAS possa participar no processo de elaboração do PPA contribuindo no conteúdo*
978 *dos objetivos e iniciativas do plano. Exemplo: Habilitação e reabilitação; Consultar a SNAS, se há*
979 *possibilidade de alteração no Objetivo 0004 (Gestão e Vigilância Social), da Meta “Apoiar a*
980 *estruturação da área de Vigilância Social em todos os municípios com 50 mil habitantes ou mais”,*
981 *para “Apoiar a estruturação da área de Vigilância Social em todos os municípios com para*
982 *municípios 20 mil habitantes ou mais”.2. Deliberação plenária do mês de abril. Em resposta a*
983 *deliberação deste Conselho, do mês de abril, a qual solicitava ao Fundo Nacional Assistência*
984 *Social (Memorando nº10/20 1 1/CF/SE/CNAS) os valores remanescentes de 2010 executados em*
985 *2011, que foram citados no Relatório de Execução Orçamentária e Financeira referente ao 1º*
986 *trimestre de 2011, foi encaminhado o Memorando nº110/2011- DEFNAS/SNAS/MDS. A Comissão*
987 *analisou as informações prestadas pela DEFNAS e as considerou satisfatórias e esclarecedoras. 3.*
988 *Ofícios do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais. Foram lidos os Ofícios nº*
989 *186/CEAS/1 1 e nº199/CEAS/1 1 encaminhados ao CNAS, que, respectivamente, tratavam sobre os*
990 *critérios de partilha do piso mineiro de assistência social e acerca da utilização de recursos do*
991 *Índice de Gestão Descentralizada — IGD para realização das conferências municipais de*
992 *assistência social. A Comissão tomou ciência do primeiro ofício que fora enviado a Secretaria*
993 *Nacional de Assistência Social, com cópia a este Conselho e após discussão sobre o IGD sugeriu o*
994 *envio do assunto a presidência ampliada. 4. Pauta de Julho: 4.1) Análise do Relatório da Execução*
995 *Orçamentária e Financeira do FNAS - exerc. 2011 —2º trimestre (Relatório Trimestral - LOAS,*
996 *Art.19, item VII) 4.2) Apresentação da Proposta Orçamentária para 2012 (A Proposta*
997 *Orçamentária deverá ser apreciada e aprovada até o dia 31/07— Resolução CNAS nº 59/2009).*
998 *Sérgio Wanderly, Coordenador Adjunto da Comissão de Financiamento.”. Abertas as*
999 *considerações, o Sr. Renato Saidel Coelho indagou se está sendo contemplada a perspectiva de*
1000 *repasso fundo a fundo aos municípios para o pagamento de recursos humanos. A Conselheira*
1001 *Simone inferiu que a autorização do PL SUAS subsume-se à autorização para recursos dos pisos*
1002 *para financiamento dos serviços. Mencionou ainda que haverá a apresentação de um documento*
1003 *chamado “O CRAS que temos e o CRAS que queremos”, tratando acerca das modificações*
1004 *necessárias ao funcionamento dos Centros de Referência. Adiante à esta fala, o Sr. José Crus*
1005 *mencionou o avanço no desenho do PPA 2012/2015. Após ilações acerca do tema, realizou-se breve*
1006 *intervalo para, posteriormente, iniciar o período de colóqui, onde foram frisadas falas da Sra. Ana*
1007 *Fonseca, Secretária Executiva Extraordinária do Plano Brasil sem Miséria, e da Sra. Maria Luiza*
1008 *Amaral Rizzotti. A primeira fala, da Sra. Ana Fonseca, compôs-se pela seguinte apresentação:*
1009 *“Aproveito, Ferrari e todos aqui presentes, para dizer que está aqui também o Cláudio da Rocha,*
1010 *que é o Secretário Adjunto da Secretaria Extraordinária para a Superação da Extrema Pobreza.*
1011 *Sobre o convite, é verdade que antes tenho que dizer boa tarde, e ele me disse, e espero que seja*
1012 *esta a primeira de muitas outras ocasiões. Outro dia eu respondia ele, como outro dia respondi à*
1013 *Simone, que vejo ali sentada, que nestes convites eu estou feito aquela musica da Gal Costa que diz*
1014 *que sou destas mulheres que sempre dizem sim, e então eu já disse à ele que sim, que eu esperava*
1015 *outros convites e que viria sempre que chamada, porque acho que este é um fórum importante e*
1016 *privilegiado, acho também que a Assistência cumprirá um papel importante e de grande*
1017 *centralidade no Brasil sem Miséria, e acho que estes debates são bons, muito bons para escutar e*
1018 *para reagir a estas escutas, porque o que teremos em nosso compromisso, é fazer mesmo deste*
1019 *Brasil um país sem miséria. Eu vou começar dizendo do papel estratégico que eu acho que cumpre*
1020 *a política pública da assistência, e eu penso que não é por acaso que a coordenação do Brasil sem*
1021 *Miséria é do MDS, que abriga a PNAS e que lidera a construção e implementação do SUAS. E, são*

1022 *vários os motivos pelos quais a Assistência cumpre este papel estratégico. Acho que em primeiro*
1023 *lugar, porque na maioria dos municípios brasileiros a responsabilidade pelo Cad/único é da*
1024 *assistência, das prefeituras, e além disto uma estratégia da qual eu falarei mais adiante, que*
1025 *chamamos de Busca Ativa, e a implantação e implementação de novos procedimentos para*
1026 *inclusão de grupos populacionais específicos, como os catadores de material reciclável, a*
1027 *população em situação de rua, comunidades quilombolas extrativistas, requerem conhecimentos e*
1028 *habilidades próprios da formação dos trabalhadores e trabalhadoras da assistência. Um segundo*
1029 *motivo para esta centralidade, em meu entendimento, é porque a assistência é capaz de resgatar o*
1030 *público do Brasil sem Miséria para dentro das políticas sociais. Eu penso que com seus 7000*
1031 *centros de referência, se não estou desatualizada, os CRAS, e cerca de 2000 CREAS, espalhados*
1032 *por todo território nacional, e atuante neste território de maior vulnerabilidade, representam um*
1033 *importante meio de acesso aos direitos sociais para as famílias que vivem em situação de extrema*
1034 *pobreza. E que a assistência social tem competência e condições para fazer um sistema de*
1035 *referências para as demais políticas públicas como a saúde, a educação, como a segurança*
1036 *alimentar. Acho que, neste sentido, a assistência se coloca em uma condição estratégica para*
1037 *implantar a rede de atenções e serviços que possibilita outra condição de dignidade e de inclusão*
1038 *ao cidadão brasileiro. E em terceiro lugar, porque a nossa querida amiga Aldaíza sempre tem*
1039 *falado disto, houve um inegável avanço nos últimos anos, na progressiva consolidação da*
1040 *assistência como política pública, e então temos a LOAS, as suas normas operacionais, o SUAS, e*
1041 *mais recentemente a aprovação do PL SUAS. Estes são o que consigo vislumbrar de importante e*
1042 *relevante do papel da assistência social neste grande projeto de um país rico e sem miséria. Devo*
1043 *dizer que este projeto, este plano, é importante porque ele visa a realizar algo que estava*
1044 *estabelecido já na nossa constituição, em seu artigo 3º, que dizia que é um dos objetivos da*
1045 *República Federativa do Brasil erradicar a extrema pobreza, a desigualdade, a marginalidade, e*
1046 *as desigualdades regionais. Eu acho que 23 anos depois, com a ação destes 23 anos para agora, a*
1047 *ter condições de colocar na agenda pública este desafio extraordinário, este desafio que é integrar*
1048 *na cidadania tantos brasileiros e brasileiras. E também porque creio que no Brasil estão dadas as*
1049 *condições para que possamos dar este passo mais forte, mais vigoroso. Nós vencemos um ciclo*
1050 *hiper-inflacionário, lembrem-se que quando o Presidente Lula assumiu tínhamos o Dólar beirando*
1051 *aos quatro reais. Tínhamos, não tínhamos crédito, nós vencemos bem a crise dos anos 2007 e 2008,*
1052 *criamos um mercado interno importante, aumentamos as transferências de renda, e o salário*
1053 *mínimo teve ganhos extraordinários, e se associou a este dinamismo econômico mais proteção*
1054 *social. Apesar de tudo isto que logramos nesta década, ainda temos segundo o censo do IBGE, 16,2*
1055 *milhões de brasileiros em extrema pobreza. São exatamente 16.297.000.197 brasileiros, que moram*
1056 *em 4.000.019.000 residências. Esta situação de extrema pobreza qualificamos como extrema*
1057 *pobreza tendo como primeira referência o valor de 70 reais como renda familiar por pessoa da*
1058 *família. Muitos dizem, e com razão, que é um valor baixo, mas este valor não é um valor para*
1059 *elegibilidade do plano, mas é um valor que busca jogar luz sobre as outras dimensões da pobreza.*
1060 *Quando olhamos quem são, quantos somos, nós, os brasileiros, estes 16 milhões, onde vivemos, que*
1061 *idade temos, que cor temos, que déficit de serviços temos, nós lançamos luz sobre outras*
1062 *manifestações da pobreza. Nós sabemos hoje que dos 190 milhões de brasileiros, 85% vivem nas*
1063 *áreas urbanas, 15% vivem nas áreas rurais, e no entanto, na extrema pobreza, aquilo que era 85%*
1064 *nas áreas urbanas é 53% na extrema pobreza, e aquilo que é 15% da nossa população nas áreas*
1065 *rurais, representam 47% dos extremamente pobres brasileiros. E as pessoas são pobres de quê,*
1066 *segundo este censo? Faltam, a muito deles energia elétrica, apesar do êxito do programa luz para*
1067 *todos, por isto o plano Brasil sem Miséria tem como meta chegar a energia elétrica a mais 257 mil*
1068 *domicílios brasileiros. Eles são pobres de água encanada, de esgoto, eles são pobres por ausência*

1069 *de documentos, e tem muitas pessoas, sobretudo no norte do Brasil que ainda não tem uma*
1070 *existência civil, e eles são pobres porque lhes falta água, não só de beber, mas também para*
1071 *produzir. Estas são as distintas dimensões que aqueles 70 reais trazem, para que possamos olhar*
1072 *as outras manifestações da pobreza. Esta pobreza, estas pessoas, nós os brasileiros pobres, somos*
1073 *também jovens. Quando pegamos estes 16,2 milhões, 39,9%, 40% de 16 milhões têm até 14 anos de*
1074 *idade. E como se diz no Ceará, em Minas, nas Alagoas, trabalho de criança é brincar e estudar.*
1075 *Então, são 40% dos 16 milhões tem até 14 anos de idade. Se nós puxarmos a faixa etária um pouco*
1076 *mais para frente, até os 19 anos de idade, isto dá 51% dos brasileiros em extrema pobreza, que tem*
1077 *até 19 anos de idade. Esta pobreza é oral, fortemente rural, e é uma pobreza jovem. Com relação*
1078 *aos outros atributos desta população, eles estão, a relação é de 51 a 49, distribuído em um total*
1079 *Brasil entre homens e mulheres, mas nas zonas rurais tem mais homens do que mulheres. O plano,*
1080 *esta é a grande descrição, em linhas gerais, que temos do plano. Agora, o Brasil sem miséria está*
1081 *dividido em três grandes eixos. Um dos eixos é a transferência de renda. Vocês lembram que na*
1082 *transferência de renda, o programa bolsa família é um programa importante que, embora em*
1083 *volume de recursos o BPC tenha um volume muito maior de recursos quando comparado ao Bolsa*
1084 *Família, porque o valor é da transferência, é mais elevado, como vocês bem sabem. Temos então*
1085 *este eixo de transferência. Em abril deste ano temos um aumento importante ao programa Bolsa*
1086 *Família, nos benefícios chamados variáveis, aqueles das pessoas até 14 anos de idade, e dos 15 aos*
1087 *17 anos de idade, e no dia 09 de junho, quando a presidenta lançou o programa, ela também tirou*
1088 *aquilo que chamávamos de uma trava, que o programa permitira que apenas três crianças por*
1089 *família se beneficiassem. Agora serão até 5 crianças por família. Nisso, muitas incompreensões a*
1090 *este respeito, quando se diz que isto pode estimular a natalidade. Há um preconceito existente, mas*
1091 *vejam vocês, que das treze milhões de famílias no programa Bolsa Família, apenas 980 mil, ou*
1092 *cerca de 8% deste total, tem mais do que três crianças. Aquilo que a sociedade está registrando*
1093 *como queda da fecundidade acontece em todas as classes sociais. Eu disse certo dia, de mal humor,*
1094 *em uma entrevista, que a pobreza não é um problema cognitivo nem individual, as pessoas são*
1095 *pobres, e não estúpidas, e ninguém vai ter um filho que leva 9 meses a ser gerado, e mais um efeito*
1096 *que leva para toda vida, porque quem é pai e mãe é para toda vida, para ganhar mais trinta e dois*
1097 *reais. Isto é um preconceito muito grande contra os pobres. Temos este eixo que estamos chamando*
1098 *de transferência de renda, e temos um eixo chamado inclusão produtiva, e um eixo chamado acesso*
1099 *a serviços. São estes três grandes eixos, e orientando tudo isto, temos uma atividade chamada de*
1100 *busca ativa. O que nós estamos querendo com esta busca ativa? Nós estimamos que cerca de 800*
1101 *mil famílias brasileiras não tem acesso às transferências, quando teriam direito. Então, não é só o*
1102 *estado, e procurar, não é o cidadão indo procurar ao estado, não sei quem de vocês viu este filme*
1103 *extraordinário chamado Garapa, onde a senhora vai, está cozinhando um feijão, ela só tem um*
1104 *feijão com um resto de farinha para dar para a criança, e ela caminha mais de légua e meia para ir*
1105 *à prefeitura. O filme foi filmado entre 2001 e 2002, e quando chega lá o agente público da*
1106 *prefeitura não estava porque era véspera de carnaval. Como é que o estado, em vez da família, a*
1107 *pessoa se deslocar a procurar o estado, o que faz com que muitos de nós, digamos, na linguagem*
1108 *mais comum, que vamos procurar nossos direitos, como se eles estivessem em algum lugar fora de*
1109 *nós, em cima de um armário, dentro de uma gaveta, mas não um direito corporificado no*
1110 *indivíduo. Queremos localizar estas pessoas, e estamos com forte iniciativa neste sentido, mas*
1111 *localizar não apenas para cumprir as metas, porque temos metas a serem cumpridas, a localizar*
1112 *estes 800 mil. Se em um estado de São Paulo tivéssemos uma ótima reunião com o Secretário de*
1113 *Estado, e se este estado cumprisse aquilo que estimamos que deveria estar dentro do Cad/Único,*
1114 *teríamos avançado muito no cumprimento destas metas. Alguns estados, alguns municípios em*
1115 *alguns estados brasileiros tem menos de 70% de sua população potencialmente beneficiária dentro*

1116 do cadastro. Mas nos interessa muito mais do que isto, porque nos interessa não só cumprir metas,
1117 mas chegar àqueles que estão lá, que são as populações ribeirinhas, os extrativistas, ou aqueles
1118 que estão muito longe dos olhos do estado brasileiro. Na inclusão produtiva, temos duas grandes
1119 frentes, uma diz respeito à frente rural, por todos os motivos, inclusive estes estatísticos que acabo
1120 de descrever para vocês, que são 47% dos extremamente pobres nas áreas rurais. Neste eixo rural,
1121 nós estamos com duas grandes iniciativas, uma é estimular, apoiar os agricultores familiares com
1122 o fomento, que é um recurso que não tem que dar retorno, não é um crédito ou empréstimo, com
1123 assistência à técnica rural, com sementes de boas qualidade, da Embrapa, que é uma empresa de
1124 reconhecida excelência, para que eles possam produzir em parceria com a CONAB, para que
1125 possam pegar estes alimentos e levá-los ao mercado, porque muitos agricultores familiares não
1126 conseguem entrar no programa nacional da alimentação escolar, e queremos estimulá-los que isto
1127 assim aconteça. Vamos levar água, vamos levar água para beber e para produzir. Naqueles que
1128 tem pouca, pequena extensão de terra, e que vivem com muita dificuldade com agricultura de
1129 subsistência, prover melhores recursos para incrementar a produção. Temos também, a Ministra
1130 Thereza Campelo assinou uma colaboração, um contrato com a rede, a Associação Brasileira de
1131 Supermercados, para que comprem os produtos da agricultura familiar. Então, na frente da
1132 inclusão produtiva rural, muitas são as iniciativas. Nas áreas, também temos, não nosso, mas algo
1133 muito importante com o Ministério do Meio Ambiente, é o lançamento do chamado Programa
1134 Bolsa Verde, que é um programa de apoio à conservação ambiental, digamos, das populações que
1135 vivem em áreas de floresta e nas cercanias de mananciais que preservem estes territórios, o que é
1136 algo muito relevante, pensando isto de forma combinada com a política destinada aos catadores de
1137 material reciclável, em um contexto em que o Brasil discute no G20 o desenvolvimento com
1138 preservação da natureza, que neste campo são relevantes para todos nós. No campo da inclusão
1139 produtiva, ou urbana, temos muitas iniciativas, e não sei se vocês sabem, mas o Ministério do
1140 trabalho e Emprego descentralizou parte de seus recursos, são cerca de 70 municípios brasileiros
1141 que reúnem mais de 40% da população economicamente ativa, e já tem estes recursos
1142 descentralizados, e o que queremos com estes recursos, é que tomem como público preferencial
1143 para as atividades as famílias que são beneficiárias das transferências de renda. Com o MEC,
1144 estamos conversando com este programa que o MEC está lançando por agora, que é chamado
1145 PRONATEQ, que é o Programa Nacional de Ampliação de Escolaridade com Ensino Técnico, e
1146 que possamos como público que fará este programa por meio dos Institutos Federais de Educação,
1147 e também com o SENAI e SENARC, para que possamos também ter como público privilegiado
1148 desta política as populações beneficiárias das transferências de renda. O que, temos com o MEC
1149 também um programa chamado mulheres mil, e recentemente o Fórum dos Pró-Reitores de
1150 extensão universitária, nos procuraram para dizer que criaram um programa chamado Josué de
1151 Castro, para, se querem participar do plano, seja com os seus alunos de graduação nos diferentes
1152 territórios, sejam com seus estudantes de Pós-Graduação, sejam com seus professores, que possam
1153 apoiar os planos das mais distintas maneiras. E hoje retomamos esta reunião, o Cláudio aqui
1154 presente, e eu, com o presidente do Fórum dos Pró-Reitores, e com o Secretário de Ensino Superior
1155 do MEC para ter novamente isto na agenda. Estes são os três eixos que organizam o plano, mas o
1156 plano também tem um enorme desafio, que é qualificar os gestores públicos para quem está do lado
1157 de lá do balcão saber que aquele que está do lado de cá é um cidadão ou cidadã, e como tal devem
1158 ser devidamente acolhidos. A porta de entrada deste sistema de proteção social serão os CRAS,
1159 embora outras modalidades possam ser viabilizadas, e tem interesse que assim seja, como é o caso
1160 do Programa de Saúde da Família, com seus Agentes Comunitários de Saúde, que podem
1161 identificar nas visitas domiciliares as populações que teriam direito ao Bolsa ou ao BPC, e não sei
1162 se vocês souberam, mas recentemente uma parceria entre a Secretaria Nacional da Assistência

1163 Social, e o MEC, que conseguiram localizar 275 mil estudantes, que estavam com problemas de
1164 ingressar na escola, e não iam à aula, porque eram crianças com direito ao BPC. Então, estas
1165 parcerias têm sido parcerias muito importantes para inclusão. O Programa, em termos de
1166 estrutura, ele tem um Comitê Gestor formado pela Casa Civil da Presidência, pela Secretaria, no
1167 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pela Fazenda e pelo MDS, que é o órgão que o
1168 coordena. No outro comitê, é formado por estes quatro, e mais Ministério do Desenvolvimento
1169 Agrário, Ministério do Trabalho, Ministério da Saúde, e o Ministério da Educação. Isto não nos
1170 impediu de conversar com várias outras Secretarias de Estado, como a Secretaria de Estado das
1171 Mulheres, como a Secretaria da Promoção da Igualdade Racial, como a Secretaria dos Direitos
1172 Humanos, principalmente no que concerne às pessoas sem documentos. No tema da carência de
1173 serviços, o outro eixo do plano nós temos tratado com os demais Ministérios, ou seja, onde falta luz
1174 elétrica, onde falta água encanada, onde falta documento, qual o mapa das carências, e temos
1175 juntado estes mapas da ausência de serviços com renda, e construindo junto com eles um mapa de
1176 oportunidades. Estas oportunidades não só de iniciativa do Governo Federal, como as construções
1177 para a copa, para as olimpíadas, com o Ministério da Saúde, onde se constroem as unidades
1178 básicas de saúde, e na pactuação com os governos estaduais, como aconteceu recentemente com o
1179 Governo do Rio de Janeiro, que lançou um programa próprio de transferência de renda onde vai,
1180 chamado renda melhor, cujo pagamento é feito no mesmo cartão do programa Bolsa Família, e
1181 para quem cem reais é a renda, é a extrema pobreza, no Rio de Janeiro e alguns municípios por
1182 onde começou, e o Governo do Rio complementa até chegar a cem. No caso da pactuação no DF,
1183 com o Governador Agnello, e com forte participação da nossa querida Arlete, o grande tema foi o
1184 tema dos cadastros. Faltam três minutos para mim, e eu vou me apurar aqui. O que, então temos
1185 estes eixos de transferência, só resumindo, transferência de renda, inclusão produtiva, acesso a
1186 serviços, com a busca ativa. Nós pensamos com, nesta arquitetura do plano, que a Assistência
1187 Social tem grande, enorme centralidade, muitas responsabilidades, porque é uma política jovem, a
1188 assistência social, vindo de lá e quando saiu a LOAS, com as suas primeiras normas operacionais,
1189 até a aprovação do SUAS, é uma política recente. Quando contrastando com algo como a área da
1190 Saúde, que data do mesmo ano, e a Saúde em 1991 fez a sua primeira Norma Operacional, em
1191 1992 fez a segunda, em 1993 fez a terceira, fez a LOAS, mudou o currículo, fez centro de
1192 capacitação, pólos de capacitação do saúde da família. Eu acho que estes desafios são desafios que
1193 nos fazem avançar muito, e eu tenho certeza de que somos mesmo, todos nós, os brasileiros, todos
1194 nesta sala, somos mesmo reféns dos nossos sonhos e dos nossos compromissos com o Brasil. É isto
1195 que queremos, é um plano aberto ao diálogo, e ao compromisso de todos aqui, e espero, Ferrari,
1196 ter acertado no tempo.” Logo em seguida, procedeu-se à apresentação da Sra. Maria Luiza, nestes
1197 termos: “Bom, muito boa tarde presidente Carlos Ferrari, Fonseca, Secretária, demais membros
1198 deste Conselho, queridos companheiros de luta, pessoas com as quais eu tive a honra e a satisfação
1199 de conviver durante um bom tempo. Eu poderia dizer aqui de meus afazeres, enfim, mas eu gostaria
1200 de resumir a minha estada aqui em uma única frase, dizendo que eu sinto muita falta de vocês! E
1201 dizer que o motivo de minha alegria de estar aqui é o lugar deste conselho. Nós não estamos
1202 tratando do assunto do Plano Nacional de Enfrentamento à Extrema Miséria com qualquer grupo.
1203 Eu partilho com vocês uma luta de pessoas que ao longo de muitos anos e de muitos modos pautou
1204 ao Estado Brasileiro a necessidade de reconhecer que é do Estado a responsabilidade de dar
1205 conta, de garantir proteção e direito àqueles que são mais pobres. Então, eu me sinto
1206 extremamente responsável, muito feliz de poder estar aqui com o Fonseca, ouvir sobre o plano, ver
1207 que está pronto, e eu gostaria de iniciar lendo uma frase de Marx, quando ele trata da questão da
1208 miséria, porque ela vai naturalmente indicar a condução de minha fala. Ele diz: somos obrigados a
1209 começar pela constatação de um primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de

1210 *toda a história, ou seja, de que todos os homens devem ter condições de viver para fazer a história.*
1211 *Mas para viver é preciso, antes de tudo beber, comer, morar, vestir, e algumas outras coisas mais.*
1212 *O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer a estas*
1213 *necessidades, a produção da própria vida material. Uma vez satisfeita a primeira necessidade, a*
1214 *ação de satisfazê-la e o instrumento adquirido com esta satisfação leva a novas necessidades, e*
1215 *esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico. Eu quis trazer esta frase para dizer*
1216 *que há uma grande diferença entre pensarmos um plano de enfrentamento à miséria apenas para*
1217 *satisfazer as necessidades materiais, e um plano de enfrentamento à miséria para reconduzir*
1218 *milhões de brasileiros na agenda política deste país. E aí, é neste campo que eu gostaria de*
1219 *construir a reflexão sobre o plano, e mais ainda, neste campo que eu gostaria de reconstruir e*
1220 *construir a cada dia o papel do estado e dos conselhos, sobretudo dos conselhos, na condução*
1221 *deste plano. Estudando a história vocês sabem que eu venho daqui, volto aqui, agora nem tanto*
1222 *como professora. Estou estudando com meus alunos os diferentes planos brasileiros, e a gente vê*
1223 *que muitos deles não vingaram, como se diz nos ditos populares. Claro que poderíamos fazer*
1224 *muitas análises com relação a isto, desde as intenções que os motivaram, até aos erros estratégicos*
1225 *em sua condução. Com relação a este, eu não tenho a menor dúvida no que concerne à intenção.*
1226 *Acho que o Brasil de fato mudou, o plano vem indicar o rumo desta mudança, e vem dizer para o*
1227 *mundo que é inaceitável, que é uma excrescência, em um país que cresceu tanto, que já passamos*
1228 *pela 7ª economia do mundo, e devemos chegar a 5º em breve, mas de qualquer modo é uma*
1229 *excrescência termos um país que têm miseráveis. Nesta linha, não temos problemas em relação a*
1230 *intenção do plano. Nós retiramos 28 milhões de famílias da situação de pobreza. Dá 3 Portugal. 28*
1231 *milhões. No entanto, nós temos que fazer aqui algumas reflexões para que não cometamos nenhum*
1232 *equivoco estratégico em sua condução. E, eu acho que o que me traz neste espaço é a centralidade*
1233 *da política de Assistência Social neste plano. Ouvindo a Secretária, ela diz que temos alguns eixos,*
1234 *o eixo de renda, dos serviços, da inclusão produtiva, atribui à assistência da chamada busca ativa,*
1235 *e eu gostaria então de iniciar com aquilo que o plano reconhece como os que são miseráveis, os*
1236 *que são extremamente pobres. Naturalmente o próprio Governo, quando pensa em um plano, ele*
1237 *faz um corte, e este corte foi o corte de renda, muito embora o plano diga: olha, a pobreza é*
1238 *multifacetária, ou seja, para além do corte de renda temos aí indicadores outros que determinam*
1239 *mais ou menos pobreza, e aqui, eu gostaria de anunciar a primeira importante participação da*
1240 *Política de Assistência Social, é na identificação de quais são estes outros fatores para além da*
1241 *renda que podem qualificar, classificar, identificar as diferentes nuances desta pobreza. Somos nós*
1242 *a política pública que estamos, no dia a dia, no território, nos bairros, dentro de nossos serviços,*
1243 *dos CRAS e CREAS que, com todo nosso conhecimento, competência, profissionalismo, podemos*
1244 *trazer do cotidiano para dentro das ações dos serviços aquilo que seria mais adequado a oferecer*
1245 *às famílias na medida em que nós seríamos mais assertivos naquilo que efetivamente é a extrema*
1246 *pobreza. Então, o primeiro ponto, e aqui eu quero dizer que, já vou ligar com aquilo que eu*
1247 *considero importante destacar no SUAS em relação ao plano, que é a sua capacidade de vigilância*
1248 *social. Mais do que a chamada busca ativa, nós deveríamos retomar este termo na perspectiva do*
1249 *aprimoramento da vigilância social, porque é isto que está posto no SUAS, a nossa capacidade de*
1250 *identificar o processo de empobrecimento, de vulnerabilidade, as suas determinantes, e mais do*
1251 *que isto, no âmbito dos territórios, o caminho de volta. Quais são as suas potencialidades, quais*
1252 *são os caminhos coletivos da recuperação do que o plano trata, utilizando a Márcia Sehn, da*
1253 *recuperação das capacidades. No entanto, a própria Márcia Sehn, quando trata das capacidades*
1254 *da pobreza e do desenvolvimento, ela vai nos dizer que o alvo final é a liberdade, e eu quero por*
1255 *isto como ponto de reflexão. De qualquer modo, voltando à lógica que estamos aqui tratando, eu*
1256 *gostaria de dizer, portanto, de que nos cabe, enquanto política pública, aprimorarmos a nossa*

1257 *capacidade de leitura territorial, de leitura de vulnerabilidade no território e, portanto, no trato,*
1258 *na relação e na referência que tem a rede de CRAS, por exemplo, o atendimento que os CRAS*
1259 *podem oferecer, com o foco na família, mas neste caso em específico, com a nossa capacidade de*
1260 *identificar necessidades e potencialidades coletivas no âmbito dos territórios. E porque eu estou*
1261 *ênfatizando o coletivo? Porque por mais que para o estudo nós tenhamos que fazer as divisões de*
1262 *faixa etária, de etnia, de gênero e etc., o foco das políticas sociais brasileiras nos dias atuais é a*
1263 *família e o território, e este plano não pode prescindir deste foco. Então acho que aqui, quero*
1264 *enunciar a necessidade de pensarmos que os dados aqui trazidos, e eu já havia lido, se temos 51%*
1265 *até 19 anos, e os outros quase 47% na idade economicamente ativa, diríamos que muitas destas*
1266 *crianças e adolescentes estão exatamente dentro das famílias cujos pais e na verdade os*
1267 *responsáveis são aqueles hoje responsáveis pela proteção, mas que esta família é quem precisa da*
1268 *proteção do estado. Então, que voltássemos nosso olhar efetivamente para o conjunto, para o*
1269 *grupo familiar que é aquilo em que há centralidade nas políticas sociais de maneira geral e na*
1270 *política de assistência de maneira específica. Então também quero dizer que quando lemos o*
1271 *território, temos isto em nossa política nacional, temos um trato sobre a discussão do território, em*
1272 *que há grandes pensadores da política de assistência social versus território, mas de qualquer*
1273 *modo, eu gostaria de dizer que precisamos pensar o território sobre a lógica do empoderamento*
1274 *das relações cotidianas, das relações de poder e quase que adentrarmos nos conceitos para que*
1275 *possamos contribuir enquanto política pública, em um plano tão relevante e tão valoroso quanto*
1276 *este. Um outro ponto então é com relação à renda e a autonomia que o plano também nos traz,*
1277 *tema que nos toca de perto enquanto política, tanto da perspectiva do corte de renda dos 70 reais,*
1278 *quanto das ações enunciadas no plano em relação à recuperação de renda, penso que a política de*
1279 *assistência tem importante responsabilidade, até porque os programas de transferência de renda*
1280 *em vigor no Brasil estão no escopo da PNAS. Portanto, somos responsáveis pela operação destes*
1281 *serviços. E somado a isto, a nossa capacidade de articularmos renda e serviços, e proteção da*
1282 *família e atenção à família, significa dizer que dobra aqui a nossa responsabilidade da gestão do*
1283 *benefício e da oferta do serviço, não na perspectiva de identificar a não condicionalidade, não na*
1284 *perspectiva de utilizar a renda como apenas o indicador do corte de pobreza, mas, mais do que*
1285 *isto, da renda que garante o direito à sobrevivência material, mas da renda que garante de forma*
1286 *estruturante às famílias, a condição de acesso às demais proteções que a política pública pode*
1287 *garantir, e mais do que isto, que lhes garante outro lugar na vida social e política deste país.*
1288 *Portanto, nesta linha, a identificação do corte de renda, a gestão dos benefícios e a articulação*
1289 *destes benefícios à rede de proteção da assistência e às demais políticas públicas, indica,*
1290 *necessariamente um caminho assertivo da chamada autonomia, porque acredito que não estamos*
1291 *falando apenas da autonomia de renda. No entanto, a autonomia de renda é importante. Não*
1292 *podemos, com esta sociedade assalariada, este mundo capitalista, e as pessoas precisam de ter*
1293 *autonomia de renda sim! Aqui, claro, encadearíamos outro plano que tratamos aqui, e eu sei que*
1294 *este conselho foi zeloso em discutir recentemente a inclusão produtiva. Foi também aí que o MDS*
1295 *no ano passado, eu pude acompanhar, a Luciana Jacu fez um importante estudo sobre as ações de*
1296 *inclusão produtiva que este Ministério propôs. Mas penso que a PNAS deveria se debruçar sobre*
1297 *esta discussão muito mais na perspectiva do nosso diálogo em relação ao mundo do trabalho, às*
1298 *políticas públicas de inserção no trabalho, e pautar cada vez mais para elas a necessidade de*
1299 *alcançar este público hoje não alcançado pelo mercado formal, ou por outras medidas. Então,*
1300 *mais do que nunca, mais do que pensarmos, buscar esta inclusão produtiva, pensarmos a política*
1301 *pública de assistência e a sua relação com aqueles órgãos e políticas responsáveis pela inclusão no*
1302 *mundo do trabalho, e este é um eixo importante, porque este é um eixo que costa do plano. E então*
1303 *eu vou encadear o que penso deste eixo da articulação das políticas sociais e o enfrentamento da*

1304 extrema miséria, a extrema pobreza e a política de assistência neste campo. Por mais que há uma
1305 intenção do Governo, que ela é convergente em relação à articulação de todas as políticas, isto não
1306 se faz por um passe de mágica. Há necessidade de que lá no território, no município, no âmbito da
1307 rede de serviços, tenhamos a clareza de que esta é uma necessidade. Nós precisamos convencer e
1308 tratar com os agentes da política de educação, da política de saúde, da política do trabalho, nós
1309 precisamos convencê-los de que este é o caminho. Quero dizer que fiquei muito feliz de pensar que
1310 os primeiros destinatários de um processo de educação integral serão as crianças cujas famílias
1311 são as que estão no escopo deste plano. Fico imaginando que a política de saúde vai olhar para a
1312 população de rua, que é alcoolista, e usuária de outras drogas, com programas específicos para
1313 eles. Que nós, que este programa, este plano vai provocar ações diferenciadas de outras políticas,
1314 pensando na diferença de necessidade deste público ao qual estamos nos referindo. O que significa
1315 dizer que o plano traz o seu, em um dos seus princípios, a equidade. Pensar ações diferentes para
1316 grupos diferentes. Isto não é pouco, porque estamos muito acostumados com o princípio da
1317 igualdade, e então, o que se espera de que a provocação das necessidades diferenciadas, que a
1318 política de assistência social pode e deve ler muito bem é capaz de pautar demais políticas na
1319 proposição de novos serviços, e serviços diretamente indicados para o público do qual nós estamos
1320 falando. Então, nesta linha, quero dizer que nos cabe, enquanto rede de serviços socioassistenciais,
1321 CRAS, CREAS e a rede instalada, de nos dedicarmos à chamada articulação da rede. Então, mais
1322 do que aquilo que está posto, prioritariamente no plano, nós podemos reconhecer as necessidades,
1323 qualificar efetivamente o que é esta extrema pobreza, podemos acolhê-los no interior de nossa rede
1324 de serviços de CRAS e CREAS e da rede assistência de forma geral. Podemos instalar e qualificar
1325 nossa rede de acompanhamentos à família e ao território, e à comunidade que tem sido nosso foco,
1326 mas nós podemos mais, nós podemos articular a rede, organizar e construir uma nova
1327 convergência de integração em torno deste plano, e penso que o plano é um importante
1328 mobilizador de articulação da rede territorial. Quero ainda trazer à discussão, a necessidade de,
1329 com isto, quer dizer, o SUAS, às vezes, lendo o plano e pensando no SUAS eu me perguntava o
1330 quanto que somos privilegiados neste tempo. Quando, para quem está aqui na luta, eu estava me
1331 lembrando da Valdete, quantos anos estamos nesta luta, está pensando aqui, quando que tivemos a
1332 oportunidade de termos a política pública de assistência social nos eixos centrais de um governo.
1333 Até porque, muitas das proposições, das preocupações, dos objetivos, quando o plano traz o
1334 objetivo da inclusão e da cidadania, este é o objetivo que trazemos com a instalação do SUAS,
1335 quando dizemos que ele deve garantir proteção às famílias, e estender a proteção social no Brasil.
1336 Então, eu diria a este Conselho que este é um momento ímpar, jamais visto, quando o estado
1337 efetivamente pensa e se mobiliza em torno de um ponto que sempre, pelo qual nós lutamos. E aí eu
1338 quero trazer aqui mais um aspecto. O Brasil historicamente lutou, a sociedade civil, os movimentos
1339 sociais se colocaram em marcha pela melhoria da qualidade de vida. Se fossemos estudar a
1340 história das lutas sociais no Brasil, muitas delas têm como ponto a luta contra a miséria. A luta
1341 contra a desproteção, nas áreas mais variadas. Neste momento deveríamos retomar as discussões
1342 com os movimentos sociais, e isto tem sido feito, eu sei, mas eu quero dizer do ponto de vista dos
1343 conselhos, em que medida nós conselhos vamos discutir com os movimentos sociais organizados, a
1344 necessidade de trazer para o âmbito desta luta e desta discussão, desta revolução sem sangue, nós
1345 vamos trazer para dentro desta ação todos os sujeitos de antes, para que eles possam construir
1346 conosco um país sem miséria. Esta deixa de ser uma luta do Governo, e vira uma luta da sociedade
1347 brasileira. E os conselhos, neste caso, porque tem seus membros representando e representados
1348 neste segmento, podem e devem contribuir neste campo e nesta articulação. E quero dizer que
1349 novamente a política de assistência social tem uma vantagem. Nós estamos acostumados a
1350 trabalhar para além de nossos muros. Nós saímos dos muros, mesmo tendo os CRAS e os CREAS,

1351 *nós nunca nos conformamos com os muros. Somos aqueles que adentramos comunidades,*
1352 *procuramos grupos, fomos às famílias, e hora, temos habilidade no campo de trazer e de construir*
1353 *um novo caminho. Agora, nós precisamos vencer os caminhos da burocracia. É muito difícil, você*
1354 *não instala uma nova idéia, se você também não constrói um modo de romper a burocracia. Se*
1355 *você não desconstrói os pensamentos estruturados, e aí também temos uma vantagem. Somos uma*
1356 *política nova, e não deu tempo ainda de nos arraigarmos em grandes estruturas. Portanto, temos*
1357 *condições de dizer que é possível e temos condições de mudar e seguir mudando dentro daquilo que*
1358 *nós determinamos para nós mesmos. E estou dizendo isto na hora que tivermos que dialogar com a*
1359 *educação, com a saúde, e com outras políticas sociais, cuja estrutura burocrática é muito mais*
1360 *rígida do que se pode imaginar. E aí eu quero ainda construir aqui outro ponto que considero*
1361 *fundamental, que é a relação com os entes federados. O Governo Federal não vai fazer o plano*
1362 *sozinho. Nem tem esta pretensão. Ele já indica isto. Nós temos visto da necessidade de reconhecer,*
1363 *de que os municípios, os estados e a União adentrem à política de Assistência Social cada vez mais*
1364 *em uma perspectiva de qualificação dos serviços, de aprimoramento da gestão, de articulação dos*
1365 *benefícios, e temos seguido um caminho importante chamado pactuação. Aprendi muito, aliás, este*
1366 *Ministério foi para mim escola de pactuação. A Eutália que o diga. Agora, os pactos se fazem pelo*
1367 *convencimento. As pessoas têm que ser convencidas de que aquilo é bom. Os pactos se*
1368 *consubstanciam quando há tensão política em torno deles. Eu quero aqui dizer então que urge que*
1369 *o plano de combate à extrema pobreza esteja pautado nos colegiados, que ele seja pautado nas*
1370 *pactuações, e que seja pauta de nossas Conferências, e que ele indique a necessidade da*
1371 *participação de todos os entes. É necessário que a Secretária lá de Xiririca da Serra, não existe*
1372 *este município, já existiu, mas não mais! Lá de Xiririca da Serra, entenda e se comprometa com*
1373 *este Plano. E eu quero dizer, porque ele é absolutamente convergente com aquilo que está posto*
1374 *nos pressupostos da política de assistência social. Então, nos interessa que este plano dê certo*
1375 *enquanto política pública, mas, mais do que isto, nos interessa que este plano dê certo porque ele*
1376 *efetivamente demonstra outro tempo para o Brasil. Um tempo em que mostramos ao mundo que é*
1377 *possível coadunar o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social. E aí, eu quero*
1378 *então, eu não sei quanto tempo eu tenho, tenho quatro minutos, mas queria aí dizer de alguns*
1379 *pontos essenciais. Primeiro, o PL SUAS! Parabéns presidente, mais uma vez, pela luta que este*
1380 *Conselho, o MDS, a Secretaria Nacional de Assistência Social teve em torno da aprovação do PL*
1381 *SUAS. É fundamental a expansão deste Projeto de Lei. Todos lembram deste Projeto. Morremos de*
1382 *lê-lo. Ele diz que reconhece a importância do SUAS e nos garante, por exemplo, apoio aos*
1383 *municípios, e isto na pactuação e na feitura de um plano como este é central. Se o município não*
1384 *aderir não tem jeito. E o PL SUAS reconhece a importância disto. O PL SUAS reconhece a*
1385 *importância do trabalho social com a família na medida em que se reconhece que isto só se faz*
1386 *pela competência do trabalho profissional. Se temos no PL SUAS a condição de reconhecer o*
1387 *trabalho profissional, os trabalhadores que agem exatamente no trato e identificação das famílias*
1388 *em situação de pobreza, é central que possamos autorizar os municípios a pagar o pessoal, como*
1389 *está no plano! É central que possamos repassar dinheiro para a estruturação da rede que fará a*
1390 *gestão do benefício do Bolsa Família, mas também vai fazer a gestão do acompanhamento dos*
1391 *serviços. É central que o PL SUAS, sancionado, coloque em prática, ele já está em prática, quer*
1392 *dizer que a lei pegou, pois a lei é posterior ao que fizemos. Mas de qualquer modo, alguns quesitos*
1393 *de antes desta lei nos autoriza nacionalmente a dar fôlego a um plano como este. Portanto, a luta é*
1394 *para a sanção, e isto não tenho dúvida que está garantido, mas, mais do que isto, a luta é para a*
1395 *aplicação de todas as beneficiés que o PL SUAS traz. Penso que mais uma vez a história conspira a*
1396 *nosso favor. Ora, enfim, quero dizer que este é um ponto fundamental. Quero dizer que os*
1397 *Conselhos e o conselho nacional pode e deve provocar os conselhos estaduais e municipais em*

1398 *torno da discussão deste tema. Dizer que somos competentes enquanto política pública para além*
1399 *da busca ativa. Fomos competentes para instalar um sistema sério e importante de vigilância social*
1400 *que identifica as necessidades e potencialidades. Nós somos competentes e devemos simular, e*
1401 *então quero retomar meu último tema, que é a chamada, o ato e o fato histórico, a diferença entre*
1402 *isto, quer dizer, a recuperação da capacidade dos brasileiros em extrema pobreza de adentrarem*
1403 *sem volta no cenário político deste país e, construírem de forma contínua, dialética, uma nova*
1404 *lógica de fazer, de governar o país, ou seja, sem retrocesso. Este plano paga uma dívida histórica,*
1405 *e ao mesmo tempo ele deve ser garantia para que não haja retrocesso na atenção, no*
1406 *reconhecimento do direito daqueles que nele devem ser contemplados. E, por fim, dizer que este*
1407 *aqui não é um samba de uma nota só, só para parafrasear nossa companheira, ou seja, que o plano*
1408 *significa a agregação dos esforços de muitas políticas sociais, mas que eu reconheço que há nele*
1409 *um importante protagonismo da política de assistência social. Obrigada.”. Em seguida, procedeu-*
1410 *se ao diálogo aberto entre os presentes, esclarecendo-se dúvidas de todos, com a possibilidade dos*
1411 *presentes tecerem comentários acerca das falas acima apresentadas. Por fim, às 19 horas, deu-se o*
1412 *encerramento do primeiro dia de Reunião do CNAS. Aos 16 dias do mês de junho de dois mil e*
1413 *onze, teve início o segundo dia de plenária da centésima nonagésima Reunião Ordinária do*
1414 *Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Abertos os trabalhos do dia, no período da*
1415 *manhã, pelo Presidente do Conselho, Sr. Carlos Eduardo Ferrari, procedeu-se à conferência de*
1416 *quorum, onde se verificou a presença dos Conselheiros na titularidade: Conselheiro Renato*
1417 *Francisco dos Santos Paula, Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues, Conselheira Fátima Rampin,*
1418 *Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, Conselheiro irmão Pedro Ost, Conselheiro Antônio Celso*
1419 *Pasquini, Conselheira Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari,*
1420 *Conselheiro Samuel Rodrigues, Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite, Conselheira Maria*
1421 *Aparecida do Amaral Godoi de Faria. Conselheiros na suplência: Conselheira Maria do Socorro*
1422 *Fernandes Tabosa, Conselheiro José Ferreira Crus, Conselheira Marisa Rodrigues da Silva,*
1423 *Conselheiro Wagner Carneiro de Santana, Conselheiro reverendo Renato Saidel Coelho,*
1424 *Conselheira Leila Pizzato, Conselheiro José Araújo da Silva, Conselheira Jane Pereira Clemente.*
1425 *De início, realizou-se a apresentação da Sra. Aidê Cançado para apresentação referente aos Centros*
1426 *de Referência de Assistência Social – CRAS. A Sra. Aidê realizou breve introdutório à*
1427 *apresentação realizada pela Sra. Socorro, que se realizou nestes termos: “Melhorou, pessoal? Então*
1428 *vamos lá! Então este processo decorreu de várias reuniões onde a gente estudou, verificou as*
1429 *informações do Censo e o processo ocorreu dentro deste contexto do MDS, os dois Departamentos*
1430 *da SNAS e um Departamento na SAGI, que se debruçou no Censo e procurou verificar quais as*
1431 *possibilidades que a gente teria para trazer para a CIT um processo que fosse gradual, mas efetivo,*
1432 *de construção da suficiência da NOB, dos CRAS, para que eles atingissem a NOB. E esta proposta*
1433 *se destinaria, na época da discussão e ainda hoje, a todos os CRAS. Está muito ruim este som, não*
1434 *está? Eu vou ficar ali sentadinha, gente! Então ele se destina a todos os CRAS do Censo,*
1435 *independente do seu cofinanciamento. Então no dia 3 de maio a CIT aprovou a Resolução nº 5 e*
1436 *estabeleceu para o país as metas de desenvolvimento dos CRAS por períodos anuais. Os períodos*
1437 *anuais são 2008 e 2009 e depois vou explicar para vocês por que chamamos de período anual, por*
1438 *que não é o ano de 2008, o ano de 2009, e sim o período anual. E cada período anual destes se*
1439 *inicia no primeiro dia após o encerramento do Censo SUAS de um ano e se encerra no último dia*
1440 *do preenchimento do ano subsequente, por isso que ele se chama “período anual”, porque como o*
1441 *processo todo é verificado no Censo, então nós estamos hoje no período anual vigente, que é o*
1442 *período anual 2010-2011 e vai encerrar no último dia do preenchimento do Censo 2011.*
1443 *Imediatamente no dia seguinte começa o período anual 2011-2012. Para cada período anual foram*
1444 *identificadas metas divididas em quatro dimensões: estrutura física, recursos humanos, horário de*

1445 *funcionamento e atividades. São as mesmas dimensões compostas no IDCRAS. Como eu falei*
1446 *anteriormente, estas metas foram estabelecidas para todos os CRAS no Censo, independente do*
1447 *cofinanciamento e elas são cumulativas, ou seja, as metas estabelecidas para 2008-2009, se elas*
1448 *não forem cumpridas em 2008-2009, em 2009-2010 elas se acumulam. Então as metas*
1449 *estabelecidas para 2009-2010 têm contidas as de 2008-2009. A forma de mensuração destas metas,*
1450 *como falei, é no Censo, a cada ano, e encerrado o processo de preenchimento do Censo, a limpeza*
1451 *da base, o MDS, está na resolução estabelecido isso, se compromete a informar, a divulgar as*
1452 *relações, relação dos CRAS por município que têm desafio para atingir nas metas estipuladas para*
1453 *o período vigente, relação dos CRAS por município que alcançaram as metas previstas para o*
1454 *período anual que se encerrou e a relação dos CRAS por município que não alcançaram as metas*
1455 *previstas para o período que se encerrou. É isso que o Rafael vai mostrar para vocês depois, um*
1456 *sistema que a SAGI desenvolveu. Então de posse destas informações, cabe aos gestores, tanto*
1457 *municipal, estadual e federal, planejar e desenvolver ações que propiciem o alcance destas metas*
1458 *estipuladas, segundo pactuado. Então você tem hoje na sua mão quais são as metas para o período*
1459 *anual de até 2013. E tanto o Governo Federal, o estado e o município se organizam para ao longo*
1460 *deste processo irem cumprindo gradativamente estas metas. E o fluxo de procedimentos de*
1461 *responsabilidade de cada ente para acompanhar e desenvolver este processo foi estabelecido na*
1462 *Resolução 08, que tem objetivo de garantir o apoio técnico e assessoria aos estados e municípios*
1463 *para qualificação dos serviços em espaços físicos satisfatórios, com equipes de trabalho*
1464 *adequadas, de modo a cumprir as normativas e orientações do Sistema Único. Ele estabelece dois*
1465 *aspectos: o aspecto quantitativo e qualitativo. O que é isso? No processo de acompanhamento eu*
1466 *tenho que levar em conta o aspecto quantitativo, que é pegar todas as bases de dados que eu tenho,*
1467 *o Censo, o SisJovem, todas as bases, os módulos de acompanhamento e juntar isso ao aspecto*
1468 *qualitativo, que são as evidências empíricas, eu ir no município, ajudar o município a organizar*
1469 *seu processo de trabalho e, aos poucos, ir cumprindo. Então a base deste processo chama-se*
1470 *planejamento. Com planejamento e organização eu vou conseguindo cumprir gradativamente as*
1471 *metas estabelecidas e em 2013 vou estar de acordo com a NOB. Um ponto importante no processo*
1472 *de acompanhamento estabelecido pela Resolução 08 é que o acompanhamento não é com caráter*
1473 *de supervisão, o caráter dele é de acompanhamento e apoio técnico ao município. Então o*
1474 *processo de acompanhamento se estabelece por meio de planejamento de ações proativas e*
1475 *preventivas, ou seja, o estado hoje já sabe quais são as metas a cumprir no período vigente, então*
1476 *ele organiza processos no seu estado a partir das informações que eles têm no sistema,*
1477 *disponibilidades pela SAIG. Quais são os maiores problemas que os municípios do meu estado*
1478 *tem? É de atingir as metas de atividades? Então ele organiza processos no município*
1479 *proativamente, para que os municípios consigam alcançar esta meta sem ser necessário cair em um*
1480 *plano de providências por descumprimento da meta. Também um outro processo proativo e*
1481 *preventivo é a construção de orientações técnicas. Ontem acho que a Eutália trouxe para vocês,*
1482 *deu o informe aqui de que o MDS construiu orientações técnicas das metas de desenvolvimento dos*
1483 *CRAS. Então este é um processo proativo e preventivo, está disponibilizando para os municípios*
1484 *informações sobre como eles atingirão estas metas. Tanto as metas de atividades, as metas de*
1485 *recursos humanos, como as de estrutura física, bem como horário de funcionamento que no Brasil,*
1486 *vocês vão ver, quase não tem problemas. Um outro processo importante é a superação de*
1487 *dificuldades encontradas. O que é isso, gente? A partir da apuração das metas e verificado que tais*
1488 *CRAS não conseguiram atingir as metas do ano anterior, o estado tem que organizar um processo*
1489 *de construção de plano de providências e planos de apoio. Então tem todo um processo na*
1490 *Resolução 08, com ações para cada ente federado, com datas e períodos a serem cumpridos. Então*
1491 *o estado tem que informar, a partir do momento que ele recebe a informação do MDS que tais e*

1492 *tais municípios do seu estado, alguns CRAS não cumpriram a meta, ele tem que mandar a*
1493 *informação para o município dizendo que ele não cumpriu a meta, perguntando se ele já*
1494 *conseguiu, do período do Censo para cá, cumprir ou não esta meta. Se não, ele tem que elaborar*
1495 *um plano de providências que tem que ser aprovado no Conselho Municipal de Assistência Social e*
1496 *pactuado nas CIBs. E o outro processo é avaliação da execução do Plano de Providências e ações*
1497 *adotadas. Então ao fim do processo estabelecido pela CIB de construção do plano de providências,*
1498 *de realização e execução do plano de providências, o município tanto pode pedir prorrogação do*
1499 *prazo, desde que seja aprovado pelo Conselho Municipal, quanto ele deve passar, apresentar um*
1500 *relatório contendo estas informações, “olha, eu cumpri a meta, estabeleci, estão aqui todos os*
1501 *documentos que comprovam que eu cumpri o meu plano de providências”, o estado tem que fazer*
1502 *um parecer técnico e levar para a CIB. Na Resolução 08, ela tem no art. 10 algumas competências*
1503 *estabelecidas, competências da União, do estado. A CIT sabe e tem consciência que não pode,*
1504 *jamais, colocar “competências” para os Conselhos Municipais. Mas para não deixar passar para*
1505 *que os municípios consigam mesmo integrar os Conselhos neste processo tem um inciso que coloca*
1506 *o papel do Conselho nisso tudo, dos Conselhos Municipais, que é “tomar conhecimento das*
1507 *unidades e serviços da sua esfera de atuação para as quais deverão ser cumpridas metas no*
1508 *período anual em curso, bem como aquelas para as quais não se alcançou as metas estipuladas*
1509 *para o período anual”, então o Conselho Municipal hoje tem a senha para acesso ao sistema que o*
1510 *Rafael vai apresentar, então ele pode verificar quais as situações dos seus CRAS dos seus*
1511 *municípios e ele acompanhar quais CRAS atingiram as metas do período e quais não atingiram as*
1512 *metas do período e ele acompanhar o processo que a Secretaria Municipal vai fazer para que se*
1513 *cumpram as metas. Acompanhar as medidas que o Executivo pretende tomar para o cumprimento*
1514 *das metas e superação das dificuldades, bem como contribuir no processo de planejamento.*
1515 *Aprovar por meio de resolução o plano de providências do município, sendo esta a última medida*
1516 *aplicada, depois de esgotadas aquelas de caráter preventivo e proativo. Ou seja, o foco desta*
1517 *Resolução 08 e o objetivo da Resolução 05 é construir processos preventivos para que o município*
1518 *consiga cumprir as metas daquele período anual. Além disso vocês vão ver mais à frente que boa*
1519 *parte dos problemas que fizeram os CRAS não cumprirem as metas são problemas que não*
1520 *necessitam, necessariamente, de um plano de providências. O maior problema hoje de estrutura*
1521 *física é a ausência de uma placa, aquela placa padrão. Então é muito simples, não precisa de um*
1522 *plano de providências, necessariamente, para ser feito. O de recursos humanos o maior problema*
1523 *hoje é de um coordenador, que nas metas, ele não necessariamente precisaria ser em função*
1524 *exclusiva. Ele teria que apenas, nas metas de hoje, indicar um dos técnicos para exercer a função*
1525 *de coordenador, um técnico como função exclusiva fica um pouco mais para a frente. Acompanhar*
1526 *a execução do plano de providências até a superação das situações que lhe deram origem. Pode*
1527 *passar. Aí são as competências do município, acho que não precisa, não sei se vocês querem que eu*
1528 *apresente. Aqui é a proposta das metas, certo? Vocês vão ver bem claramente como elas são*
1529 *cumulativas. No caso das metas da dimensão de recursos humanos para municípios de pequeno*
1530 *porte 1 e 2, as metas estipuladas para o período anual vigente são as mesmas previstas: possuir*
1531 *dois técnicos de nível superior, sendo um de assistência social e outro, preferencialmente,*
1532 *psicólogo. Foi isso que agregou em relação à meta do período anterior. E possuir dois técnicos*
1533 *com, no mínimo, nível médio. Dentre os dois técnicos de nível superior, designar um para a função*
1534 *de coordenador, desde que o vínculo deste técnico seja estatutário ou comissionado ou possuir um*
1535 *terceiro técnico de nível superior com função exclusiva de coordenador, também com vínculo*
1536 *estatutário ou comissionado. No caso da dimensão de recursos humanos para médio, grande porte*
1537 *e metrópole é possuir 4 técnicos de nível superior, sendo 2 assistentes sociais, um psicólogo e um*
1538 *profissional que compoñha o SUAS e 2 técnicos com, no mínimo, nível médio. Dentre os 4 técnicos*

1539 *de nível superior, designar um para a função de coordenador, estatutário ou comissionado, ou*
1540 *possuir um quinto técnico de nível superior com função exclusiva de coordenador também como*
1541 *estatutário ou comissionado. Na dimensão de estrutura física, como eu falei que vão se agregando,*
1542 *2008-2009 seria possuir, no mínimo, duas salas, sendo sala de atendimento ou administrativa,*
1543 *banheiro, espaço físico não-compartilhado com ONG ou entidade, espaço físico não-compartilhado*
1544 *com associação comunitária, possuir placa de identificação em modelo-padrão, possuir duas salas*
1545 *sendo, pelo menos uma delas, com capacidade superior a 15, possuir recepção. E 2010-2011 seria*
1546 *possuir rota acessível para pessoas idosas ou com deficiência aos principais acessos do CRAS:*
1547 *recepção, sala de atendimento, sala de uso coletivo e possuir computador. Então vocês vão ver,*
1548 *quando eu for mostrar as informações, que a diferença do número de CRAS que não consegue*
1549 *alcançar estas metas de 2009-2010 para 2010-2011 é muito grande quando se agrega a questão da*
1550 *acessibilidade. Então se eu tenho hoje um número de CRAS que não conseguem atingir as metas*
1551 *2009-2010, quando eu chego para verificar as de 2010-2011 preventivamente eu vou dizer que o*
1552 *município de Fortaleza atinge as metas de 2009-2010 mas não atinge de 2010-2011 porque ele não*
1553 *tem rota. Então eu vou ter que trabalhar preventivamente porque ele tem até o Censo de 2011 para*
1554 *construir isso e demonstrar isso para que ele não caia no plano de providências. Horário de*
1555 *funcionamento e atividades, da mesma forma, ela vai se agregando, em 2008-2009 seria visita*
1556 *domiciliar, acompanhamento de famílias, funcionamento igual ou superior a cinco dias e seis*
1557 *horas. E aí vai se agregando 2009-2010 e 2010-2011, que agrega, realizar atividades de gestão do*
1558 *território articulada à rede de proteção social básica e acompanhamento prioritário a famílias*
1559 *com beneficiários do Programa BPC e benefícios eventuais. Então vocês também vão ver que há*
1560 *diferenças de cumprimento desta meta quando agregam estas outras duas variáveis. Então a*
1561 *importância destas metas para o desenvolvimento do Sistema Único de Assistência Social é criar*
1562 *compromisso com todos os entes com a melhoria da qualidade da oferta dos serviços, garantir o*
1563 *direito do usuário ao acesso a serviços de qualidade, definir um horizonte factível para o*
1564 *cumprimento do disposto nas normativas do SUAS, que são as que foram pactuadas, respeitando as*
1565 *peculiaridades locais, inserindo todo o processo de planejamento para alcance dos indicadores em*
1566 *todos os níveis e instituir uma cultura de planejamento por parte dos gestores, acho que esta é a*
1567 *importância máxima deste processo, e induzir processos que fortaleçam a gestão da informação*
1568 *aliado ao acompanhamento e apoio técnico. Então a partir do momento em que você começa a*
1569 *utilizar os dados do monitoramento SUAS, que é o Censo, você pode construir alternativas e*
1570 *entender o porquê do processo. No manual que a gente fez, nas orientações para as metas de*
1571 *desenvolvimento a gente viu muito isso, a gente pegou os dados do Censo e verificou que alguns*
1572 *municípios não consegue realizar algumas atividades porque eles não têm outras coisas. Tipo, a*
1573 *gente verificou a importância do coordenador no CRAS, então hoje o maior problema de recursos*
1574 *humanos é a ausência de um coordenador. E a gente verificou, em relação ao cumprimento das*
1575 *atividades, que a presença de um coordenador que organize os processos de trabalho no CRAS faz*
1576 *toda a diferença. Então estas são as informações gerais do Brasil, mas depois o Rafa vai ensinar*
1577 *vocês a entrar no sistema, vocês já têm senha. O DGSUAS já disponibilizou senha para todos os*
1578 *Conselheiros Nacionais entrarem neste sistema, já mandou estas senhas. Vamos perguntar à*
1579 *Mercês quando ela chegar. Então estas são as informações. 75% dos CRAS cadastrados no Censo,*
1580 *eles não conseguiram atingir as metas 2009-2010, certo? E prospectivamente, que ainda não estão*
1581 *em planos de providência com a gente trabalhando preventivamente, 96% dos CRAS não*
1582 *conseguiriam atingir as metas previstas para 2010-2011. Este grupo, se você for verificar, como*
1583 *ele é cumulativo, se todos os CRAS tivesse alcançado as metas de 2009-2010, ficaria muito pouco*
1584 *não atingido em 2010-2011. As principais informações por dimensão. No indicador de atividades*
1585 *realizadas, 5598 CRAS não conseguiram atingir as metas referentes à atividades realizadas. Só que*

1586 destes, 2292 não atingiram as metas de 2009-2010, o restante, os 3 mil, agregando aquelas duas
1587 últimas atividades que se agregaram, que é a questão da gestão do território e a questão do
1588 acompanhamento prioritário aos beneficiários do BPC. No indicador de horário de funcionamento,
1589 231 CRAS que não conseguem atingir neste país, não importa qual o período anual, seja 2009-
1590 2010 ou 2010-2011, isso não se altera. O indicador de estrutura física, 3050 CRAS não
1591 conseguiram atingir no período 2009-2010. E o principal problema foi a ausência de placa, este é
1592 o grande problema, a ausência de placa em modelo-padrão. Aí, agregando 670 que não atingem
1593 2010-2011, e o grande problema, aí juntando todos, seria a questão da acessibilidade, este é o
1594 grande problema em relação à estrutura física. No indicador de recursos humanos, 2830 CRAS
1595 não conseguiram atingir 2009-2010 e o grande problema deste de recursos humanos é a ausência
1596 de coordenador, eles não têm coordenador, os CRAS não têm coordenador. Agregando para 2010-
1597 2011 você soma mais 21757, que o problema neste caso é a questão do vínculo do coordenador,
1598 que o vínculo não pode ser CLT e não pode ser contrato temporário, é só estatutário e
1599 comissionado. Então, esta foi uma informação que eu dei agora há pouco, eu já juntei as duas, o
1600 problemas das atividades, o maior problema hoje no período anual anterior, o maior problema foi
1601 o acompanhamento prioritário das famílias em descumprimento de condicionalidades do
1602 Programa Bolsa Família. E a gente brincando com as informações do Censo verificou que 70% dos
1603 municípios que não conseguem fazer isso, eles não recebem a lista dos beneficiários, por isso que
1604 eles não fazem, entendeu? Então você fazendo este jogo de informações com as informações do
1605 Censo, você consegue criar alternativas para resolver o problema, “por que o município não
1606 cumpriu?”, claro, tem que disponibilizar a lista, como os CRAS vão fazer se eles não têm a lista do
1607 território, das pessoas que não cumpriram as condicionalidades? No caso da estrutura física é a
1608 questão da placa padrão e o problema que a gente identificou é que ela era gigante, mas isso já
1609 está resolvido, a placa padrão que estava disponibilizada pela ASCOM na internet era uma placa
1610 de construção, uma placa gigante e os CRAS não tinham parece suficiente para colocar a placa,
1611 então eles nunca iam conseguir uma placa de modelo-padrão. Hoje isso já foi arrumado, se você
1612 entrar na internet você vai verificar qual a placa padrão dos CRAS agora, não é mais daquele
1613 tamanho! Pode manter a sua! E no caso do RH, o grande problema mesmo é a questão do
1614 coordenador, ele tem que colocar, designar um dos técnicos para exercer a função de coordenador
1615 e o vínculo dele tem que ser de estatutário ou comissionado. Então a gente fez, só para a gente
1616 verificar, não diferença do porte do município, então vocês vão vendo que é praticamente a mesma
1617 coisa, municípios de grande porte, médio porte, metrópole, pequeno porte 1, 2, eles têm as mesmas
1618 dificuldades, não é o porte que vai fazer a diferença. Então o planejamento das ações e o
1619 estabelecimento de prioridades são fundamentais para a construção de estratégias de
1620 acompanhamento e apoio técnico e o papel do estado é crucial e fundamental para isso, a gente já
1621 verificou isso. A partir dos resultados apontados na Resolução 06, das situações satisfatórias, que
1622 foi muito exitoso o processo de acompanhamento dos estados. Para os municípios que não tiveram
1623 o mesmo processo de acompanhamento do estado o resultado foi bem diferente e identificar
1624 situações menos complexas pode favorecer a elaboração de procedimentos dos estados em suas
1625 orientações, visando otimizar o trabalho a ser desenvolvido em função das demandas levantadas.
1626 Então vocês vão verificar neste material que vai ser disponibilizado no site a partir da semana que
1627 vem, das orientações, que a gente traz orientações contidas na NOB, nas resoluções da tipificação,
1628 nas resoluções aprovadas pelo Conselho Nacional, resoluções aprovadas na CIT como Protocolo
1629 de Gestão Integrada. Então a gente traz as normativas do SUAS, traz as informações do Censo que
1630 dizem “poxa, este município não conseguiu cumprir isso porque ele não tem a lista” tipo esta que
1631 coloquei aqui para vocês, e algumas alternativas para o estado orientar o gestor “olhe, você pode
1632 orientar o processo desta forma enquanto você não disponibiliza uma sala”. Então CRAS que

1633 afirmam que não fazem atendimento em grupo, oficinas, eles não fazem porque a gente verificou
1634 que 50% só tem duas salas. E destas duas salas só tem uma com capacidade superior a 15 pessoas
1635 e eles também fazem serviços de convivência naquele espaço. Então a ausência de um coordenador
1636 dificulta a questão da otimização do espaço para que também se façam as oficinas do PAIF. Então
1637 é isso, eu vou passar para o Rafael apresentar rapidinho. São duas coisas que o Rafael vai
1638 apresentar, um é este sistema que a SAGI disponibilizou e que vai apresentar para todos vocês,
1639 para os gestores municipais, para os gestores estaduais, para os Conselhos Municipais e Estaduais
1640 a situação das metas para vocês irem acompanhando os municípios e uma proposta de oficina.
1641 Esta proposta a gente ainda está discutindo, eles fizeram a primeira versão e a gente está olhando,
1642 verificando, a gente vai passar para a Aidê agora dar uma validada e a partir de uma ferramenta
1643 que eles têm, chamada “Fórum de Discussão”, estas oficinas podem ser feitas por qualquer um de
1644 nós, OK?”. Em seguida, o Sr. Rafael Rodrigo Moreno realizou apresentação sobre o acesso do sítio
1645 eletrônico da assistência social na internet, a qual foi prejudicada pela lentidão da internet naquela
1646 data. Em breves discussões, a Sra. Aidê Caçado, em suma, reforçou a importância da
1647 responsabilidade dos estados no acompanhamento e assessoramento técnico e financeiro aos
1648 municípios, inferindo que o PL SUAS contribui para uma solução ao aspecto financeiro, por eleger
1649 um recurso obrigatório, bem como informa que as orientações e metas serão disponibilizadas a
1650 partir de agosto, por meio eletrônico no sítio do MDS na internet. Foram elididos debates acerca da
1651 apresentação da SAGI. Em seguida, procedeu-se à leitura da Memória de Reunião da Presidência
1652 Ampliada, pela voz do Sr. Renato Francisco dos Santos Paula. Transcreve-se o relato: “Data 15 de
1653 junho de 2011, local CNAS, membros presentes, Carlos Eduardo Ferrari, Presidente do CNAS,
1654 Renato Francisco de Paula, vice presidente, Eutália Rodrigues coordenadora da comissão de
1655 acompanhamento aos conselhos, Sérgio Wanderly coordenador adjunto da comissão de
1656 financiamento, Antônio Celso Pasquini coordenador da comissão de normas, Frederico Leite
1657 coordenador da comissão de políticas. Ausências justificadas, José Diniz, coordenador da
1658 comissão de financiamento, apoio da Secretaria Executiva, Maria das Mercês de carvalho,
1659 secretária executiva e Silvani Sousa, assessora do gabinete. Item 1 proposta de pauta da reunião
1660 191, 12, 13 e 14 de 2011, 12 do 7, doze às treze, reunião da comissão de conselhos, 14 às 18
1661 comissões de financiamento, normas e política. Dia 13 do 7, 9 às 10, eleição e posse da presidência
1662 do CNAS, das 10 às 12 ato solene sobre planos de providência, das 14 às 14:15, aprovação da ata
1663 da reunião 190 e pauta, 14:15 às 15, informes da presidência, Secretaria Executiva, CIT,
1664 conselheiros, 15 às 18 relato da Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de
1665 Assistência Social, 18 às 20 reunião da presidência ampliada. Dia 14 do 7, 9 às 10, relato do GT
1666 que discute parâmetros de caracterização das entidades de assessoramento e defesa, 10 às 1 relato
1667 do GT, discussão dos incisos 3º e 4º da LOAS, 11 a 12, relato da presidência ampliada, 14 às 15,
1668 relato da comissão de financiamento, 15 às 16 relato da comissão de conselhos, 16 às 17 relato da
1669 comissão de normas, 17 às 18, relato da comissão de política. Item 2, convites, 2.1, convites
1670 referentes aos processos de conferências, conferências municipais das capitais, rio branco, acre, 7,
1671 8 de julho, campo grande, 21 e 22 de julho, plenária indica, Rio de Janeiro 13 de agosto, plenário
1672 indica, Belém, plenário indica, natal, 3 e 4 de agosto, plenário indica, boa vista, 12 e 13 de agosto,
1673 plenário indica. Conferências estaduais, Amazonas, 4 a 6 de outubro, conselheira Marisa Silva,
1674 Roraima, 5 a 7 de outubro, Carlos Ferrari, Paraíba, 25 a 27 de outubro, Celso Pasquini, Rio de
1675 Janeiro sem data, conselheira Eutália, conselheiro Renato de Paula. Item 2.2, diversos, 2.2.1, o
1676 departamento de proteção social especial da SNAS convida o presidente do CNAS para oficina de
1677 validação do caderno do serviço de proteção social a adolescentes em medidas sócio-educativas e
1678 liberdade assistida a ser realizada no dia 5 de julho na sala 336 do edifício Omega.
1679 Encaminhamentos, presidente do CNAS agradece o convite e informa impossibilidade da presença

1680 devido a compromissos agendados anteriormente, coincidindo com a data da oficina. 2.2.1.2, o
1681 vice presidente do CNAS trará os informes da oficina da SNAS na próxima reunião ordinária.
1682 2.2.2, a associação cristã de moços do Rio de Janeiro convida o CNAS para o seminário sobre o
1683 tema, esferas e responsabilidades referentes ao adolescente no mundo e mercado de trabalho, no
1684 dia 21 de julho de 2011 em porto alegre. A presidência ampliada deliberou por encaminhar
1685 agradecimento e informar impossibilidade de participação. A Secretaria Executiva informou à
1686 presidência ampliada pedido da SNAS para que o CNAS programe com antecedência o programa
1687 de viagem para conselheiros nacionais visto que o calendário de reuniões é aprovado no exercício
1688 anterior. Encaminhamento, acato a solicitação da SNAS, para otimizar os procedimentos de
1689 viagem na CDP e atender a demanda. Dois, as convocações para conselheiros e solicitações no
1690 sistema de passagens serão feitas com antecedência de pelo menos 25 dias, três, solicitar a SNAS
1691 que a emissão de passagens ocorra pelo menos com antecedência de 72 horas e informe sobre o
1692 prazo para depositar as diárias. Cinco, moção de apoio ao conselho nacional de assistência social,
1693 o conselho municipal de assistência social de Blumenau enviou moção de apoio ao CNAS referente
1694 ao manifesto sobre o orçamento da assistência social para 2011, abre aspas, o conselho municipal
1695 de assistência social de Blumenau, Santa Catarina, em reunião ordinária, realizada em 20 de abril
1696 de 2011 deliberou por enviar moção de apoio ao CNAS pela propositura do manifesto sobre
1697 orçamento da assistência social de 2011 declarando-se contrário às alterações orçamentárias que
1698 impactam negativamente na gestão e na garantia de serviços socioassistenciais, importante
1699 iniciativa e valorosa parceria na execução de serviços socioassistenciais, promovendo política
1700 pública de assistência social, o que contribui para seu permanente aprimoramento em consonância
1701 com as necessidades da população brasileira, fecha aspas. Encaminhamento enviar agradecimento
1702 ao conselho municipal pela manifestação. Item 6, solicitações, 6.1, o conselho nacional de
1703 segurança alimentar e nutricional, consea, informa que realizará a quarta conferência nacional de
1704 segurança alimentar e nutricional, no período de 7 a 11 de novembro de 2011 em Salvador, Bahia,
1705 e por essa razão solicita apoio do CNAS para mobilização social com vistas às conferências
1706 municipais. A 4ª conferência nacional tem objetivo de construir compromissos para efetivar o
1707 direito à alimentação previsto na constituição federal, promovendo soberania e segurança
1708 alimentar e nutricional por meio da implantação do sistema e da política de segurança alimentar e
1709 nutricional nas três esferas de governo e na sociedade civil. Encaminhamento, a presidência do
1710 CNAS divulgara informação sobre a conferência aos conselhos de assistência social por e-mail,
1711 solicitando ampla divulgação. 6.2, a comissão organizadora da 14ª conferência nacional de saúde
1712 solicita ao CNAS um espaço na reunião ordinária para divulgação da conferência nacional de
1713 saúde, de 30 de novembro a 4 de dezembro de 2011 e terá como tema todos usam o SUS, SUS na
1714 seguridade social, política pública patrimônio do povo brasileiro. Encaminhamento, a presidência
1715 ampliada sugere que a participação da comissão organizadora da 14ª conferência de saúde ocorra
1716 na reunião ordinária de julho, no horário dos informes. 6.3, o grupo de instituto e fundações e
1717 empresas solicitou entrevista por telefone com o conselheiro Wagner Carneiro para tratar da
1718 consulta pública das entidades que não tem convenio, elaborada pelo GT resolução CNAS 38 de
1719 2010, caracterização de entidades de assessoramento e defesa de direitos, disponibilizada no site
1720 do CNAS. A presidência ampliada autorizou a concessão de entrevista pelo coordenador do GT.
1721 Item 7, informes, o conselho estadual de assistência social de Minas Gerais prestou
1722 esclarecimentos sobre a aprovação dos critérios de partilha de recursos do piso mineiro de
1723 assistência social. O conselho estadual informa que recebeu o ofício 294 de 2011 da CIT, datado
1724 de 28 do 3 de 2011 solicitando esclarecimentos sobre a ausência de aprovação no conselho
1725 estadual da aprovação dos critérios de partilha dos recursos do piso mineiro. No ofício 186 do
1726 conselho estadual, aquele conselho apresentou informações sobre o assunto e informou o

1727 *encaminhamento de advertência ao secretário de estado sobre o desrespeito ocorrido ao fluxo de*
1728 *procedimentos quanto à partilha de recursos envolvendo as instancias de pactuação e deliberação*
1729 *do estado de Minas Gerais, conforme deliberado na reunião ordinária 157. 7.2, a promotoria de*
1730 *justiça de tutela das fundações e entidades de interesse social do Ministério Público de DF informa*
1731 *que elaborou lista das entidades cujas contas aprovou, divulgando-a no portal do Ministério*
1732 *Público do DF e territórios, na internet, no endereço WWW.mpdft.gov.br no link serviços, com*
1733 *objetivo de dotar a sociedade de informações sobre a existência, regularidade e conservação das*
1734 *entidades veladas pelo Ministério Público. oito, demanda acadêmica, 8.1, estudante de doutorado*
1735 *da universidade estadual do Rio de Janeiro, Janaina Albuquerque, por meio de solicitação formal,*
1736 *assinada pela coordenação do programa de pós graduação em serviço social da UERJ solicita*
1737 *autorização de pesquisa documental para realização do projeto de tese nos seguintes registros do*
1738 *CNAS, atas públicas do CNAS desde sua criação até suas ultimas reuniões, documentos que*
1739 *apresentem referencia histórica acerca da Política de Assistência Social no Brasil, registros acerca*
1740 *da legião brasileira de assistência social, documentos sobre a Política de Assistência Social no que*
1741 *se refere, a implementação da Política de Assistência Social e SUAS, solicita que a pesquisa*
1742 *documental ocorra no período de 2 a 4 de agosto de 2011, a estudante acrescenta que a pesquisa*
1743 *integrará uma das fases dos procedimentos metodológicos do processo de doutorado cujo título é,*
1744 *análise da gestão pública do SUAS no município de Niterói, no Rio de Janeiro, tendo como objetivo*
1745 *analisar o processo de gestão publica do SUAS no que se refere ao cumprimento das diretrizes*
1746 *organizacionais colocadas na NOB SUAS. Encaminhamento, a presidência ampliada concedeu*
1747 *autorização para a pesquisa, ressaltando conforme dispõe a ordem 2 de 2005, a pesquisadora*
1748 *deverá se comprometer, após conclusão de seu trabalho a encaminhar cópia do relatório final, a*
1749 *fim de que o mesmo seja levado ao conhecimento dos conselheiros do CNAS. Carlos Eduardo*
1750 *Ferrari, presidente do CNAS.”. Em seguida à leitura, realizou-se uma alteração de pauta, retirando*
1751 *o relato do GT na seguinte reunião, e reposicionando um treinamento de mídia aos Conselheiros*
1752 *Nacionais. Menciona-se também a realização do Comitê de Acessibilidade para o final do dia 11 de*
1753 *julho, às seis horas da tarde. Discutiu-se os calendários de comparecimento dos Conselheiros nas*
1754 *reuniões municipais e estaduais. Em seguida, o Conselheiro Samuel expôs situação a qual considera*
1755 *ser vexatória, no que tange à necessidade de recebimento de diárias e afins para permanência no*
1756 *DF, na qual foi respondida pela Sra. Fátima Aparecida Rampin, de que tal constrangimento era*
1757 *corriqueiro a todos, expondo que a questão do pagamento de diárias acomete tanto a sociedade civil*
1758 *quanto ao governo. Após, verificou-se que o item um do relato apresentou consenso entre os*
1759 *presentes, e em seguida mencionou-se que alguns Grupos de Trabalho não terão condições de*
1760 *convocar suas reuniões com 25 dias de antecedência. O Sr. Renato de Paula sugere a inclusão do*
1761 *termo “preferencialmente” com 25 dias de antecedência. O Sr. Carlos Ferrari sugeriu o texto: “25*
1762 *dias em caso de ordinária e preferencialmente em outras situações. Item 3, solicitação que a emissão*
1763 *de passagens ocorra até 72 horas”. Solicitou que se colocasse a emissão de passagens à*
1764 *Conselheiros e Convidados, conforme nova sugestão do Presidente do Conselho. Após discussões*
1765 *breves sobre os demais itens do relato da Presidência Ampliada, a reunião foi encerrada para*
1766 *almoço dos presentes. Abertos os trabalhos no período da tarde, procedeu-se à conferência do*
1767 *quorum, constatando a presença dos Conselheiros na titularidade: Conselheiro Renato Francisco dos*
1768 *Santos Paula, Conselheira Simone Aparecida Albuquerque, Conselheira Eutália Barbosa Rodrigues,*
1769 *Conselheira Fátima Rampin, Conselheiro Sérgio Wanderly Silva, Conselheiro Irmão Pedro Ost,*
1770 *Conselheiro Antônio Celso Pasquini, Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Conselheira Maria do*
1771 *Carmo Tourinho Ribeiro, Conselheiro Samuel Rodrigues, Conselheiro Frederico Jorge de Sousa*
1772 *Leite, Conselheiro Carlos Rogério de Carvalho Nunes. Conselheiros na suplência: Conselheiro José*
1773 *Ferreira Crus, Conselheira Marisa Rodrigues da Silva, Conselheiro Wanger Carneiro de Santana,*

1774 Conselheiro Reverendo Renato Saidel Coelho, Conselheira Leila Pizzatto, Conselheira Maria
1775 Auxiliadora Bezerra de Araújo, Conselheiro José Araújo da Silva, Conselheira Jane Pereira
1776 Clemente. Realizou-se nova interferência na pauta, tendo como primeiro item a realização da leitura
1777 do relato da Comissão de Acompanhamento, pela Sra. Eutália, iniciando-se nestes termos:
1778 “*Memória da Reunião da Comissão de Acompanhamento. Data: 14 de junho de 2011. Horário: 9h*
1779 *às 13h30. Local: CNAS – Brasília/DF. Conselheiros presentes: Eutália Barbosa Rodrigues; Fátima*
1780 *Aparecida Rampin; Clodoaldo de Lima Leite; Jane Clemente; José Ferreira da Crus; Maria*
1781 *Aparecida do Amaral Godoi de Faria; Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo; Renato Francisco*
1782 *dos Santos Paula; Renato Saidel Coelho; Samuel Rodrigues; Leila Pizzato; Sérgio Wanderly.*
1783 *Ouvintes: Ildemar Cassias — Presidente do CMAS de Florianópolis; Solange Bueno —*
1784 *Conselheira Municipal de Florianópolis; Secretária Executiva: Liliane Neves do Carmo; Fernanda*
1785 *Padovan; Giovana Veloso; Lilian da Silva Guedes; Josué Alves dos Santos. 1. Apresentação do*
1786 *consolidado sobre as contribuições recebidas por meio da consulta pública sobre o processo*
1787 *eleitoral dos representantes da sociedade civil no CNAS. O CNAS recebeu contribuições do CEAS*
1788 *do Acre, CEAS do Ceará, Secretaria de Estado do Paraná, Mato Grosso do Sul (Contribuição Sec.*
1789 *de Estado de Trabalho de Assistência Social; Colegiado Estadual de Gestores Municipais e*
1790 *CEASIMS); CMASIFrancaISP; CMASIPorto Alegre; Fórum Estadual da Assistência*
1791 *Social/Ceará; Fórum Estadual da Assistência Social do Rio Grande do Sul; PUC/SP; e Federação*
1792 *Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola*
1793 *do Brasil. Conforme deliberado na plenária, as contribuições foram apreciadas pela Comissão e,*
1794 *apresentamos o consolidado (quadro anexo) das propostas recebidas tendo em vista dar*
1795 *conhecimento a este plenário. Bom, então eu passo agora para a apresentação da, nós, só*
1796 *rapidamente, nós fizemos um trabalho de consolidação destas contribuições. Foram todas estas*
1797 *instituições que contribuíram e nós tivemos um rol de contribuições que, parte delas se referem à*
1798 *comentários gerais sobre o temário, a consulta pública, e a outra parte é o conjunto das*
1799 *contribuições, ou seja, proposições apresentadas por estas instituições. Eu só queria colocar*
1800 *anteriormente à minha apresentação da consulta pública, que apresentamos como*
1801 *encaminhamento um quadro, que está anexo aí, onde descrevemos aqui o eixo da proposição e, a*
1802 *pergunta que é originária das deliberações da conferência, da VII Conferência Nacional de*
1803 *Assistência Social, onde cada eixo tem de 1 a 4 perguntas para consulta pública, e aí na segunda*
1804 *coluna colocamos as observações gerais, críticas, sugestões e demais sobre o temário em si, e as*
1805 *contribuições propriamente ditas, que seriam as proposições. E na última coluna apresentamos*
1806 *para vocês o que conseguimos consolidar do conjunto de contribuições que apareceram na*
1807 *consulta pública. É o que vamos apresentar agora na tela, exatamente o conjunto da consolidação*
1808 *que fizemos, então ele se refere ao que está colocado aqui na íntegra, o que os conselhos,*
1809 *secretarias e fóruns apresentaram na consulta. No nosso debate tiramos como encaminhamento*
1810 *que estaríamos, a partir deste consolidado feito pela Comissão de Conselhos, que estaríamos*
1811 *organizando este consolidado por categorias, ou seja, por temas que apareceram, por exemplo,*
1812 *muitas propostas que se referem ao processo de regionalização do processo eleitoral e da*
1813 *composição dos CNAS. Então esta seria uma categoria onde nós reuniríamos aí todas as propostas*
1814 *que compareceram com relação a esta categoria de regionalização. A partir daí proporíamos e*
1815 *estamos propondo neste plenário, sugerimos a realização de uma reunião conjunta com a*
1816 *Comissão de Normas, para que se debruce em cima deste conteúdo, para posterior deliberação*
1817 *neste plenário. Porque isto? Porque parte das contribuições se referem à alteração de legislação,*
1818 *normatização por parte deste conselho, tanto de seu processo eleitoral, quanto de sua composição.*
1819 *Então a Comissão de Conselhos entende que a matéria deve ser avaliada conjuntamente entre*
1820 *Comissão de Normas e Comissão de Conselhos para que possamos produzir um documento único*

1821 *de posicionamento deste conselho frente à consulta pública, para posterior deliberação do*
1822 *Plenário”. Houve breve interrupção da leitura para assegurar-se da leitura efetiva da memória*
1823 *integral, continuando: “Então vamos ler as ações de encaminhamento, que eu havia colocado que a*
1824 *nossa proposta de encaminhamento com relação à consulta pública é: 1.1 Organizar em categorias*
1825 *as contribuições da consulta pública a partir da consolidação apresentada na plenária do CNAS*
1826 *em junho; 1.2 Sugerir realização de reunião conjunta com a Comissão de Normas para discutir o*
1827 *consolidado das contribuições recebidas na consulta pública, para posterior deliberação na*
1828 *plenária do CNAS. 2. Apreciação do documento “perguntas e respostas sobre o funcionamento dos*
1829 *CAS”. Os conselheiros Eutália Barbosa e Renato Saidel apreciaram e fizeram algumas*
1830 *considerações no documento elaborado pela Coordenação de Acompanhamento aos Conselhos e,*
1831 *em virtude da urgência de sua aprovação, será encaminhado aos conselheiros da Comissão para*
1832 *leitura e considerações necessárias. 3. Definir estratégias para acompanhar a atuação dos*
1833 *conselhos de assistência social dos municípios citados no acórdão TCU nº 2.809/ 2009 quanto ao*
1834 *cumprimento das exigências do referido acórdão. A Comissão decidiu pelo encaminhamento do*
1835 *referido assunto para análise e manifestação da secretaria executiva acerca da competência da*
1836 *Comissão de Acompanhamento aos Conselhos frente à matéria. Sugestões de encaminhamentos:*
1837 *3.1. A secretaria executiva fará uma análise técnica do documento, para posterior envio aos*
1838 *conselheiros José Crus, Eutália Barbosa e Maria Aparecida do Amaral Godói de Faria, para que*
1839 *esses apreciem as questões apontadas, tendo em vista definir as ações a serem desenvolvidas por*
1840 *esta Comissão e, encaminhar as questões afetas a outras comissões para a análise e*
1841 *acompanhamento, conforme suas atribuições definidas no Regimento Interno do CNAS. 4.*
1842 *Informes. 4.1. Emenda à Lei Orgânica de BH - P.E.L.O 01/2009 que tramitava na Câmara de*
1843 *Vereadores de Belo Horizonte. Com relação a esta emenda, a proposta previa a retirada dos*
1844 *conselhos o caráter deliberativo. Como o assunto foi tema, ela previa, porque foi arquivada. Como*
1845 *o assunto foi tema de Moção de Repúdio na VII Conferência Nacional de Assistência Social, isto*
1846 *ganhou certa amplitude no debate e, após articulações realizadas pelo Fórum Estadual de Defesa*
1847 *do SUAS/MG, a proposta foi arquivada pela Câmara dos Vereadores. A Comissão de Conselhos*
1848 *nos trouxe este informe e achamos importante trazer para este plenário como motivo de*
1849 *comemoração, porque a proposta, ela afetava e confrontava diretamente com o controle social em*
1850 *Minas Gerais, e isto repercutiria sem dúvida alguma no Brasil. 5. Proposta de pauta para a*
1851 *reunião de julho. 5.1 Apreciação do documento “Perguntas e Respostas Sobre o Funcionamento*
1852 *dos CAS”. 5.2 Discutir estratégias para acompanhar a atuação dos Conselhos de Assistência*
1853 *Social dos municípios citados no acórdão TCU nº 2.809/2009 quanto ao cumprimento das*
1854 *exigências do referido acórdão. 5.3 Discutir estratégias para superação das questões apontadas no*
1855 *Censo Suas referentes ao funcionamento e atuação dos Conselhos de Assistência Social. Eutália*
1856 *Rodrigues. Coordenadora da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos de Assistência Social.*
1857 *Bom, então vamos para a leitura do consolidado da consulta pública. Bom, as contribuições foram*
1858 *destes órgãos, destes Conselhos, Fóruns e Secretarias de estado, Universidades, pode passar, eu já*
1859 *fiz a leitura na memória. Bom, então, quanto ao primeiro eixo da consulta pública, que se refere à*
1860 *composição do CNAS, tendo duas perguntas dentro deste eixo, a 1.1, que seria quais os*
1861 *mecanismos a serem construídos, e que permitam que o processo eleitoral e a composição do*
1862 *CNAS consigam retratar os diversos segmentos que compõe a sociedade civil, bem como a*
1863 *representação regionalizada. Se refere à deliberação nº 13 do eixo dois da VII Conferência*
1864 *Nacional. As proposições que apareceram e que conseguimos consolidar nestes itens aí: realização*
1865 *de assembléias regionais para eleição dos representantes da sociedade civil do CNAS com a*
1866 *supervisão deste. Composição do CNAS por conselheiros estaduais das 5 regiões brasileiras pelos*
1867 *estados. Composição do colégio eleitoral pelos conselheiros da sociedade civil dos CMAS.*

1868 Fortalecer os fóruns regionais, estaduais e municipais. O mapeamento das instituições com
1869 potencial para participar do pleito eleitoral. Ampliação do número de conselheiros do CNAS.
1870 Criação de vagas no CNAS para representação de usuários, e trabalhadores, sem vinculação com
1871 entidades formais ou informais eleitas nas conferências. Ampliação da participação dos
1872 trabalhadores no CNAS. Na verdade, é da representação dos trabalhadores. Flexibilização de
1873 critérios para ampliar a participação de usuários. 1.2. Ainda dentro do eixo 1. Considerando as
1874 características da intersectorialidade da PNAS, e as novas demandas colocadas pelo SUAS, deve-se
1875 buscar ampliar a participação governamental no sentido de incluir outras áreas que atuam de
1876 forma direta com a assistência social, quais: deliberação 8 do eixo um. Pode passar. As
1877 proposições que apareceram: inclusão de universidades públicas e privadas, participação tripartite
1878 e paritária, inclusão do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Cultura, Esporte, Cidades,
1879 Habitação, Política de Habitação, Secretaria de Renda, aí tinha que ter consertado aí, é MTE.
1880 Pode passar. Toda vez o computador corrige para TEM, ele não aceita MTE. Secretaria de
1881 políticas para mulheres, segurança pública, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento,
1882 Ministério da Justiça, representação do MDS e Ministérios afins, representação de afins, o
1883 CONGEMAS e o FONSEAS não estão sendo reconhecidos. Eixo dois, composição do colégio
1884 eleitoral. Quais atores da Assistência Social devem participar do processo eleitoral, tanto como
1885 eleitores quanto como candidatos. Bom, o que compareceu de perguntas: gestores, delegados de
1886 conferências que não sejam membros de organizações formais, entidades pequenas, colégio
1887 eleitoral composto por conselheiros estaduais da sociedade civil, profissionais que atuam nos
1888 serviços da proteção social básica e especial. Eixo três, perfil para os representantes das
1889 entidades/organizações para compor o CNAS. 3.1. Quais as exigências no que tange ao âmbito de
1890 atuação das entidades/organizações para participação no pleito eleitoral enquanto eleitora e
1891 candidata. Deliberação 17, eixo 1. Bom, primeira contribuição. Aproximação das representações
1892 com suas bases, exemplo, sindicatos, confederações e movimentos sociais. Evitar repetição de
1893 representação de segmento. Eleição de segmento de usuário em fórum específico, elaboração de
1894 parecer técnico do CEAS comprovando o funcionamento e a área de abrangência, possibilitar a
1895 participação de entidades que prestam serviços, e não somente entidades de assistência social.
1896 Possibilitar, sim, entidades de usuários legalmente constituídas. Eixo 4. Formato para habilitação
1897 das entidades/organizações. 4.1. Quais os critérios a serem definidos para além da auto-
1898 declaração e apresentação documental? Deliberação 13, eixo dois. Parecer do CNAS acerca da
1899 fiscalização da entidade, criação do cadastro de entidades no âmbito do CEAS e do CNAS,
1900 participação dos Fóruns e reuniões do CNAS, inscrição no CNAS, inscrição no Fórum de
1901 Assistência Social, e declaração do CNAS para entidades e organizações de usuários. Eixo 5,
1902 representação. 5.1. Quais os mecanismos a serem construídos e que permitam que o processo
1903 eleitoral e a composição do CNAS consigam retratar os diversos segmentos que compõe a
1904 sociedade civil, bem como a representação regionalizada. Deliberação 13, eixo um. Alteração da
1905 LOAS, artigo da criação do CNAS para alteração de sua composição. Aí a gente colocou como
1906 estava inscrito. Limitar o número de entidades por região, voto direto sendo os CMAS os locais de
1907 votação por meio de cadastro. Realização de campanhas de divulgação e mobilização do papel do
1908 Conselho na mídia. Eixo 6. Assembléia de eleição. 6.1. Quais os mecanismos a serem utilizados
1909 para tornar o processo eleitoral do CNAS mais célere e acessível aos seus participantes. Amplo
1910 processo de divulgação midiática, utilização de ferramentas online em tempo real, envio para
1911 colégio eleitoral a relação das candidatas com respectivos textos de apresentação das mesmas.
1912 Mobilização nacional, acho que último. Eixo 7. Da divulgação do processo eleitoral e participação
1913 na ampliação. 7.1. Quais os mecanismos a serem utilizados para a efetiva organização e
1914 mobilização das entidades/organizações para a participação enquanto eleitora e eleitora/candidata

1915 do processo eleitoral dos representantes da sociedade civil no CNAS. deliberação 16, eixo um e
1916 deliberação 4 e 13 do eixo dois. Envio de correspondência aos atores da sociedade civil,
1917 estimulando a participação no pleito. Campanha de esclarecimento do papel do Conselho.
1918 Realização de audiências públicas, utilização de redes sociais, introdução do debate da
1919 participação na comunidade escolar, vídeo-conferências. Eixo 8. Desafios a serem enfrentados no
1920 processo de eleição. 8.1. Como tratar a questão da garantia da participação dos três segmentos
1921 nos conselhos de municípios de pequeno porte. Inclusão de representação do Sistema de Garantias
1922 de Direitos. Criação de Fóruns Municipais de Assistência Social, financiamento da participação
1923 dos usuários no pleito eleitoral. Redefinir o conceito de trabalhadores, realização de fóruns
1924 envolvendo todos os atores e elaboração de cartilhas, autorização para recondução da entidade
1925 como substituição do conselheiro que a representa, avaliação da participação da entidade pelo
1926 colegiado nos conselhos. Criação de fóruns municipais, regionais, e estaduais de trabalhadores da
1927 assistência, criação da lei para os trabalhadores poderem participar do conselho dentro de seus
1928 horários de trabalho, regulamentação de quem são os trabalhadores do SUAS, normatização de
1929 inscrição de movimentos sociais, e de representantes de grupos de usuários dos serviços
1930 socioassistenciais no processo eleitoral em cada esfera de governo. Descentralizar as reuniões do
1931 conselho. Criação de normativos que garantam o custeio da participação do usuário nos espaços
1932 de exercício do controle social, incentivo à organização de usuários pelas entidades e pelos
1933 equipamentos públicos da assistência social. Incentivo à organização de Fóruns de Usuários.
1934 Realização de Fóruns, Seminários, Assembléias e etc., como estratégia de ampliação da
1935 participação do usuário, inserir-se nos processos de escolha de organização nos territórios onde se
1936 vive, vincular o usuário à sua unidade de atendimento, campanhas de divulgação na mídia,
1937 formação política para o exercício da participação, instituir vídeos-conferência simultâneas
1938 durante todo o processo eleitoral, utilização de urnas eletrônicas em todas as cidades brasileiras
1939 com a devida divulgação que atenda aos critérios de capacidade de liderança. Conhecimento da
1940 política, participação efetiva no âmbito de sua unidade de atendimento e participação em eventos
1941 em seu território. Utilização de linguagem de mais fácil acesso, de mais fácil entendimento, criação
1942 de lei que regulamente o pagamento de diárias e passagens, participação de 30% dos usuários e
1943 100% das entidades pequenas no processo eleitoral, criação de porta eleitoral com definição de
1944 prazo mínimo de um mês para apresentação e divulgação das candidaturas dos três segmentos da
1945 sociedade civil. Assegurar recursos financeiros para participação de forma igualitária, assegurar
1946 uma vaga para o CEAS e uma vaga para o CMAS no CNAS na composição da sociedade civil.
1947 Obrigada, a Comissão de Acompanhamento dos Conselhos, plenária de junho de 2011.” O Sr.
1948 Antônio Celso Pasquini sugeriu a realização de reunião conjunta com a Comissão de Normas. Em
1949 seguida, o Conselheiro Wagner Carneiro solicitou que se registrasse que o CEAS/SP contribuiu e
1950 aprovou até em plenário os encaminhamentos desta consulta pública. A Sra. Simone informou que
1951 solicitou à Ex-Presidente Márcia Pinheiro documento sobre o papel da Comissão de Normas acerca
1952 do controle social, o que resultou em um documento muito interessante. Ficou acordado que este
1953 documento elaborado pela Sra. Márcia Pinheiro, bem como a pasta integral da consulta pública para
1954 os conselhos da comissão de normas, seriam disponibilizadas a todos os conselheiros. A
1955 Conselheira Simone sugeriu que o convidado da Comissão de Normas pudesse estar presente na
1956 reunião conjunta a ser realizada juntamente à Comissão de Acompanhamento. Por fim, não restou
1957 acordada data e horários devidos à realização da reunião conjunta, uma vez que seria interessante a
1958 participação do professor Edval Bernardino, e seria necessário obter-se informações acerca das
1959 horas de vôo deste, bem como de eventuais compromissos deste. O Sr. Renato Francisco dos Santos
1960 Paula informou que a Sra. Dulcelene não iria mais comparecer ao Conselho e, deu início ao relato
1961 da Comissão de Política. O Sr. Frederico Jorge procedeu à leitura do relato, nos seguintes

1962 termos: “Memória da reunião da Comissão de Política da Assistência Social. Data: 14 de junho de
1963 2011. Horário: 14h às 18h. Local: CNAS. Conselheiros integrantes da Comissão: Anna Claudia
1964 Romano Pontes; Clodoaldo de Lima Leite; Frederico Jorge de Souza Leite; José Araújo da Silva;
1965 José Ferreira da Cruz; Leila Pizzato; Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo; Maria do Carmo
1966 Tourinho; Marisa Rodrigues da Silva. Ausência Justificada: Célia Mota de Carvalho. Convidados:
1967 Prof. Alba Maria Pinho de Carvalho, UFCE; Prof. Joaquina Barata Teixeira, UFPA. Clara
1968 Carolina de Sá, Coordenação Geral de Regulação do SUAS –DGSUAS/SNAS/MDS. Izabela Adjuto
1969 Cardoso, Coordenação Geral de Regulação do SUAS -DGSUAS/SNAS/MDS. Secretária Executiva
1970 do CNAS: Carolina Maria Ribeiro da Silva; Maria Antonia Valente; Maria Auxiliadora Pereira;
1971 Rosiely Bonfim. 1. Reconhecimento pelo CNAS das Categorias Profissionais de Nível Superior no
1972 SUAS: Visando concluir uma primeira das muitas etapas e desafios do processo de debate e
1973 construção e consolidação da gestão do trabalho no SUAS, iniciada em 2010 com o Processo de
1974 Debate sobre o Reconhecimento dos Trabalhadores de Nível Superior do SUAS, a Comissão de
1975 Política pautou exclusivamente esse tema em sua reunião, que contou com as presenças ilustres das
1976 professoras Alba Pinho, da UFCE, apresentando os Apontamentos da Oficina “Proposições para
1977 Subsidiar o CNAS na definição dos trabalhadores da assistência social (18 de março de 2011) e da
1978 Profa. Joaquina Barata, da UFPA, apresentando os Apontamentos do Encontro Nacional dos
1979 Trabalhadores do SUAS (30 e 31 de março de 2011). Ressalta-se o agradecimento do CNAS às
1980 professoras, que foram participantes ativas e entusiastas de todo esse processo e contribuíram
1981 enormemente, a exemplo de outros colaboradores, para avançarmos nessa tarefa. Considerando a
1982 riqueza das apresentações e a impossibilidade de traduzí-las nessa memória de reunião, a
1983 Secretária Executiva do CNAS encaminhará posteriormente para os conselheiros a gravação das
1984 mesmas. Cabe elencar, abaixo, os pontos principais das apresentações das professoras:
1985 Apontamentos da Oficina “proposições para subsidiar o CNAS na definição dos trabalhadores da
1986 assistência social”. Profa. Alba Pinho: A professora Alba Pinho destacou dez pontos relevantes
1987 apontados pelos participantes da referida oficina: 1. Contextualização do debate - define
1988 verdadeiro movimento social, afirmando o campo específico dos Direitos socioassistenciais,
1989 tornando-se um processo histórico de reconhecimento de onde estávamos (2010) e onde estamos
1990 (2011), configurando a democracia num momento em que se aprova o PL/SUAS no Senado Federal
1991 e em que se reconhece os profissionais de nível superior do SUAS, no CNAS. 2. Sentidos e
1992 Significados do processo de reconhecimento das categorias profissionais — utilização de uma
1993 metodologia focada não apenas nas categorias profissionais, mas principalmente nos
1994 conhecimentos, habilidades e requisições necessárias ao SUAS. Reafirmação da necessidade de
1995 uma Política de capitação com base no princípio da educação permanente em assistência social,
1996 que atenda à qualificação com duplo foco: no processo de trabalho e a aliança do trabalhador com
1997 os usuários dessa política e o processo de formação e capacitação em Assistência Social.
1998 Pressupostos Orientadores do Processo — O reconhecimento público das categorias profissionais
1999 do SUAS implicará na configuração e reestruturação da gestão do trabalho particularizando as
2000 necessidades do SUAS em relação aos processos institucionais, políticos e gerenciais. Um processo
2001 de debate que está vinculado à Gestão do Trabalho e ao aprimoramento do SUAS. Equipe de
2002 Referência em Foco — Ratificação da equipe de referência definida pela Norma Operacional
2003 Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social — NOB/RH/SUAS e
2004 reconhecimento das categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos
2005 serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência
2006 Social — SUAS. 5. Mobilização das Categorias Profissionais na Assistência Social — definição de
2007 estratégias de diálogo do SUAS com as entidades de classe das categorias para discussões
2008 fundantes da Política de Assistência Social. A discussão de competências e habilidades - Está

2009 vinculada a conhecimento necessário comum a todos os trabalhadores da Assistência Social. Os
2010 conhecimentos específicos e necessários deverão ter direção social. Portanto, urge um processo de
2011 formação e capacitação para os trabalhadores do SUAS. 7. Configuração de um projeto
2012 estratégico — necessidade de amarrar o reconhecimento dos trabalhadores a uma dimensão ética,
2013 configurando-se em projeto estratégico em uma disputa hegemônica. 8. Consolidação do campo
2014 socioassistencial. O SUAS adentrou em campo peculiar, havendo o duplo vetor de consolidação e
2015 do campo socioassistencial, com a centralidade do usuário. Esse processo possibilitou uma
2016 reflexão sobre a identidade do campo da assistência social. 9. Formação Profissional - Há que se
2017 discutir o nexo entre trabalho e formação, os conteúdos gerais e comuns, e os específicos. A
2018 Política de Capacitação deve assumir uma dimensão nacional com conteúdos fundamentais à
2019 formação dos profissionais. A intersetorialidade e interdisciplinaridade deverão ser referências
2020 fundamentais na busca de horizonte ético e político, no avanço pela conquista de direitos, pela
2021 valorização e consolidação da demanda como espaço dialético e que não haja uma
2022 instrumentalidade simplesmente e que também deverá resguardar o processo emancipatório, uma
2023 apreensão crítica de totalidade. Desta forma, reafirma-se a necessidade de repensar as estratégias
2024 de capacitação e formação com base no princípio da educação permanente. 10. Reconhecimento
2025 das categorias de nível superior do SUAS para atender as especificidades dos serviços
2026 socioassistenciais visando reafirmar a política de assistência social - Vale aqui registrar que esse
2027 processo revelou debates inovadores de algumas categorias profissionais, tomando pública a
2028 tomada de decisão desse CNAS e trazendo contribuições específicas para o SUAS, concluiu a
2029 Profa. Alba Pinho. Realmente, as minhas anotações não trazem na íntegra. Quando a gente tiver o
2030 acesso, veremos a riqueza destas contribuições. Ainda é pobre em relação às anotações em
2031 comparação ao que ela trouxe neste momento, tanto ela quanto a professora Joaquina.
2032 Apontamentos do “Encontro Nacional dos Trabalhadores do SUAS” Profatm Joaquina Barata. A
2033 Prof. considerou que o processo de debate sobre os trabalhadores do SUAS expressou um
2034 magnífico conjunto de manifestações discursivas, trabalhos coletivos e expressões de vontades
2035 políticas, buscando uma institucionalidade superior no campo dos direitos socioassistenciais no
2036 Brasil e de reconhecimento e valorização dos trabalhadores do SUAS. Ressalta a importância do
2037 passo a ser dado pelo CNAS que é a aprovação da resolução que reconhece as categorias
2038 profissionais de nível superior do SUAS, reforçando que a resolução tem que contemplar o sábio
2039 poder de síntese dessas vontades e desses discursos expressos durante o processo. Outros aspectos
2040 levantados em sua apresentação: I - Bases necessárias e comuns à política de assistência social,
2041 ao SUAS, aos trabalhadores: O conteúdo dessa direção social trilha o rumo das perspectivas ético-
2042 políticas e econômico-sociais emancipatórias. Se não podem ser alcançadas aqui e agora, não quer
2043 dizer que não estejam no horizonte. II — categorias apontadas e trabalho necessário — O Censo
2044 SUAS apontou categorias profissionais, sendo que durante o processo de debate regionalizado e
2045 análise aprofundada das legislações específicas, grade curricular, Código Brasileiro de Ocupação
2046 - CBO, Código de Ética, entre outras legislações pertinentes que expressam os conhecimentos e
2047 habilidades necessárias para o SUAS. III — balizas para a absorção e qualificação do trabalho —
2048 como respostas técnicas e éticas às demandas do SUAS: o trabalho entendido como fonte de
2049 energia criadora do SUAS e da materialização do sistema e que este “trabalho” seja pautado nas
2050 seguintes direções: conquistado por meio de concursos públicos; com perspectiva de carreira e de
2051 ascensão fundados em qualificações, formação continuada e critérios de desempenho; aberto à
2052 integração, à interdisciplinaridade, à intersetorialidade; profundamente ancorado na ética
2053 profissional de cada categoria, na ética pública e na ética política; protegido pelo espaço da
2054 interlocução entre governo e organizações profissionais, quer sejam conselhos profissionais, quer
2055 sejam sindicatos; com capacidade de trânsito entre o específico e o geral, logo, avesso a

2056 polaridade da lógica formal entre esses dois âmbitos; e finalmente, um trabalho com bases
2057 materiais de funcionamento e condições de realização. IV - Nexos da
2058 intersetorialidade/interdisciplinaridade. Os nexos da intersetorialidade e que favorecem o diálogo
2059 interdisciplinar são assegurados por: Referências fundadas na busca de um horizonte ético-político
2060 superior, com perspectivas emancipatórias para o ser social, onde presidem os valores da justiça
2061 substantiva, da cidadania real e da democracia; Referências fundadas no avanço da conquista de
2062 direitos de segunda, terceira e quarta gerações; Referências da valorização, permanência e
2063 consolidação do público como espaço de política de seguridade social; Referências do
2064 ordenamento jurídico-político e instrumentalidade normativa do SUAS. V - Considerações finais.
2065 Agora, que o SUAS foi aprovado, no Senado Federal, sabemos que a luta não terminou. Ela só
2066 começa, porque ainda há um longo percurso a ser trilhado na sua consolidação nos marcos da
2067 proteção que desejamos. Quem sabe a partir dessa consolidação não tenhamos que assistir mais
2068 mães pobres com medo do futuro jogando seus bebês no lixo. Quem sabe possamos ter doentes
2069 mentais seguros e protegidos que não saiam por aí assassinando crianças nas escolas e possamos
2070 todos celebrar a vida, concluiu a Profa. Joaquina Barata. - Minuta de Resolução –
2071 CGR/SUAS/DG/SUAS: Após a apresentação das professoras e do debate, a Dra. Clara Carolina de
2072 Sá, Coordenadora Geral da Coordenação Geral de Regulação do SUAS -DGSUAS/SNAS/MDS,
2073 apresentou a proposta de minuta de resolução de reconhecimento das categorias de nível superior
2074 do SUAS, que foi debatida e aperfeiçoada na Comissão, conforme cópia anexa. Finalmente, vale
2075 ressaltar o reconhecimento nacional do esforço do CNAS, com o apoio do MDS, no
2076 empreendimento dessa agenda ousada e precursora que, em tempo recorde, realizou uma série de
2077 encontros de forma democrática, transparente e participativa. Vale ressaltar, como foi dito pelas
2078 professoras convidadas em vários momentos de sua apresentação, a aprovação da resolução que
2079 reconhece as categorias profissionais de nível superior do SUAS é o ponto de chegada para o
2080 processo de debate sobre os trabalhadores do SUAS, mas representa, também, o ponto de partida
2081 para agendas importantes no âmbito da gestão do SUAS, na perspectiva da qualificação dos
2082 serviços socioassistenciais e na valorização de seus trabalhadores. 2. Pauta da comissão para
2083 junho: Tendo em vista o tema da VIII Conferência: Consolidar o SUAS e valorizar seus
2084 trabalhadores, debater no âmbito da Comissão de Política “Os Recursos Humanos no âmbito do
2085 SUAS”, com a presença da SAGI e a da SNAS. Frederico Jorge de Sousa Leite, Coordenador da
2086 Comissão de Política. Presidente, leio a Minuta? Ok! Minuta. Resolução N° 00, de 00 de junho de
2087 2011. Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos
2088 Humanos do Sistema Único de Assistência Social — NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias
2089 profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das
2090 funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social — SUAS. O Conselho
2091 Nacional de Assistência Social - CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias de 2011, no uso
2092 das competências que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei
2093 Orgânica da Assistência Social - LOAS, Considerando a Resolução CNAS n.º 145, de 15 de
2094 outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS; Considerando a
2095 Resolução CNAS n.º 130, de 5 de julho de 2005, que aprova a Norma Operacional Básica do
2096 Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS; Considerando a Resolução CNAS n.º 269, de 13
2097 de dezembro de 2006, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema
2098 Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS; Considerando a Resolução CNAS n° 172, de 2007,
2099 que recomenda a instituição de Mesa de Negociação, conforme estabelecido na NOB-RH/SUAS;
2100 Considerando a Resolução CNAS n° 210, de 2007, que aprova as metas nacionais do Plano
2101 Decenal de Assistência Social; Considerando a Resolução CNAS n.º 109; de 11 de novembro de
2102 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; Considerando a

2103 *Resolução da Comissão Intergestores Tripartite - CIT no 07, de 2009, que dispõe sobre a*
2104 *implantação nacional do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de*
2105 *Renda no âmbito do SUAS; CONSIDERANDO a deliberação da VII Conferência Nacional de*
2106 *Assistência Social de “Construir um amplo debate para definição dos trabalhadores da Assistência*
2107 *Social”; Considerando a meta prevista no Plano Decenal de Assistência Social, de “Contribuir*
2108 *com o estabelecimento da política de recursos humano do SUAS que garanta a definição da*
2109 *composição de equipes multiprofissionais, formação, perfil, habilidades, qualificação, entre*
2110 *outras”; Considerando o Decreto nº 7.334, de 19 de outubro de 2010, institui o Censo do Sistema*
2111 *Único de Assistência Social - Censo SUAS; e Considerando o processo democrático e participativo*
2112 *de debate realizado com os trabalhadores da Assistência Social nos cinco Encontros Regionais, no*
2113 *primeiro Encontro Nacional, coordenado pelo Conselho Nacional de Assistência Social e, a*
2114 *realização de oficinas. Resolve: Art. 1º Ratificar a equipe de referência definida pela Norma*
2115 *Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-*
2116 *RH/SUAS, aprovada por meio da Resolução nº269, de 13 de dezembro de 2006, do Conselho*
2117 *Nacional de Assistência Social — CNAS. Parágrafo Único. Compõem obrigatoriamente as equipes*
2118 *de referência: I- da Proteção Social Básica: a) Assistente Social; b) Psicólogo. II- da Proteção*
2119 *Social Especial de Média Complexidade: a) Assistente Social; b) Psicólogo; c) Advogado. III - da*
2120 *Proteção Social Especial de Alta Complexidade: a) Assistente Social; b) Psicólogo. Art. 2º Em*
2121 *atendimento às requisições específicas dos serviços sociassistenciais, as categorias profissionais*
2122 *reconhecidas por esta Resolução poderão integrar as equipes de referência, observando as*
2123 *exigências do art. 1º desta Resolução. §1º Esses profissionais poderão integrar as equipes de*
2124 *referência considerando a necessidade de estruturação e composição, a partir das especificidades*
2125 *e particularidades locais e regionais, do território e das necessidades dos usuários, com a*
2126 *finalidade de aprimorar e qualificar os serviços socioassistenciais. §2º Entende-se por Categorias*
2127 *profissionais para atender as especificidades dos serviços aquelas que possuem formação e*
2128 *habilidades para o desenvolvimento de atividades específicas e/ou de assessoria à equipe técnica*
2129 *de referência. §3º São categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão*
2130 *atender as especificidades dos serviços socioassistenciais: I- Antropólogo; II- Economista*
2131 *Doméstico; III- Pedagogo; IV- Sociólogo; V- Terapeuta ocupacional; e VI- Musicoterapeuta. Art.*
2132 *3º São categorias profissionais de nível superior que, preferencialmente, poderão compor a gestão*
2133 *do SUAS: I- Assistente Social; II- Psicólogo; III- Advogado; IV- Administrador; V- Antropólogo;*
2134 *VI- Contador; VII- Economista; VIII- Economista Doméstico; IX- Pedagogo; X- Sociólogo; e XI-*
2135 *Terapeuta ocupacional. Art. 4º. Os profissionais de nível superior que integram as equipes de*
2136 *referência e gestão do SUAS deverão possuir: I - Diploma de curso de graduação emitido por*
2137 *instituição de ensino superior devidamente credenciada pelo Ministério da Educação — MEC; II—*
2138 *Registro profissional no respectivo Conselho Regional, quando houver. Art. 5º. Esta Resolução*
2139 *entra em vigor na data de sua publicação. Carlos Eduardo Ferrari. Presidente do CNAS.”. Após a*
2140 *leitura da resolução, alterou-se seu texto, acrescentando-se a terminologia “profissionais de nível*
2141 *superior” as menções acerca dos trabalhadores mencionados. Por fim, aprovou-se por unanimidade*
2142 *a resolução em questão. Seguida à aprovação, o Sr. José Crus teceu agradecimento aos envolvidos*
2143 *na elaboração da minuta de Resolução recém aprovada, no que foi seguido pela Conselheira Simone*
2144 *Albuquerque. Realizou-se em seguida a leitura do relato da Comissão de Normas, na voz do Sr.*
2145 *Antônio Celso, nos seguintes termos: “Memória da reunião da Comissão de Normas de junho de*
2146 *2011, no dia 14/06/2011, das 14h às 18h, na sala da Plenária deste Conselho. Conselheiros*
2147 *titulares presentes: Antônio Celso Pasquini; Carlos Rogério de Carvalho Nunes; Fátima Aparecida*
2148 *Rampin; Renato Francisco dos Santos Paula; Samuel Rodrigues; Simone Aparecida Albuquerque.*
2149 *Conselheiros suplentes presentes: Wagner Carneiro de Santana; Renato Saidel Coelho. Ausência*

2150 *Justificada da Conselheira Suplente: Ana Carolina de Barros Pinheiro Carrenho. Ausência dos*
2151 *Conselheiros Suplentes: Antônio Santos Barbosa de Castro; Mariana Menezes Santarelli Roverse;*
2152 *Igo Martini. Apoio da Secretaria Executiva do CNAS: Christianne Camargo Menezes; Ariane de*
2153 *Almeida Rodrigues; Maria de Fátima Teixeira de Souza. Convidados: Ana Paula Gonçalves —*
2154 *Coordenadora-Geral de Acompanhamento da Rede; Socioassistencial Privada do SUAS —*
2155 *DRSP/SNASIMDS; Carolina Gabas Stuchi - Diretora do Departamento da Rede Socioassistencial*
2156 *Privada do SUAS — DRSP/SNAS/MDS. Verificado o quorum, deu-se início à reunião. 1. Assunto:*
2157 *Sistematização e regulamentação das competências do CNAS definidas nos incisos III e IV do art.*
2158 *18 da LOAS e no inciso. III do art. 27 da Lei nº 12.101/2009, abaixo transcritos: LOAS. Art. 18*
2159 *Compete ao Conselho Nacional de Assistência Social: III - acompanhar e fiscalizar o processo de*
2160 *certificação das entidades e organizações de assistência social no Ministério do Desenvolvimento*
2161 *Social e Combate à Fome; (Redação dada pela Lei nº 12.101, de 2009) IV - apreciar relatório*
2162 *anual que conterà a relação de entidades e organizações de assistência social certificadas como*
2163 *beneficentes e encaminhá-lo para conhecimento dos Conselhos de Assistência Social dos Estados,*
2164 *Municípios e do Distrito Federal; Lei 12.101/2009. Art. 27. Verificado prática de irregularidade na*
2165 *entidade certificada, são competentes para representar, motivadamente, ao Ministério responsável*
2166 *pela sua área de atuação, sem prejuízo das atribuições do Ministério Público: III - os conselhos de*
2167 *acompanhamento e controle social previstos na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e os*
2168 *Conselhos de Assistência Social e de Saúde. Apresentação da diretora do DRSP. A Sra. Carolina*
2169 *Gabas Stuchi, Diretora do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS — DRSP,*
2170 *apresentou: (1) o fluxo dos processos de concessão e renovação do certificado, de representação e*
2171 *de cancelamento do certificado; (2) o modelo de planilha de entidades certificadas e (3) uma*
2172 *proposta de resolução para regulamentar os incisos III e IV do art. 18 da LOAS e o inciso III do*
2173 *art. 27 da Lei 12.101, de 2009. Esclareceu que o detalhamento da fase recursal ainda está sendo*
2174 *discutido pelo MDS, junto ao Gabinete da Ministra. Ao final, propôs a elaboração de uma*
2175 *orientação conjunta do CNAS e do DRSP/SNAS sobre a inscrição e a certificação.*
2176 *Encaminhamentos. 1.1. Aprovar a proposta de resolução que regulamenta os incisos III e IV do art.*
2177 *18 da LOAS, em anexo. 1.2. Detalhar, em outra resolução, os procedimentos para os conselhos*
2178 *(nacional, estadual, municipal e do DF) apresentarem representação, bem como os procedimentos*
2179 *internos do CNAS e os parâmetros para os conselhos de assistência social. 1.3. Elaborar uma*
2180 *orientação conjunta do CNAS e do DRSP/SNAS sobre a inscrição e a certificação, em especial*
2181 *sobre o processo de transição previsto na Resolução nº 16/2010. 1.4. Os Conselheiros Renato de*
2182 *Paula e Antônio Celso Pasquini trabalharão na elaboração dos documentos mencionados nos itens*
2183 *1.2 e 1.3 (acima), junto com o DRSP. 1.5. Após a elaboração da orientação conjunta, realizar uma*
2184 *teleconferência do DRSP/SNAS e do CNAS, sobre inscrição e certificação. 2. Assunto:*
2185 *Interpretação do Anexo IV da Resolução nº 16, de 2010. Encaminhamento. 2.1. Incluir nas*
2186 *Orientações para a Implementação da Resolução nº 16, de 2010, que a expressão “desde”*
2187 *constante no Anexo IV da Resolução, refere-se à data da primeira inscrição da entidade. 3.*
2188 *Assunto: Debate acerca de como viabilizar a participação do usuário. A Sra. Márcia Biondi*
2189 *Pinheiro apresentou, como contribuição para o debate do tema, o documento “Participação dos*
2190 *usuários na política de assistência social: uma proposta de olhar” para a Comissão de Normas do*
2191 *CNAS 2011. Encaminhamentos. 3.1. Encaminhar uma carta de agradecimento à Sra. Marcia*
2192 *Biondi Pinheiro, em nome do CNAS. Após o término das discussões, enviar a ela os resultados dos*
2193 *trabalhos. 3.2. Na próxima reunião, deverá ser convidado o Sr. Edval Bernardino Campos, para*
2194 *mediar a discussão na Comissão. Vai ser conjunta. 4. Assunto: Consulta do Conselho Municipal de*
2195 *Cascavel-PR sobre a participação de adolescentes nas Conferências de Assistência Social e na*
2196 *composição dos Conselhos de Assistência Social. Encaminhamento. 4.1. A Comissão entendeu que*

2197 *a participação de adolescentes nas Conferências deve ser incentivada, contudo, a Comissão fará*
2198 *uma consulta ao Conselho Nacional da Criança e do Adolescente — CONANDA e ao Conselho*
2199 *Nacional da Juventude — CONJUVE sobre a existência de instrumentos normativos sobre o tema*
2200 *para subsidiar a discussão. 5. Assunto: Pauta para próxima reunião. Continuar a discussão dos*
2201 *assuntos 1, 3 e 4. Antônio Celso PASQUINI, coordenador da Comissão de Normas do CNAS. Leio a*
2202 *minuta de resolução? Minuta de resolução. Resolução nº XX, de 16 de junho de 2011. 1. Regulamenta*
2203 *as competências do CNAS definidas nos incisos III e IV do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de*
2204 *dezembro de 1993. O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, em reunião ordinária*
2205 *realizada nos dias 14 a 16 de junho de 2011, no uso das competências que lhe são conferidas pelo*
2206 *art. 18 da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social — LOAS,*
2207 *RESOLVE: Art. 1º Para dar cumprimento ao disposto no inciso III do art. 18 da LOAS, o*
2208 *Departamento da Rede Socioassistencial Privada do Sistema Único de Assistência Social — DRSP*
2209 *apresentará trimestralmente ao CNAS informações sobre o processo de certificação de entidades*
2210 *de assistência social no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome —*
2211 *MDS. Parágrafo único. A apresentação será feita à Comissão de Normas no mês subsequente ao*
2212 *encerramento do trimestre que será objeto da apresentação, seguindo o calendário civil. Art. 2º As*
2213 *informações sobre a certificação deverão ser apresentadas em planilhas por tipo de processo*
2214 *contendo, conforme o caso, nome da entidade, CNPJ, município, estado, área de atuação da*
2215 *entidade, data do protocolo, número do processo, validade da última certificação, suas fases,*
2216 *decisão, fundamento legal da decisão e data de sua publicação, conforme anexo. Parágrafo único.*
2217 *Até a implantação do sistema eletrônico de tramitação de processos pelo MDS, as planilhas*
2218 *apresentadas poderão conter campos sem preenchimento, desde que justificada a inexistência*
2219 *daquela informação ou a dificuldade de sua obtenção pelo DRSP. Art. 3º- Para dar cumprimento*
2220 *ao disposto no inciso IV do art. 18 da LOAS, o DRSP apresentará ao CNAS, na primeira reunião*
2221 *plenária do ano, o relatório de todas as entidades de assistência social certificadas ou com*
2222 *certificado válido no exercício imediatamente anterior, contendo nome da entidade, CNPJ,*
2223 *município, estado e validade do certificado. § 1º Anexo ao relatório de que trata o caput, o DRSP*
2224 *apresentará a lista de entidades de assistência social que tiveram sua certificação cancelada e a*
2225 *data do seu cancelamento. § 2º O CNAS repassará os relatórios por estados para os respectivos*
2226 *conselhos estaduais de assistência social e CAS-DF. Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data*
2227 *de sua publicação. Carlos Eduardo Ferrari, presidente do CNAS. Depois em anexo tem a planilha*
2228 *com a legenda do que será colocado, que é aquilo que foi lido anteriormente.”. A Resolução*
2229 *contida no relato foi aprovada. Encerrado o relato, a Sra. Jane Pereira Clemente apresenta*
2230 *posicionamento enquanto segmento dos trabalhadores da bancada da sociedade civil deste*
2231 *Conselho, solicitando, ao final de sua fala, que se deliberasse a questão dos trabalhadores de nível*
2232 *médio. Por fim, realizaram-se manifestações no sentido da continuidade do Presidente Carlos*
2233 *Ferrari na continuidade da presidência do CNAS, antecipando-se à plenária eletiva que se dará na*
2234 *Reunião Ordinária de nº 191, seguida pela manifestação do Conselheiro Carlos Ferrari, de que*
2235 *gostaria de que o governo premiasse o Conselho com a permanência do vice-presidente, Sr. Renato*
2236 *dos Santos Paula. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente teceu*
2237 *agradecimentos a todos e se despediu.*